



TEIAS E FÓRUNS ESTADUAIS, DISTRITAL E SETORIAIS: AS ETAPAS PREPARATÓRIAS PARA A 6ª TEIA NACIONAL – PONTOS DE CULTURA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

RESUMO EXECUTIVO

A Teia nacional, em seu processo de construção, é antecedida por fóruns promovidos nos estados e no Distrito Federal. Entre janeiro de 2025 e março de 2026, todas as unidades da federação organizaram suas Teias e fóruns estaduais (e distrital) como etapas preparatórias para a 6ª Teia Nacional – Pontos de Cultura pela Justiça Climática e o V Fórum Nacional de Pontos de Cultura, que se realizam de forma colaborativa em Aracruz, no Espírito Santo, de 19 a 24 de maio.

Nesses encontros que ocorreram pelo país, foram eleitas as delegações que representam os estados (e o Distrito Federal) no Espírito Santo, e discutidos os eixos temáticos propostos pelo Ministério da Cultura e a Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC). Além de debater o tema central, “Pontos de Cultura pela Justiça Climática”, as pessoas participantes dos fóruns se distribuíram em grupos de trabalho (GTs), em torno de três eixos: Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos; Governança da Política Nacional de Cultura Viva; Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística.

Este caderno apresenta um resumo de cada Teia e/ou fórum estadual e distrital realizado entre 2025 e 2026, a lista de delegadas e delegados eleitos, e as propostas apresentadas para os eixos temáticos. Essas propostas foram aprovadas em plenária para serem apresentadas no V Fórum Nacional de Pontos de Cultura, em Aracruz.

Além das Teias e fóruns estaduais, são apresentados dados de fóruns, pré-fóruns, pré-Teias setoriais (temáticos/identitários) que se realizaram nos últimos meses como preparação para o encontro nacional dos pontos de cultura.

Nos anexos deste documento se encontram dados complementares, como números de pontos de cultura em cada estado, o total de municípios que contam com pontos de cultura em cada estado, gráficos com a progressão desses números, os valores que foram investidos na Política Nacional de Cultura Viva por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (ciclos 1 e 2), os pontões que receberam apoio dos editais de fomento, entre outras informações.

SUMÁRIO

- I. [TEIA NACIONAL](#)
- II. [TEIAS ESTADUAIS E DISTRITAL](#)
 - 1. [AMAPÁ](#)
 - 2. [GOIÁS](#)
 - 3. [RORAIMA](#)
 - 4. [CEARÁ](#)
 - 5. [DISTRITO FEDERAL](#)
 - 6. [MATO GROSSO](#)
 - 7. [PERNAMBUCO](#)
 - 8. [ALAGOAS](#)
 - 9. [MARANHÃO](#)
 - 10. [TOCANTINS](#)
 - 11. [MINAS GERAIS](#)
 - 12. [PARÁ](#)
 - 13. [AMAZONAS](#)
 - 14. [SERGIPE](#)
 - 15. [MATO GROSSO DO SUL](#)
 - 16. [PARANÁ](#)
 - 17. [ACRE](#)
 - 18. [RIO GRANDE DO SUL](#)
 - 19. [RIO DE JANEIRO](#)
 - 20. [SANTA CATARINA](#)
 - 21. [RIO GRANDE DO NORTE](#)
 - 22. [PARAÍBA](#)
 - 23. [RONDÔNIA](#)
 - 24. [SÃO PAULO](#)
 - 25. [ESPÍRITO SANTO](#)
 - 26. [BAHIA](#)
 - 27. [PIAUÍ](#)

III. [FÓRUNS E PRÉ-TEIAS SETORIAIS/TEMÁTICOS](#)

[Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana \(Nacional\)](#)

[Fórum Livre dos Pontos e Pontões de Cultura de Matrizes Africanas da Bahia](#)

[Pré-Fórum dos Pontos de Cultura de Matriz Africana do Estado de São Paulo](#)

[Pré-Fórum Cultura Viva de Culturas Tradicionais e Populares](#)

[I Fórum Cultura Viva de Matriz Africana - Rio de Janeiro](#)

[Pré-Teia da Cultura – Encontros Formativos](#)

[Pré-Teia Capoeira](#)

[Fórum Livre Cultura Viva de Matriz Africana – Brasília](#)

[Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana - Pará](#)

[Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana - Pernambuco](#)

[Fórum Sertão Cultura Viva](#)

[Teia da Leitura](#)

I. TEIA NACIONAL

De 19 a 24 de maio, o município de Aracruz, no Espírito Santo, sedia o encontro dos pontos e pontões de cultura do Brasil. Esta sexta edição da Teia nacional ocorre 12 anos depois da anterior, a Teia da Diversidade, realizada na cidade de Natal (RN), em maio de 2014. Desta vez, o encontro tem como tema “Pontos de Cultura pela Justiça Climática”.

A Teia é o espaço de articulação, troca de experiências e fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Esta iniciativa, que começou como um programa de governo em 2004 e dez anos depois virou política de Estado – com a sanção da Lei 13.018/2014 –, hoje é a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.

Neste primeiro semestre de 2026, a PNCV está presente em mais de 2.250 municípios brasileiros, nos 26 estados e no Distrito Federal. E segue inspirando políticas culturais de base comunitária de outros países, por meio do programa de cooperação internacional IberCultura Viva, que foi lançado em 2014 pela Secretaria Geral Ibero-americana (Segib) e atualmente conta com 14 países membros e uma rede de pontos de cultura na região.

Os pontos e pontões de cultura são os principais instrumentos desta política pública, que tem como princípio a gestão compartilhada entre os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) e a sociedade civil. O processo de retomada, reconstrução e capilarização da PNCV, após um período crítico para as políticas públicas de cultura em âmbito federal (2016-2022), foi possível graças à construção em rede junto aos pontos e pontões de cultura das cinco regiões brasileiras.

Em janeiro de 2023, quando o Ministério da Cultura foi recriado e a ministra Margareth Menezes deu início a esta gestão, o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura

contabilizava aproximadamente 4 mil grupos e entidades culturais certificados. Em pouco mais de três anos, este número quadruplicou: no início de maio de 2026, já passavam de 16 mil os pontos e pontões de cultura espalhados pelos 26 estados e o Distrito Federal. E o investimento na Cultura Viva, via Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, já ultrapassa a casa de R\$ 1 bilhão – o piso médio anual é de R\$ 420 milhões.

Cultura Viva no Brasil		
Pontos de Cultura no Brasil	16.057	100%
Pontos de Cultura com CNPJ	9218	57,40%
Pontos de Cultura sem CNPJ	6840	42,59%
Municípios com Pontos de Cultura	2257 dos 5570	40,52%
DADOS DE MAIO DE 2026		

Fonte: Mapa da Cultura (<https://culturaviva.cultura.gov.br/mapa/#map>), em 04/05/2026

PONTOS DE CULTURA

Por Unidades Federativas

AC	154	PI	218
AL	212	RJ	1638
AP	66	RN	295
AM	410	RO	74
BA	1489	RS	754
CE	762	RR	32
DF	204	SC	548
ES	426	SP	2930
GO	347	SE	234
MA	773	TO	142
MT	171	+ 186 pontos que não informaram a UF no cadastro 16.057	
MS	141		
MG	1647		
PA	553		
PB	347		
PE	696		
PR	608		
DADOS DE MAIO DE 2026			

PONTÕES DE CULTURA NO BRASIL

681 registrados

Dados extraídos do Mapa da Cultura Viva (<https://culturaviva.cultura.gov.br/mapa/#map>), em 4 de maio de 2026.

II. TEIAS ESTADUAIS E DISTRITAL

Em julho de 2025, quando foi anunciado o local de realização da 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura, a ministra Margareth Menezes fez um chamado para que as redes de Cultura Viva municipais, estaduais e do Distrito Federal realizassem suas Teias como preparação para a etapa nacional. As municipais eram facultativas; as estaduais e a distrital, obrigatórias.

A rede do Amapá já tinha organizado seu encontro antes do anúncio oficial, reunindo pontos e pontões do estado na Teia Re-conecta 2025, em janeiro, na cidade de Mazagão. Entre setembro de 2025 e março de 2026, os outros 25 estados brasileiros e o Distrito Federal realizaram seus eventos, somando pelo menos 3.500 participantes em todo o país.

A maior parte dos encontros foi organizada em formato de Teia e Fórum Estadual de Pontos de Cultura. Outros, só como fórum. Tanto um como outro são espaços de articulação da Política Nacional de Cultura Viva. A Teia é um grande encontro de celebração e intercâmbio, focado em apresentações artísticas e troca de experiências, para o fortalecimento da Rede de Pontos de Cultura. Já o fórum é o espaço de debates, deliberação, proposição de diretrizes e pactuação para a PNCV. Geralmente são concomitantes, mas podem ocorrer de forma separada.

Diversidade e representatividade

Em sua maioria, as Teias e/ou fóruns foram organizados pelas secretarias estaduais de Cultura, em parceria com pontões e/ou pontos de cultura, e com o apoio das prefeituras dos municípios que os sediaram. Treze deles foram realizados fora das capitais.

Cada unidade da federação elegeu até 30 delegados e delegadas para representar a sua rede no V Fórum Nacional de Pontos de Cultura, garantindo que as vagas fossem preenchidas por no mínimo 50% de mulheres (15 vagas) e 8% de pessoas LGBTQPN+ (2 vagas). Além de preencher esse critério de diversidade, a lista deveria contemplar um mínimo de 20% de pessoas negras (6 vagas); 10% de pessoas de povos indígenas (3 vagas); 10% de pessoas com deficiência (3 vagas); 10% de jovens (15 a 29 anos), e 10% de pessoas acima de 60 anos (3 vagas). As cotas poderiam se interseccionar. As vagas que não fossem preenchidas poderiam ser remanejadas para a ampla participação.

Eixos temáticos

Nos encontros realizados em todos os estados do país e no Distrito Federal, foram eleitas as delegações que representam seus estados (e o Distrito Federal) no Espírito Santo, e discutidos os eixos temáticos propostos pelo MinC e a CNPdc para a 6ª Teia e o V Fórum Nacional de Pontos de Cultura, que se realizam de forma colaborativa em Aracruz.

Além de debater o tema central, “Pontos de Cultura pela Justiça Climática”, as pessoas participantes dos fóruns se distribuíram em grupos de trabalho (GTs), em torno de três

eixos: Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos; Governança da Política Nacional de Cultura Viva; Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística.

Em quase todos os fóruns estaduais, os grupos de trabalho elaboraram três propostas de ação para cada um dos três eixos temáticos e uma proposta para o tema central. Essas propostas foram aprovadas em plenária para serem apresentadas no V Fórum Nacional. Apenas a rede de pontos de cultura do Amapá, que foi o primeiro estado a realizar sua Teia (em janeiro de 2025, seis meses antes do anúncio oficial da 6ª Teia Nacional), não discutiu os temas em plenária, mas enviou ao MinC suas propostas para os três eixos.

Agenda de Teias e fóruns estaduais

2025	Estados	Delegados/as eleitos/as	Delegados/as natos/as	Total
24 e 25/01	Amapá	29	1	30
04 a 7/09	Goiás	30	1	31
19 e 20/11	Roraima	21	1	22
20 a 23/11	Ceará	30	2	32
21 e 22/11	Distrito Federal	30	1	31
08 a 10/12	Mato Grosso	30	1	31
09 a 11/12	Alagoas	30	1	31
10 a 13/12	Pernambuco	30	2	32
11 e 12/12	Maranhão	30	1	31
12 a 14/12	Tocantins	30	3	33
13 e 14/12	Minas Gerais	30	2	32

2026		Delegados/as eleitos/as	Delegados/as natos/as	Total
16 e 18/01	Pará	30	2	32
27 a 30/01	Amazonas	30	1	31
30 e 31/01	Mato Grosso do Sul	30	1	31
30 e 31/01	Sergipe	30	2	32
30/01 a 1/02	Paraná	30	1	31
05 a 07/02	Acre	30	1	31
07 e 8/02	Rio Grande do Sul	30	4	34
23 a 28/02	Rio de Janeiro	30	5	35
24 e 25/02	Santa Catarina	30	1	31
26/02 a 1/03	Rondônia	23	2	25
26 e 27/02	Rio Grande do Norte	30	1	31
26 a 28/02	Paraíba	30	2	32
26/02 a 1/03	São Paulo	30	5	35
27/02 a 1/03	Espírito Santo	30	1	31
28/02 a 01/03	Bahia	30	3	33
13 a 15/03	Piauí	30	1	31

	TOTAL	793	49	842
--	-------	-----	----	-----

1. [AMAPÁ](#)

Teia Amapá Re-conecta 2025

Onde: Distrito de Mazagão Velho, município de Mazagão - Centro Cultural Língua Solta

Quando: 24 e 25 de janeiro de 2025

Quem realizou o encontro: Pontão Estadual Meio do Mundo e Fórum dos Pontos de Cultura do Amapá, com o apoio do MinC, da Secretaria de Cultura do Estado, da Prefeitura de Mazagão e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC)

Quantas pessoas inscritas: 118

Representante do MinC presente: Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Política Nacional Cultura Viva (SCDC/MinC)



Pelo menos 100 fazedores de cultura de diversos pontos do Amapá participaram da Teia Re-Conecta 2025, na cidade de Mazagão, nos dias 24 e 25 de janeiro de 2025. No evento, foram debatidas as estratégias para a valorização da cultura local e a implementação da Política Nacional de Cultura Viva.

O Amapá foi o primeiro estado do país a realizar o encontro preparatório para a sexta edição da Teia Nacional, antes mesmo do anúncio oficial do local e da data do encontro nacional por parte do Ministério da Cultura. Em 20 anos de Cultura Viva, ocorreram cinco encontros nacionais de pontos de cultura: o último foi a Teia da Diversidade, em 2014.

A programação da Teia Amapá contou com palestras, rodas de conversas e ações formativas. Em dois dias de atividades, foram definidas as propostas sobre a Cultura Viva e os representantes do estado para a Teia Nacional.

Notícia no gov.br/culturaviva:

[Amapá é o primeiro estado a realizar encontro preparatório para a TEIA Nacional 2025](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Adriana de Souza Rodrigues - Ponto de Cultura Resgatando Tambores
2. Ana Beatriz Silva Duarte - Ponto de Cultura Centro Cultural Língua Solta
3. Augusto Pereira da Silva Neto - Ponto de Cultura Terreiro de Santo Expedito
4. Ayrton Rodrigues Da Silva - Ponto de Cultura Latitude Zero
5. Caroline Dias Duarte - Ponto de Cultura Cena Livre
6. Cimone dos Santos dos Reis - Ponto de Cultura Raízes do Marabaixo Infantil

7. Claudete Nascimento Machado - Ponto de Cultura Ewê Grupo de Pesquisa e Coletivo de Artistas de Terreiro
8. Claudio Augusto Lobo da Silva - Ponto de Cultura Ói Nóiz Akí
9. Claudio Bahia - Ponto de Cultura Largo dos Inocentes
10. Eloina Lazamé - Ponto de Cultura Espaço Cultural do Artesão
11. Erlier Jodson Silva Santos - Ponto de Cultura Latitude Zero – Ponto de Cultura Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
12. Francisco Rocha Dos Santos - Ponto de Cultura Norteando Art
13. Jean Andre Ribeiro Duarte - Ponto de Cultura Centro Cultural Língua Solta - Fórum dos Pontos De Cultura
14. Jeniffer dos Santos Pereira - Ponto de Cultura Centro Cultural Raízes do Brasil
15. Joelson Costa de Alencar - Ponto de Cultura Sorriso Cristalino
16. José Erielson Coutinho Dos Santos - Ponto de Cultura Acac
17. Kelsilene Quaresma Silva - Pontão de Cultura Meio do Mundo
18. Manoel Do Socorro Duarte Pereira - Ponto de Cultura Marabaixo da Gunga
19. Marcelo Claudio de Jesus Coimbra - Ponto de Cultura Perfil Do Samba
20. Marcelo De Sá Gomes - Ponto de Cultura Povo De Fé e Festa
21. Marcelo Feitosa Figueiredo - Ponto de Cultura Coletivo Cultural Essência Viva
22. Marina Brito Almeida - Ponto de Cultura Grupo Gira Mundo
23. Pedro Paulo da Cunha Carvalho - Ponto de Cultura Gira Roda Ginga Zumbi
24. Renilson Alves Soares - Ponto Objetivo Culturarte- Coletivo Objetivo Culturarte Corpo de Dança
25. Ricardo Brito da Costa - Ponto de Cultura Circuito Junino do Amapá
26. Sandro Rogério da Conceição - Ponto de Cultura Amigos Da Toada
27. Sebastiana Vanderleia Freitas Rodrigues - Ponto de Cultura Ilé Olorokety Efon Dan Omin Ilu
28. Sebastião Filho de Oliveira Possa - Ponto de Cultura Maraca
29. Tricia Tereza Barreto Santana - Ponto de Cultura Sairé Do Carvão
30. Wenner George Ribeiro De Sousa - Ponto de Cultura Grupo Teatral Hemisfério



Teia Amapá Re-conecta 2025 (Fotos: Divulgação/ Agência de Notícias Governo do Estado do Amapá)

Propostas apresentadas para os eixos temáticos:

Eixo 1: Plano Nacional Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Regionalização de Metas: Estabelecer que o Plano Decenal preveja metas específicas para a Amazônia Legal, garantindo que o coeficiente de investimento per capita considere o alto custo de logística (transporte fluvial e aéreo) para a manutenção dos Pontos de Cultura.
2. Universalização da Lei Cultura Viva: Fomentar a criação de leis municipais "Cultura Viva" em 100% dos municípios amapaenses até 2030, garantindo orçamentos impositivos para editais de Premiação e Fomento.
3. Infraestrutura Digital e Conectividade: Incluir no plano a meta de equipar todos os Pontos de Cultura com kits de internet via satélite e energia solar (especialmente em comunidades ribeirinhas e quilombolas), integrando-os à Rede Nacional.
4. Educação e Cultura: Institucionalizar a parceria entre o Cultura Viva e o Ministério da Educação para que os Pontos de Cultura sejam reconhecidos como espaços de educação não formal e contraturno escolar no Plano Nacional de Educação.
5. Estabelecer no Plano Nacional Cultura Viva a criação de políticas de incentivo à implantação de quintais culturais nos Pontos de Cultura da Amazônia Legal, territórios tradicionais, comunidades periféricas, quilombolas, indígenas e ribeirinhas, garantindo apoio financeiro e técnico para ações de preservação ambiental, cultivo de plantas medicinais, hortas ancestrais, viveiros comunitários e práticas tradicionais de manejo sustentável. A proposta reconhece os quintais culturais como tecnologias comunitárias de educação ambiental, soberania alimentar e salvaguarda dos conhecimentos tradicionais ligados às florestas, rios e modos de vida amazônicos, fortalecendo a relação entre cultura, território, patrimônio imaterial e justiça climática.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Implementar uma certificação nacional para Pontos de Cultura que desenvolvam ações contínuas de preservação ambiental, acessibilidade, inclusão social, educação climática e salvaguarda do patrimônio imaterial. O selo permitirá prioridade em editais, premiações e parcerias institucionais, incentivando práticas sustentáveis dentro da rede Cultura Viva.
2. Conselhos de Gestão Compartilhada: Propor a criação de Fóruns Estaduais Permanentes com assento paritário entre poder público e sociedade civil, com recursos garantidos para deslocamento de delegados do interior para as reuniões.
3. Desburocratização do Cadastro Nacional: Implementar uma plataforma de autodeclaração simplificada para Pontos e Pontões de Cultura, utilizando a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) como referência para grupos tradicionais.
4. Observatório Cultura Viva Amapá: Criar um sistema de monitoramento e avaliação de indicadores culturais que mapeie o impacto social e econômico dos pontos no estado, facilitando a prestação de contas social.
5. Fortalecimento da Rede de Pontões: Reativar e financiar a figura dos Pontões de Cultura por bioma ou macrorregião, para que atuem como braços articuladores da rede nacional junto ao Ministério da Cultura.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Escola Popular de Cultura, Clima e Patrimônio Vivo: Implantar uma rede de formação comunitária dentro dos Pontos de Cultura voltada à educação ambiental, gestão cultural sustentável, memória oral, patrimônio imaterial, acessibilidade cultural e tecnologias sociais de preservação territorial. A proposta busca fortalecer lideranças culturais do Norte e Nordeste como agentes de transformação social e climática em seus territórios.
2. Selo Economia Viva: Criar uma certificação nacional para produtos e serviços oriundos dos Pontos de Cultura, facilitando o acesso a mercados institucionais (como compras públicas para eventos do governo).
3. Linhas de Crédito Específicas: Articulação com bancos públicos (como o Banco da Amazônia) para criação de editais de microcrédito a juros zero ou subsidiados, voltados exclusivamente para a manutenção de sedes e compra de equipamentos por instituições certificadas.
4. Previdência e Direitos Trabalhistas: Propor um regime especial de tributação ou subsídio previdenciário para mestres e mestras de saberes tradicionais, reconhecendo seu trabalho como patrimônio vivo e garantindo aposentadoria digna.
5. Fomento à Circulação Regional: Criar um fundo de intercâmbio para que artistas e coletivos do Amapá possam circular entre outros estados da Região Norte e do Platô das Guianas, fortalecendo a economia criativa transfronteiriça.

() Obs: A Teia do Amapá foi realizada em janeiro de 2025, seis meses antes do anúncio oficial da 6ª Teia Nacional. As propostas para os eixos temáticos foram apresentadas pela rede em 2026.*

2. [GOIÁS](#)

2ª Teia/Fórum dos Pontos de Cultura de Goiás – Povos, Saberes e Natureza

Onde: Inhumas - Pontão Amdar

Quando: De 4 a 7 de setembro de 2025

Quem realizou o encontro: Pontão de Cultura Associação Amigos das Artes (Amdar), em articulação com coletivos culturais locais e parceiros da sociedade civil

Quantas pessoas inscritas: 81

Representantes do MinC presentes: Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, e Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Cultura Viva



A Teia Estadual de Pontos de Cultura de Goiás abriu o calendário oficial das etapas preparatórias para a 6ª Teia Nacional. Atividades artísticas, oficinas, formações, rodas de conversa e feira de economia criativa fizeram parte da programação, entre os dias 4 e 7 de setembro de 2025, no município de Inhumas.

Alinhada ao tema da 6ª Teia Nacional, que convida os Pontos de Cultura a refletirem sobre a justiça climática, a Teia de Goiás trouxe o mote “Povos, saberes e natureza”, promovendo debates sobre mudanças climáticas, responsabilidade socioambiental e o papel da cultura na construção de um país mais justo, inclusivo e comprometido

com a valorização da diversidade cultural e dos conhecimentos tradicionais.

Foram realizadas aproximadamente 40 apresentações artísticas — música, dança, teatro, circo, literatura, cultura popular e artes visuais — com a participação de artistas locais e representantes dos Pontos de Cultura, além de um show da cantora Sandra de Sá. A organização ficou com o Pontão de Cultura Associação Amigos das Artes (Amdar), em articulação com coletivos culturais locais e parceiros da sociedade civil. Antes da etapa estadual, foram realizadas cinco microteias para mobilizar a rede goiana.

Além da realização do Fórum Estadual dos Pontos de Cultura, onde foi eleita a delegação de Goiás para a etapa nacional, um momento importante da agenda em Inhumas foi o Encontro de Gestores Municipais de Cultura de Goiás. No período de realização do encontro, o estado contava com 151 pontos de cultura reconhecidos em 54 dos 246 municípios goianos.



2ª Teia/Fórum dos Pontos de Cultura de Goiás (Fotos: Emílio Chiarini Neto)

Notícias no site gov.br/culturaviva:

[Goiás rumo à 6ª Teia Nacional: Rede de Pontos de Cultura se reúne em Inhumas](#)

[Preparação para a 6ª Teia Nacional: Goiás promove Encontro Estadual dos Pontos de Cultura](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Jaira Garcia dos Santos - Memórias Brasileiras (Itumbiara)
2. Erika Pereira dos Santos - Coletiva Preta (Aparecida de Goiânia)
3. Wagner dos Santos Nascimento - Boi d'Água (Alexânia)
4. Fabiane Alves da Silva Moura - Marcas (Morrinhos)
5. Cleubismar de Jesus - Casa de Cultura da Juventude (Goiânia)
6. João Almir Mendes de Sousa - Pontão de Cultura Tríade (Luziânia)
7. Aletheia Martins - Pontão Amdar (Inhumas)
8. Rawston B. da Veiga - Quintal da Aldeia (Pirenópolis)
9. Vanderly Francisco de Oliveira - Buracão da Arte (Goiânia)
10. Elisangela Maria Silva Lucena - Juventude (Goiânia)
11. Fátima Martins - Eugênio Franis Otto (Goiânia)
12. Rodrigo dos Santos e Silva - Oveat (Cidade de Goiás)
13. Marli Gonçalves Rios - Luz do Cerrado (Quirinópolis)
14. Yasmim Vitória da Silva Melo - Raízes do Cerrado (Cocalzinho de Goiás)
15. Antônio Ricardo Eckert - Limpando o Olho (Uruaçu)
16. Marcos de Oliveira Leão - Bambu Eventos (Novo Gama)
17. Maria Alvani Lavor Rolim - Raio de Sol (Aragoiania)

18. Patrícia Ferraz de Cruz - COEPI (Pirenópolis)
19. Vinicius de Oliveira Prado - Guerreiros de Xangô e Iansã (Morrinhos)
20. Joabe Santos Godois - Corporação Musical Santa Joabe Santos Godois/
Corporação Musical Santa Cecília de Jaraguá (Jaraguá)
21. Hugo Maurício de J. Guimarães - Casa de Chico Petro - Anã L'ayó (Anápolis)
22. Lua Mônica Alves Barreto - Cia Corpo na Contramão (Goiânia)
23. Rainy Borges de Moura - Associação Superação Criativa (Goiânia)
24. Walkyria Vale de Lima - Aclemod (Quirinópolis)
25. Aparecida Neires Pires Ferreira - Cooperarte (Morrinhos)
26. Franssério Divino Ventura da Silva - Moçambique Estrela de Ouro (Itumbiara)
27. Alveny da Silva Leão - APAC (Barro Alto)
28. Marcia Alves V. N da Silva - Associação da Cultura (Niquelândia)
29. Valdemir de Souza - Circo, Arte, Comunicação a serviço da cidadania (Goiânia)
30. Aluisio F. Arruda - Cultura Hip Hop e Juventude (Goiânia)

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Tema central do Fórum: Cultura Viva pela Justiça Climática

Criar um programa estruturado que articule a atuação dos Pontos de Cultura como agentes territoriais centrais no enfrentamento à crise climática, integrando cultura, educação ambiental, saberes tradicionais e práticas sustentáveis.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Desenvolver um plano estratégico que integre cultura, direitos humanos, sustentabilidade e justiça territorial, com metas claras, indicadores culturais e socioambientais para a próxima década (2026–2036).

Componentes:

- Metas bianuais de fortalecimento das redes locais
- Indicadores de impacto cultural e comunitário
- Revisão periódica com participação ampla da sociedade civil.

2. Criar um eixo específico no Plano que valorize expressões culturais ligadas à preservação da biodiversidade e aos saberes sustentáveis dos povos tradicionais.

Componentes:

- Editais de fomento a práticas culturais sustentáveis
- Premiações para iniciativas culturais que promovem ações ecológicas.

3. Banco de Dados Nacional de Cultura Viva Sustentável - Estruturar um banco nacional atualizado de experiências, projetos e saberes culturais que abordem justiça climática, sustentabilidade e cultura comunitária.

Componentes:

- Plataforma colaborativa acessível.
- Compartilhamento de repertórios metodológicos e cases de inovação territorial.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Ampliar a autonomia e a representatividade da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC) e dos Grupos de Trabalho, garantindo maior participação dos territórios e diversidade de manifestações culturais nas decisões estratégicas.

Componentes:

- Mecanismos permanentes de consulta pública.
- Critérios transparentes de eleição e rotatividade dos representantes.

2. Criar instâncias de governança da Política Nacional De Cultura Viva que dialoguem diretamente com outras políticas (educação, meio ambiente, juventude, igualdade racial).

Componentes:

- Conselhos intersetoriais em estados e municípios.
- Fóruns municipais e regionais de cultura sustentável.

3. Implementar formações continuadas para agentes públicos e da sociedade civil sobre gestão participativa de políticas públicas culturais.

Componentes:

- Cursos e laboratórios de governança.
- Protocolos participativos para construção de planos locais.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Articular uma rede de apoio à geração de renda cultural sustentável nos Pontos de Cultura, com ênfase em práticas socioambientais, economia criativa e microempreendedorismo cultural.

Componentes:

- Feiras culturais sustentáveis
- Editais de produção e circulação com critérios verdes.

2. Implementar um programa de formação contínua para artistas, coletivos e gestores culturais em empreendedorismo cultural, sustentabilidade e economia criativa.

Componentes:

- Módulos temáticos, formação híbrida (presencial e online)
- Parcerias com universidades, escolas técnicas e incubadoras culturais.

3. Criar mecanismos de fomento (editais, bolsas, incentivos) que priorizem iniciativas que incorporem práticas sustentáveis (como uso de materiais ecológicos, mobilidade verde, baixo impacto ambiental).

Componentes:

- Selos de Certificação de Sustentabilidade Cultural.
- Apoio à circulação com cálculo de pegada ecológica.

3. [RORAIMA](#)

Teia/Fórum Estadual da Rede de Pontos de Cultura de Roraima

Onde: Boa Vista - Secretaria Estadual de Educação e Desportos (Seed) e Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Quando: 19 e 20 de novembro de 2025

Quem realizou o encontro: Secretaria de Cultura e Turismo e Pontão de Cultura de Roraima, com o apoio do MinC

Representante do MinC presente: João Pontes, diretor da Política Nacional de Cultura Viva (SCDC/MinC)



A Secretaria de Cultura e Turismo (Secult) e a Rede Estadual dos Pontos de Cultura realizaram, nos dias 19 e 20 de novembro de 2025, o Fórum de Gestores e a Teia Estadual dos Pontos de Cultura de Roraima.

A abertura foi no auditório do Laboratório de Educação e Cultura, Artes e Recreação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), com cortejo, “boas-vindas das ervas” e música regional com a participação dos Pontos de Cultura Comunidade em Cena, Confluência Roda de Prosa, Escola Forroço, Afatabe – Nganga Nzila e do Pontão Roraima – Coletivo Kanauwa’u Takannau (comunidade indígena do Canaúanim)

O segundo dia, no auditório da Secretaria de Educação e Desporto (Seed) reuniu representantes dos Pontos e Pontões de Cultura em debates, trocas de experiências e uma mostra artística com representantes locais, como os Pontos de Cultura Ritmizando e Erupção, Circo Imaginate e o Pontão Grande Roda.

Mestre Wertemberg Nunes, integrante da Comissão Nacional de Pontos de Cultura, ministrou a palestra “Cultura Viva e Justiça Climática: Recorte Amazônico”, reforçando a importância das matrizes culturais da região na construção de políticas públicas.

Notícia no site gov.br/culturaviva

[Roraima fortalece Rede Cultura Viva e define prioridades para a etapa nacional da Teia](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Arlisson Sousa Nascimento – Pontão Grande Roda de Boa Vista (Boa Vista)
2. Beatriz Esther Brooks Yance – Pontão Cultura Roraima (Cantá)
3. Jorge Orlando Moreno Valenzuela – Ponto de Cultura Ambiental Comunidade em Cena (Cantá)
4. Meiry Alda Sherlock Costa de Araújo – AsimutRR (Boa Vista)
5. Catarina de Fátima Ribeiro – Coletivo Confluência Roda de Prosa (Cantá)
6. Thayla Mayra Oliveira Moura – Ponto de Cultura Anarriê Amazônia – Escola Forroço (Boa Vista)
7. Sebastião Alberto Vieira de Moura – Ponto de Cultura Xamego na Roça (Mucajá)
8. Manoel Alberto Rolla Vilas Boas Neto – Associação Canoa Cultural (Boa Vista)
9. Dorsyrene Naidine Sanchez Milano – Ponto Coletivo Ritmizando (Boa Vista)

10. Emília Alzira Lima dos Santos – Ponto Afatabe (Boa Vista)
11. Marcos Antônio Pereira – Ponto Erupção Crew (Boa Vista)
12. Dagoberto Luis Ventura Mota – Ponto Raízes Brasileira – Escola de Capoeira (Boa Vista)
13. Denise Andrezza de Souza Canjo – Ponto Circo Imaginarte (Boa Vista)
14. João da Cruz Pereira da Silva – Grupo Folclórico Coração do Sertão (Boa Vista)
15. Magdiel de Araújo Lopes – Ponto Irdesc (Boa Vista)
16. Ghenn Derson Nicacio Jesus Alexandre de Souza Wapichana – Ponto de Cultura Traviarca (Boa Vista)
17. Edgar Jesus Figueira Borges – Ponto Coletivo Caimbé (Boa Vista)
18. Job Martins dos Santos – Ponto de Cultura Ulisses Manaças (Boa Vista)
19. Gabriel Pinheiro Andrade – Ponto Grupo Cruviana (Boa Vista)
20. Telmira Santos Miranda – Associação Harmonia e Ritmo (Boa Vista)
21. Elivelto Magalhães Lima – Ponto Criart Teatral (Boa Vista)



Teia/Fórum Estadual da Rede de Pontos de Cultura de Roraima (Fotos: Shanti Sai)

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Eixo 1 - Plano Nacional de Cultura para os próximos 10 anos e Estratégia Brasil 2050

1. Integralizar as políticas de desenvolvimento sustentável, fortalecendo e valorizando o turismo de base comunitária da Matriz Amazônica como estratégia de sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, criando políticas culturais

regionalizadas que descentralizem a aplicação de recursos na área da cultura, considerando especificidades locais e territoriais.

2. Garantir aos territórios tradicionais de base comunitária, comunidades e povos tradicionais e assentamentos da reforma agrária, a promoção da sustentabilidade cultural, ambiental e econômica.
3. Promover a valorização, salvaguarda e registro das expressões culturais e das tradições orais de povos e comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária, assegurando sua continuidade, reconhecimento e participação no âmbito da Política Nacional Cultura Viva, por meio do fortalecimento de ações educacionais e de base comunitária que capacitem os Pontos de Cultura a serem protagonistas na produção e difusão desses conteúdos e de outras manifestações culturais em seus territórios.

Eixo 2 - Governança da Política Nacional Cultura Viva

1. Garantir a CNPdc como organismo de representação civil e guardião da política Cultura Viva e lugar de regulação da rede nacional por meio da articulação e participação entre os conselheiros regionais e o Comitê Estadual de Pontos de Cultura, a partir da atuação efetiva em fóruns, teias e conferências, com o objetivo de levantar as demandas.
2. Considerar o fator amazônico e suas especificidades locais, desde a elaboração dos editais até a conclusão do processo, ampliando os meios de acesso com apoio técnico permanente, presencial e com equipe capacitada, superando os entraves burocráticos.
3. Criar mecanismos de divulgação sobre as decisões e recursos disponíveis e já utilizados da Cultura Viva através de plataformas acessíveis com linguagem que considere o fator amazônico de forma efetiva, esclarecendo os motivos de inabilitações de um modo transparente.

Eixo 3 - Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Criar circuitos culturais dos Pontos de Cultura com foco em troca de bens, serviços e talentos.
2. Garantir Bolsa Benefício para Pontos de Cultura através de credenciamento e comprovação de estar ativo.
3. Garantir sede coletiva ativa. Para os Pontos de Cultura que abranjam suas necessidades e garantir a segurança nas atividades realizadas em espaços públicos, bem como criar o PAC da Cultura Viva.

Ação geral:

- Garantir que os Pontos de Cultura desenvolvam ações de sustentabilidade como contrapartida ambiental.

- Fortalecer a Política Nacional Cultura Viva, como instrumento estratégico para promover a cidadania ambiental nos territórios culturais, garantindo que povos, pontos, coletivos culturais de Matriz Amazônica e comunidades tradicionais tenham condições de preservar seus modos de vida, garantir e proteger seus territórios e participar ativamente das decisões relacionadas ao futuro ambiental do país no horizonte da Estratégia Brasil 2050.

4. [CEARÁ](#)

2ª Teia Estadual e 7º Fórum Estadual Cultura Viva

Onde: Crato - Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo e em sete pontos de cultura da região

Quando: De 20 a 23 de novembro de 2025

Quem realizou o encontro: Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura (Secult), e Comissão Cearense Cultura Viva, em parceria com a Prefeitura do Crato e o Centro Cultural do Cariri (espaço da Secult gerido pelo Instituto Mirante), com o apoio do MinC

Quantas pessoas no fórum: 80 na lista de presença

Representantes do MinC presentes: João Pontes, diretor da Política Nacional de Cultura Viva (SCDC), e Fabiano Piúba, secretário de Formação, Livro e Leitura (Sefli)



O Cariri cearense sediou, entre os dias 20 e 23 de novembro, a 2ª Teia Estadual Cultura Viva, que reuniu pontos de cultura de todas as regiões do estado na construção coletiva de propostas para aprimorar a Política Nacional de Cultura Viva. A programação contemplou rodas de memória, apresentações artísticas, feiras solidárias, rituais, cortejos, mesas temáticas e atividades formativas. As atividades foram realizadas no Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo e em sete pontos de cultura da região.

A 2ª Teia Estadual foi palco também do 7º Fórum Cultura Viva, que dividiu os participantes em grupos de trabalho por macrorregiões para elencar propostas sobre estes três eixos temáticos: Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos, Governança da Política Nacional de Cultura Viva e Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística. Desde 2018, o Ceará conta com a Lei Nº 16.602, que institui a Política Estadual Cultura Viva.



2ª Teia Estadual e 7º Fórum Estadual Cultura Viva (Fotos: Maria Haydée)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Antonio Carlos Dias de Oliveira -Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC)
2. Antonio Fabio Mendes Lessa - Instituto Cai Cai Balão
3. Gildazio Pereira de Almeida - Ukilombo Capoeira
4. Edilene da Silva Bernardo - Um Tesouro Chamado Nordeste
5. Herlania Batista Galdino - Ong Quilomboaxé
6. Marília Gabriela Ferreira de Sousa - Grupo Cultural do Pontinho de Cultura
7. Jean Alex Silva de Alencar - Associação Libertária de Desenvolvimento e Educação Interativa Ambientalmente Sustentável
8. Vanda Lucia Rosendo Batista - Associação dos Povos Indígenas do Cariri
9. Ana Lurdes de Freitas - Templo da Poesia
10. Caio Vinicius Oliveira Assis - Associação Metropolitana dos Estudantes - AME
11. Leticia Martins Nunes Coletivo Brinquedo de Rua
12. Luiz Fernando da Silva Maciel - Instituto Vidança
13. Francisco de Assis Barros - Instituto Zé Pretinho de Pesquisa, Arte Cultura, Educação e Ecologia
14. Maria das Graças Lima da Silva -Associação Filantropica Educacional Nossa Senhora das Graças - AFENSG
15. Maria Lucia Gomes Associação Beneficente da Criança e do dolescente do Bairro Buriti e Adjacências - ABCAI
16. Cobra Preta dos Santos Galvão - Maracatu Nação Bons Ventos
17. Wilkson de Sousa Gondim - Ponto de Cultura LGBTQIAPN+ - Arte de Amar
18. Natanael Portela de Sousa - Filmes dikebrada
19. Vera Lucia Costa - Instituto Brasil de Dentro
20. Valneide Ferreira de Sousa- Abrindo Velas Pescando Cultura

21. Augusto Nunes Medeiros - Coletivo Cultural Quadrilha Junina Streytho
22. Josefa Lucia Moraes Silva - Projeto Arte Criança
23. Jose Luciano Bento - Instituto Acauã de Cultura, Educação e Qualificação profissional e Social
24. Norbélia Duarte Siebra - Procem - Casa da Luz
25. Francisco Luis Teixeira dos Santos- Associação Cultural do Sítio Logradouro - Grupo Maria Bonita
26. Mario Sergio Mesquita da Costa - Associação Grupo de Cultura Popular Quadrilha Beija Flor Junina
27. Thais Siqueira de Andrade -Instituto Brasileiro de Políticas Digitais - Mutirão
28. Regina Celia Oliveira Mesquita - Instituto Compartilha
29. Larissa Caúla de Sousa - Associação Cultural Afro-brasileira Bloco Afoxé Camutê Alaxé - Afroxé Acabaca
30. Iris Oliveira Dias - Associação de Moradores de Santa Luzia - Asmosal

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Eixo 1 : Plano Nacional de Cultura Viva para os Próximos 10 Anos

1. Permanência da Política Cultura Viva como eixo estruturante do Plano Nacional de Cultura, acompanhada da instituição de um plano de implementação para os municípios e da garantia de recursos específicos na Lei Orçamentária Anual.
2. Revisão da Instrução Normativa específica da Política Cultura Viva que estabeleça critérios transparentes de seleção, diretrizes de implementação e responsabilidades compartilhadas entre pontos e poder público, assegurando a continuidade das ações culturais comunitárias sem limitações de participação alternada (“ano sim, ano não”), além de prever apoio técnico, acompanhamento formativo.
3. Adoção de ações intersetoriais entre educação, cultura, turismo, assistência social, saúde e meio ambiente, promovendo articulação permanente de modo a fortalecer o território, ampliar o acesso a direitos e integrar políticas públicas.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Alterar portaria que versa sobre a não obrigação dos municípios que recebem menos de 200 mil não investir no Cultura Viva Municipal; deixando obrigatório um percentual para o Cultura Viva, independente do valor recebido pelo município, no mínimo 2%.
2. Propõe-se que, considerando que os critérios e responsabilidades já foram definidos de forma compartilhada, o processo orçamentário também seja conduzido sob o protagonismo da Comissão Cearense Cultura Viva, garantindo que a definição, gestão e priorização dos recursos ocorram de maneira participativa, transparente e alinhada aos princípios da Política Nacional de Cultura Viva, inclusive contratando ponteiros profissionais devidamente qualificados e que trabalhem já com e-parceria, prestação de contas e/ou contrato de gestão
3. Fazer seleção de ponteiros para ministrar aulas e capacitações nas suas regiões

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Incentivar a produção e orçamento específicos para o fortalecimento de redes de comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelos pontos de cultura.
2. Formação e fomento à produção cultural, solidária e criativa.
3. Infraestrutura, orçamento próprio, equipamentos físicos, mecanismo de concessão de prédios públicos e permanente para os pontos de cultura, para garantir a continuidade e o funcionamento das atividades, como também independência para a política Cultura Viva.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

[Ceará conclui 2ª Teia Estadual Cultura Viva e preparação para a etapa nacional de 2026](#)

5. [DISTRITO FEDERAL](#)

3ª Teia/ Fórum dos Pontos e Pontões de Cultura do Distrito Federal

Onde: Brasília - Centro Cultural Renato Russo

Quando: 21 e 22 de novembro de 2025

Quem realizou o encontro: Rede Cultura Viva DF, com apoio do Ministério da Cultura, da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e do Instituto de Desenvolvimento Social (Omni)

Quantas pessoas inscritas: 184

Representantes do MinC presentes: Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural; Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Cultura Viva; Mirim Ju Yan Guarani, coordenador de Promoção das Culturas Indígenas (SCDC/MinC)



Grupos de Bumba-meu-boi, bonecos gigantes e outras manifestações culturais reunidas em um cortejo cênico musical marcaram a abertura da 3ª Teia/ Fórum dos Pontos e Pontões de Cultura do Distrito Federal, no dia 21 de novembro de 2025, no Centro Cultural Renato Russo, em Brasília.

Fazedores de cultura de todas as Regiões Administrativas do DF, gestores públicos e parlamentares participaram do evento, que durou dois dias e foi marcado por debates sobre o fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva, ações para os próximos ciclos, e sobre a relação entre cultura e justiça

climática, tema da etapa nacional.

À época da 3ª Teia/Fórum, o Distrito Federal contava com 176 pontos de cultura certificados. Mais de R\$ 6 milhões haviam sido destinados à rede distrital por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.



3ª Teia de Pontos de Cultura do Distrito Federal (Fotos: Carol Lando/MinC)

Notícia publicada no gov.br/culturaviva:

[Teia dos Pontos de Cultura do DF celebra diversidade e expansão da rede local](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Aguinaldo Tavares – Aguinaldo Algodão – Ponto de Cultura Bonecaria São Saruê
2. Ailton Velez – Ponto de Cultura Menino de Ceilândia
3. Alan Alves – Ponto de Cultura Imaginário Cultural
4. Ari Barros – Ponto de Cultura de Canto a Canto
5. Cláudio Raffaello – Ponto de Cultura Caminhos do Audiovisual
6. Daniela Rueda – Ponto de Cultura Invenção Brasileira
7. Darcir Lima – Ponto de Cultura Instituto Solid'art
8. Elimar Caranguejo – Ponto de Cultura Arte na Praça
9. Elves de Arimateia – Ponto de Cultura Cordeliando
10. Ester Fonseca – Ponto de Cultura Abraço Solidário
11. Felipe Vitelli – Ponto de Cultura Tribo das Artes
12. Geraldo Magela Toledo – Ponto de Cultura Ciartcum
13. Isabella Roivo – Ponto de Cultura Camerata Criativa
14. Jehn Karipuna – Ponto de Cultura Mamulengo Presepada
15. Baba Joel – Ponto de Cultura ILÊ ASÉ EIYELÉ OGÊ Ação e Tradição
16. Josania Castro – Ponto de Cultura Cia Cidade dos Bonecos
17. Leda Carneiro – Ponto de Cultura Espaço Cultural Bagagem
18. Manoel Evaristo – Ponto de Cultura Academia Gamense de Letras
19. Márcio Nunes – Ponto de Cultura Confederação Brasileira de Quadrilhas Juninas
20. Marcolina Diná – Ponto de Cultura Congo Nya
21. Marco Antônio Gomes – Ponto de Cultura Mamulengo Fuzuê

22. Marco Resende – Ponto de Cultura Voar
23. Maria do Socorro – Ponto de Cultura Maria Conga
24. Maria Nazide – Ponto de Cultura Super Nova
25. Tereza Padilha – Ponto de Cultura Mapati
26. Miguel Alves – Ponto de Cultura Kombinando
27. Roberto Peçanha – Ponto de Cultura Palco
28. Roni Santos – Ponto de Cultura Black Spin
29. Thiago Madeira – Ponto de Muvida
30. Wanderson Barros – Ponto de Cultura Paixão do Cristo Negro

Propostas apresentadas no fórum distrital:

Eixo I – Plano Nacional Cultura Viva para os próximos 10 anos

- Criação de sede própria para Pontos de Cultura – “Minha sede, minha vida”
- Reconhecimento econômico e apoio institucional contínuo aos Pontos de Cultura
- Descentralização territorial como política urbana para a cultura
- Instituição dos Territórios de Cultura e territorialização da Política Cultura Viva
- Destinação de porcentagem fixa do Fundo de Cultura ao Cultura Viva

Âmbito nacional:

1. Garantir o pacto federativo com investimentos diretos de estados, municípios e Distrito Federal na Política Nacional Cultura Viva, além da destinação de percentual anual diretamente do Fundo Nacional de Cultura (FNC), assegurando a manutenção e sua distribuição equitativa, reconhecendo o território e as políticas territoriais como parte integrante da cultura de base comunitária, garantindo previsibilidade e periodicidade a longo prazo.
2. Fortalecimento da economia local e regional por meio do fomento e apoio ao desenvolvimento das cadeias e arranjos produtivos das iniciativas voltadas à economia solidária e criativa, com gestão comunitária de recursos, incluindo os bancos comunitários de desenvolvimento local, além de fomentar a construção de mecanismos de distribuição territorialmente equitativos dos recursos das políticas de Cultura Viva.
3. Criar mecanismos legais para a regularização de espaços públicos e privados ociosos e imóveis já ocupados por pontos e pontões de cultura nos estados, municípios e Distrito Federal, garantindo o fazer cultural e assegurando a função social da propriedade. Buscar e efetivar um programa de cessão de espaços/imóveis ociosos (como os da SPU e listados pelo órgão) para os Pontos de Cultura via chamamento público, com possibilidade de utilizar espaços privados que foram desapropriados, seguido da documentação de legalização do local (Minha Sede Minha Vida). Além disso, incentivar a imunidade, permitindo a isenção fiscal e tributária sobre atividades culturais exercidas por Pontos de Cultura devidamente certificados.

Âmbito distrital:

1. Atuar e contribuir na regulamentação das Áreas de Interesse Cultural (AIC) previstas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), garantindo a integração e vinculação das ações, instrumentos e políticas culturais nacionais e distritais e a participação e gestão social na identificação, proteção e valorização das AICs, de modo a inserir o debate do direito à cidade e a formação popular sobre as políticas territoriais como pauta e frente de luta alternativa dos movimentos culturais no DF.
2. Incentivar a integração das políticas territoriais à construção da Política Distrital Cultura Viva, reconhecendo as múltiplas conformações territoriais das regiões administrativas e considerando a pluralidade de práticas geridas e produzidas pelos territórios como parte integrante da cultura de base comunitária.
3. Reelaborar metodologias e mecanismos de distribuição e descentralização territorial de recursos das políticas de Pontos e Pontões de Cultura, considerando as diferenciações socioeconômicas e as desigualdades fundantes do Distrito Federal.
4. Criação da Lei Distrital Cultura Viva, que garanta a continuidade permanente da política pública visando sua proteção e perenidade.
5. Desburocratização dos mecanismos de fomento da política cultural.
6. Fortalecer a política de incentivo às juventudes, tornando os pontos de cultura como espaços de formação permanente, institucionalizando um programa permanente da política de agentes cultura viva.
7. Incentivo à imunidade tributária, permitindo a isenção de impostos como IPTU, IPVA, ISS e imposto de renda sobre atividades culturais exercidas por Pontos de Cultura Viva, devidamente certificados.
8. Fortalecer a política de incentivo às juventudes, a PCDs, melhor idade, tornando os pontos e pontões de cultura como espaços de formação permanente, institucionalizando um programa permanente da política de Agentes Cultura Viva.
9. Incentivar a criação e valorização de pontos de cultura voltados para a primeira infância, infância e juventude.

Eixo II – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

Âmbito nacional:

Criar um grupo de busca ativa junto a deputados distritais/nacionais para facilitar o acesso aos fomentos e às comissões de cultura. Promover o intercâmbio e mapeamento de Pontos de Cultura (ex: no Centro-Oeste e DF).

Âmbito distrital:

1. Criação de um observatório dos pontos de cultura viva para divulgação e acompanhamento de dados .
2. Criação de um fundo para fomento direto para os pontos de cultura
3. Implementação da política pública Cultura Viva com a implementação da portaria especificamente quanto ao comitê de gestão compartilhada
4. Criação de fomento direto por meio da Petrobras, BRB, Banco do Brasil, Eletrobras, big techs para os pontos de cultura, aos moldes dos projetos especiais da Rouanet.
5. Criação de Lei Cultura Viva do DF
6. Criação de databras brasileira para armazenamento e divulgação de dados, um sistema para soberania digital

7. Subsídio anual para manutenção – defesa de recursos contínuos para os pontos de cultura
8. Articulação intersetorial com outras secretarias, como Social, Saúde e Trabalho.
9. Criar proposta de ocupação para criação de sedes nos territórios de pontos de cultura
10. Criação do Comitê Permanente dos Pontos de Cultura, podendo ser vinculado ao Conselhos de Cultura do DF
11. Trilha formativa aos modos da ESCULT para os pontos de cultura
12. Participação social, consulta pública de editais de forma obrigatória

Eixo III – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

Âmbito nacional:

1. Aprovar projeto de lei de premiação voltado à permanência e existência dos mestres e mestras, tendo o piso salarial como referência. Atualizar os valores dos editais de fomento. Criar editais e prêmios específicos para Pontos de Cultura consolidados.
2. Propor perdão de dívidas e análise simplificada das prestações de contas para pontos de cultura em atraso para permitir o retorno aos editais.
3. Realizar acordos de cooperação dos governos e órgãos públicos (como a Receita Federal) com os Pontos e Pontões de Cultura para receber itens apreendidos ou materiais em desuso que possam ser utilizados em ações culturais (visando redução de carbono). Doação de materiais de produção de energia sustentável para pontos de cultura.

6. [MATO GROSSO](#)

Teia/V Fórum Estadual de Pontos de Cultura de Mato Grosso

Onde: Poconé - Sesc Porto Cercado

Quando: 8, 9 e 10 de dezembro de 2025

Quem realizou o encontro: Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) e três Pontões de Cultura

Representante do MinC presente: Carolina Freitas, coordenadora de Planejamento da Cultura Viva (SCDC)



A Teia Estadual de Pontos de Cultura de Mato Grosso foi realizada na cidade de Poconé entre os dias 8 e 10 de dezembro de 2025, com a presença de representantes de 89 organizações de várias partes do estado. Diversidade e representatividade marcaram a programação, que reuniu pontos de cultura indígenas, ribeirinhos, quilombolas, coletivos do movimento negro, grupos urbanos de hip-hop e iniciativas voltadas ao teatro, música, literatura, dança, circo e artesanato.

As atividades incluíram rodas de conversa, espaços formativos, debates temáticos e a eleição dos delegados e

delegadas que representarão Mato Grosso na Teia Nacional, no Espírito Santo. Também foram escolhidos cinco membros da Comissão Estadual de Pontos de Cultura de Mato Grosso – “Rede Pontos do Mato”, representantes de municípios dos territórios culturais Cuiabá, Araguaia, Juruena, Vermelho e Teles Pires.

Quando foi realizado o encontro, o estado contava com 136 organizações certificadas no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, distribuídas em 38 do total de 142 municípios. Para ajudar a articular as ações de integração da rede, a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) selecionou, por meio de chamamento público, três Pontões de Cultura, entre eles o Flor do Mato, de Tangará da Serra.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

[Teia Estadual reúne rede de pontos de cultura e fortalece articulação da Cultura Viva em Mato Grosso](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Joyce Lilian Lombardi - Instituto Estadual Sementes do Bem (Cuiabá)
2. Lois Lene Bento de Sousa - Associação Instituto Saberes (Juína)
3. Marilza da Silva Costa - Afrobrasilidades (Tangará da Serra)
4. Marinalva Marques de Souza - Alcartes - Academia de Letras, Cultura e Artes do Centro (Barra do Garças)
5. Anselmo da Costa Paraná - Anjos da Lata (Várzea Grande)
6. Charles Pierre Salomé Junior - Instituto Celeiro das Artes (Campo Verde)
7. Eliana Boroponepa Monzilar - Coletivo Bolorie Balatiponé (Barra do Bugres)
8. Isaac Amajumepá - Coletivo Acervo e Memória Indígena e Indigenista (Cuiabá)
9. Rodrigo Zaiden dos Santos Ribeiro - Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso (AEEC-MT) - Cuiabá
10. Paulo Eduardo Seber Marquezini - OSCA – Obras Sociais da Comunidade de Araputanga (Araputanga)
11. Ronaldo Adriano Freitas Lima - Espaço Cultural TEAF (Alta Floresta)
12. Denisy de Paula Xavier - Associação Matogrossense de Dança Folclórica do Siriri e Cururu Projeto Guato (Instituto Guató) - Cuiabá
13. Isadora Bruna da Silva Monge - Instituto Cultural Casarão das Artes (Cuiabá)
14. Luís Otávio Marques de Oliveira - Ponto de Cultura Ninho do Sol (Campo Novo)
15. Suzana Shisuco Hirooka - Ponto de Cultura Casa Dom Aquino (Cuiabá)
16. Alcides Ribeiro dos Santos - Museu da Viola de Cocho e Artes Pantaneiras (Santo Antônio do Leverger)
17. Júlio César Freitas Coelho - Associação Sociocultural e Ambientalista Leite de Pedras – Laboratório Cênico (Circo Escola Leite de Pedras) - Cuiabá
18. Alessandra Garcia Grandini - Movimento Vambora (Cuiabá)
19. Hadassah Luz Nogueira de Souza - Associação Cultural MT Queer (Cuiabá)
20. Carolina Miranda Barros - Instituto INREDE (Cuiabá)
21. Elisângela Passos Andrade - Instituto Ciranda (Cuiabá)
22. Jucirlane Oliveira de Santana - Associação Koblenz Brasil – Kobra (Harmonia e Evolução) - (Rondonópolis)

23. Karla Cristina Vecchia de Souza - Mulheres do Hip Hop de Mato Grosso (Cuiabá)
24. Larissa Silva Freire Spinelli - Casa de Cultura Silva Freire (Cuiabá)
25. Priscila Cristina Fernandes - Associação Flor do Mato (Tangará da Serra)
26. Sirlene Vieira de Campos Borralho - Instituto Nobres Vozes – Innovo (Nobres)
27. Ghunnar Viana Marquardt - Coletivo Batalha da Alencastro (Cuiabá)
28. Leandro Faustino Polastrini - Associação Folclórica de Tangará da Serra (Tangará da Serra)
29. Vinícius José Hoffmann Bertuol - Grupo Tibanaré (Cuiabá)
30. Wanderson Alex Moreira de Lana - Faces de Cultura (Primavera do Leste)



Teia Mato Grosso 2026 (Fotos: Lennon Magno)

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Tema central: “Pontos de Cultura pela Justiça Climática”

- Instituir o Programa Nacional de Fomento Cultura Viva pela Justiça Climática como política pública permanente, com dotação orçamentária própria, reconhecendo os Pontos de Cultura como agentes estratégicos no enfrentamento das desigualdades climáticas, especialmente nos territórios periféricos, comunidades tradicionais e contextos historicamente vulnerabilizados.

- O programa deverá contemplar o fomento às políticas de educação ambiental nos territórios ocupados pelos Pontos de Cultura, garantindo financiamento extra para Pontos e Pontões de Cultura localizados em áreas de reserva ambiental, reservas indígenas, quilombos, em territórios em situação de conflito, em áreas sensíveis a mudanças climáticas que trabalham na proteção do meio ambiente e na ajuda e suporte de populações em risco, relacionados a mudanças climáticas.

Eixo 1 – Plano Nacional Cultura Viva +10 e Justiça Climática

1. Viabilizar a destinação de imóveis públicos e privados sem função social para fins de sede dos Pontos de Cultura.
2. Ampliar e fortalecer a articulação da Rede de Pontos de Cultura com as redes estaduais de educação e com as instituições de ensino superior, CRAS escolas, unidades de saúde, para que esses espaços funcionem como ambientes de práticas formativas, extensionistas e de promoção de políticas sociais, educacionais e de direitos humanos.
3. Ampliar, garantir e assegurar mecanismos de fomento específicos para povos e comunidades tradicionais — incluindo quilombolas, indígenas, pantaneiros, povos de matriz africana, populações em vulnerabilidade, ribeirinhos, ciganos e comunidades rurais, assegurando percentuais proporcionais de vagas e recursos.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional Cultura Viva

1. Pactuação de protocolos de gestão compartilhada entre o Ministério da Cultura (MinC), as secretarias estaduais de Cultura, o Distrito Federal e os municípios, com definição clara de responsabilidades:
 - . União: formulação de diretrizes, financiamento estrutural e monitoramento em âmbito nacional;
 - . Estados/Distrito Federal: articulação territorial, oferta de processos formativos e acompanhamento das ações;
 - . Municípios: apoio local, disponibilização de infraestrutura e execução integrada das políticas.
2. Inclusão da Política Cultura Viva no Plano Nacional de Cultura e nas agendas permanentes dos Fóruns Nacionais de Gestores de Cultura, fortalecendo sua institucionalidade e continuidade.
3. Instituição, no âmbito do Ministério da Cultura, do Programa Nacional “Minha Sede, Minha Vida”, destinado a garantir recursos públicos para a aquisição, regularização fundiária ou construção de sedes próprias de entidades culturais, priorizando Pontos de Cultura certificados ou em processo de certificação.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade

1. Garantir recurso financeiro e mecanismos legais nas esferas: municipal, estadual e federal (recursos próprios somados ao recurso da Aldir Blanc) dentro do orçamento público para manutenção permanente das estruturas físicas dos Pontos e Pontões de Cultura em despesas correntes (aluguel, gás, luz, água, internet). Promover aditivos financeiros e programas para o desenvolvimento da economia circular e, também, para processos de circulação dos bens e produtos culturais entre Pontos e Pontões de Cultura;
2. Garantir a previsibilidade do financiamento de três anos nos mecanismos de fomento para Pontos e Pontões de Cultura, garantindo sustentabilidade na manutenção e execução das políticas culturais no território em que o Ponto/Pontão está inserido.
3. Criar linhas de financiamento para um programa de formação, geração de renda e empregabilidade na cadeia produtiva da cultura para população trans/travesti com oferta de bolsa de formação continuada em formação cultural e elaboração de projeto. Garantir aditivo de valor financeiro para Pontos e Pontões de Cultura que trabalham na proteção, fortalecimento, mobilização e na difusão das práticas e vivências artísticas de comunidades minorizadas, marginalizadas e em vulnerabilidade e/ou risco social.

7. [PERNAMBUCO](#)

4ª Teia dos Pontos de Cultura de Pernambuco

Onde: Gravatá

Quando: De 10 a 13 de dezembro de 2025

Quantos inscritos no fórum: 131 representantes de pontos e pontões de cultura

Quem realizou o encontro: Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE)

Representantes do MinC presentes: Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural; Tião Soares, diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares (SCDC); Thiago Leandro, de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios, e Júnior Afro, diretor do Sistema Nacional de Cultura.



A 4ª Teia Estadual dos Pontos de Cultura de Pernambuco foi realizada no município de Gravatá, entre os dias 10 e 13 de dezembro. O evento reuniu 131 Pontos e Pontões de Cultura, gestores e gestoras municipais, representantes de instituições parceiras e do Ministério da Cultura, além de autoridades estaduais. Entre elas, a governadora Raquel Lyra, e a secretária de Cultura, Cacau de Paula.

Durante os quatro dias de programação, foram realizadas mesas temáticas, painéis simultâneos, rodas de conversa,

oficinas de articulação e intercâmbio, mostra audiovisual (Cine TEIA), além de momentos de integração entre os participantes, abordando temas como justiça climática, governança, memória, acessibilidade, redes, formação, sustentabilidade, fomento e trabalho cultural.

O encontro teve como objetivos a reativação das instâncias de participação social, a discussão da regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva (Lei nº 18.209/2023), a construção de diretrizes para o Plano Estadual Setorial da Cultura Viva e o fortalecimento da rede de Pontos de Cultura no território pernambucano. Na plenária final, foram apresentadas as propostas construídas nos Grupos de Trabalho (GTs) e realizada a eleição da delegação que representará Pernambuco na Teia nacional, bem como do Colegiado Estadual dos Pontos de Cultura.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

[Pernambuco realiza 4ª Teia Estadual de Pontos de Cultura e contribui para a construção da etapa nacional em 2026](#)



4ª Teia dos Pontos de Cultura de Pernambuco (Fotos: Juana Carvalho)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Cláudio Brandão de Oliveira (Seu Malaquias O Gigante do Alto – Recife)
2. José Janailson da Silva (Grupo Festdrilha – São Bento do Una)
3. Lucicleide Maria da Silva (Ponto de Cultura Amunam – Nazaré da Mata)
4. Felipe Cardoso Costa de França (Ponto de Cultura Batá Kossô – Olinda)
5. Omiyalê Patrícia Bartolomeu de Araújo (Terreiro do Córrego do Ouro – Abreu e Lima)

6. Marcos Antônio Mendes da Silva (Associação Plataforma Itinerante – Limoeiro)
7. Maria Zizuína dos Santos Nascimento (Associação dos Moradores do Sítio Brejinho da Serra – Petrolândia)
8. Francisco de Assis do Nascimento (Afoxé Alafin Oyó – Olinda)
9. Alexandre Soares da Silva (N'Golo Capoeira Angola – Caruaru)
10. Barbara Oliveira Antunes Alvarenga – Centro Cultural e Cidadania Arte Humana Macassar – Olinda)
11. Carla Rafaela Monteiro (Chocalho – Santa Cruz do Capibaribe)
12. Letícia Carvalho Ferreira (Coletivo de Breaking Jaboatonense – Belo Jardim)
13. Karen Adrielly Aguiar de Souza (Maracatu Carnavalesco Leão Coroado – Olinda)
14. João Manoel dos Santos (Sociedade Maracatu Leão Misterioso – Nazaré da Mata)
15. Roberto Gercino da Silva (Centro Cultural Boi Tira Teima – Caruaru)
16. Maria Goretti Caminha (Bloco Carnavalesco Misto Pierrot de São José – Recife)
17. Flávio Cavalcanti dos Santos (Ilê Axé Kiambá Oju Oya – Caruaru)
18. Carlos Alberto Pereira de Oliveira (Centro Cultural Zé Puluca – Bom Conselho)
19. Cirleide do Nascimento Silva (Mamulengando Alegria – Glória do Goitá)
20. Valquiria Maria da Silva (Caboclo Urubá – Paudalho)
21. Nathalia Valeska Bringel de Melo (Associação Amigos de Nossa Senhora da Conceição – Paulista)
22. Williams Wilson de Santana (Centro Sociocultural de Promoção à Cidadania – Cabo de Santo Agostinho)
23. Susana Micaele Vieira (Associação de Artes Cênicas – Salgueiro)
24. José Aparecido Santos Júnior (Poesias de Luta – Salgueiro)
25. Rafael Farias Almeida (Pontos de Cultura Junina Portal do Sertão – Arcoverde)
26. Ana Beatriz dos Santos Freitas (Ponto de Cultura Herdeiros do Xaxado – Serra Talhada)
27. Laísa Gomes Magalhães (Fundação Cultural Cabras do Lampião – Serra Talhada)
28. Alfredo José da Cruz Neto (Ponto de Cultura Associação Nação Coripós – Santa Maria da Boa Vista)
29. Diógenes Humberto Rodrigues da Silva (Cia. Artística Avani Lopes – Santa Cruz do Capibaribe)
30. Mylene Ferreira de Moura (Interior Coletivo – Belo Jardim)

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

Criar políticas públicas interministeriais de sustentabilidade que garantam, através da aplicação dos saberes e das tecnologias ancestrais de povos ribeirinhos, indígenas, rurais, terreiros e quilombolas, ações que ofereçam soluções de preservação dos recursos naturais essenciais para o fazer cultural das comunidades tradicionais, a partir das práticas, saberes e vivências das mestras, mestres e agentes territoriais dos pontos e pontões de Cultura.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Criação do Fundo Nacional Cultura Viva, com aumento do percentual mínimo de 20% para os estados e 30% para os municípios do orçamento do Cultura Viva nos

editais da Política Nacional Aldir Blanc - estadual e municipal - com critérios de regionalização.

2. Criação de fundo permanente para garantir a sustentabilidade de ações formativas específicas para crianças e adolescentes realizadas pelos pontos de cultura.
3. Criação de certificação de ponto de cultura e saúde para entidades culturais já certificadas como pontos de cultura que promovam ações de saúde comunitária, alinhadas às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) ofertadas pelo SUS — como terapia comunitária, acupuntura, dança circular, reiki, entre outras. Além de medicinas ancestrais, cultura alimentar e saberes tradicionais.

Eixo 2 - Governança da Política Nacional da Cultura Viva

1. Promover a participação de pontos e pontões de cultura nos conselhos dos entes federativos da União e nos fóruns nacionais de: meio ambiente, patrimônio cultural, saúde e educação.
2. Exigir fiscalização do Governo Federal junto aos municípios para a garantia da aplicação correta dos recursos da PNCV.
3. Criar um programa nacional de intercâmbio entre pontos e pontões de cultura, a fim de promover troca de experiências, práticas e saberes, garantindo participações igualitárias e descentralizadas.

Eixo 3 - Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Instituir um mecanismo permanente de apoio financeiro anual aos pontos de cultura, garantindo condições dignas de trabalho, continuidade das atividades e sustentabilidade da criação artística comunitária.
2. Edital de premiação e certificação para expressões periféricas (incluindo o bregafunk, movimento brega, passinho, cultura ballroom, poesia marginal, culinária de ferreiro, tatuagens, cultura lgbtqiapn+) e para reconhecimento de mestres e mestras dessas expressões.
3. Garantia de recursos anuais para estruturação, manutenção e gestão dos pontos e pontões de cultura.

8. [ALAGOAS](#)

6ª Teia Estadual/ VI Fórum da Rede de Pontos de Cultura

Onde: Japaratinga - Espaço Multieventos

Quando: 9,10 e 11 de dezembro de 2025

Quem realizou o encontro: Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (Secult), em parceria com o Ponto de Cultura Patacuri - Formação, Cultura e Comunicação Afro Ameríndia, com o apoio da Prefeitura de Japaratinga.

Quantas pessoas inscritas: 92

Representante do MinC presente: Leandro Anton, coordenador de Articulação da Cultura Viva



A 6ª Teia Estadual de Pontos de Cultura de Alagoas – realizada entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2025, na praia de Japaratinga – foi um espaço de reencontro, escuta e reconstrução coletiva da rede Cultura Viva no estado. Nesses três dias, ponteiros e ponteiros, jovens, mestres e mestras, fazedores da cultura, gestores e comunidade local compartilharam experiências, participaram de rodas de conversa, mesas temáticas e atividades formativas.

A programação contou também com cortejos e apresentações artísticas de Pontos de Cultura como a Filarmônica Santa Cecília, o Boi Treme Terra, o Guerreiro Raio de Sol e o Coco de Roda Ganga Zumba, que mostraram a diversidade de práticas, linguagens e tradições que

compõem a cultura de base comunitária em Alagoas.

Tendo a “Justiça Climática em Territórios Ancestrais” como tema central, a sexta edição da Teia e do Fórum Estadual da Rede Alagoana de Pontos de Cultura reafirmou a potência dos povos originários, das comunidades tradicionais, das periferias e de territórios historicamente vulnerabilizados como guardiões de saberes fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos.

No VI Fórum Estadual, além da eleição dos 30 delegados e delegadas que participarão do V Fórum Nacional, em Aracruz (ES), foram escolhidos os novos membros da Comissão Estadual de Pontos de Cultura (10 titulares e 10 suplentes), e em seguida, os representantes do Grupo de Trabalho (GT) de Alagoas na Comissão Nacional de Pontos de Cultura.



6ª Teia Estadual de Alagoas (Fotos: Tatiane Almeida/Secult AL)

Notícia no gov.br/culturaviva

[Alagoas define propostas e elege representantes para Teia Nacional dos Pontos de Cultura](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Célio Rodrigues dos Santos - Axé Pratygy
2. Cosmo Luiz Soares de Souza - MAC - Municipal Delmiro Gouveia
3. José Roberto Mariano da Silva - Associação Teatral Arte e Fé
4. Manoel Silvestre da Conceição Muniz - Associação Amigos de Piaçabuçu - Olha O Chico
5. Marcos Gabriel França Vieira - Sociedade Filarmônica Euterpe São Benedito
6. Dário Francisco de Oliveira Júnior - Casa Manguaba - Associação Cultural
7. Ana Patrícia Santos Cruz - Memorial Manoel Francisco
8. Nayri Silva Cruz - Kariri-Xocó
9. Everaldo Geraldo de Melo - Família Hündêsô
10. Alex Gabriel de Sousa Rodrigues - Patacuri Cultura Formação e Comunicação Afro Ameríndia
11. João Victor Lemos Viana - Pontão de Cultura Focuarte
12. Ivan Barsand de Leucas - Pontão de Cultura Associação dos Folguedos Populares de Alagoas (Asfopal)
13. José Leão da Silva - Ponto de Cultura Meninos do Sítio
14. José de Arimatéia de Vasconcelos Teixeira - Ponto de Cultura Caminhos da Cantoria de Viola
15. Antônio Henrique Gaspar da Silva - Pontão de Cultura Instituto Opará Cultural

16. José Márcio Souza - Instituto Pedro Teixeira Viva Chã Preta
17. Júlia Marceline Scala - Sua Majestade o Circo
18. Maria Luiza Silva Leite Arivle - Pontão de Cultura Monte Cultural
19. Elvira Barbosa Nunes - Espaço Cultural Sara Kali
20. Francческа di 'Paola Braga Rabelo - Quintal Cultural
21. Adriana Chaluppe dos Santos Araujo - Ponto de Cultura Mestra Vânia Oliveira - AACAL
22. Mariana Gico Lima Belo - Ponto de Cultura Fala Quilombo - IEDI
23. Wanisse Elita da Silva - Filarmônica Santa Cecília
24. Maria Gomes de Barros dos Santos - Quilombo Cal Maria das Dores
25. Maria das Dores de Oliveira Cavalcante - Ádapo Muquem
26. Rosiane Pedrosa Cerqueira Freitas - Associação dos Forrozeiros de Alagoas - Asforral
27. Juvina Alice Reis da Silva Pessoa - Carroça da Leitura
28. Jaqueline Caldas Belo - Associação Comunitária Amigos em Ação
29. Allan Vitor dos Santos - Liga de Bumba Meu Boi
30. Emerson Simpliano da Silva - Campestre FM

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Tema central: Cultura Viva pela Justiça Climática

- Propor a criação do Selo Verde Cultura Viva, destinado a reconhecer, financiar e incentivar iniciativas culturais que desenvolvam práticas sustentáveis, com foco em reutilização, beneficiamento e transformação artística de resíduos e descartes poluentes nos territórios de cultura viva.
- Com a redução ou isenção de impostos estaduais e municipais para grupos, coletivos e empreendimentos culturais que atendam aos critérios do selo. Também com a criação de linhas de financiamento específicas para projetos que promovam impacto socioambiental positivo, com a concessão de pontuação adicional em editais para iniciativas certificadas com o Selo Verde, e estabelecimento de incentivos fiscais nas importações de equipamentos, insumos, tecnologias e ferramentas necessárias ao desenvolvimento de práticas artísticas ambientalmente responsáveis.
- O Selo Verde Cultura Viva deverá funcionar como instrumento de estímulo à sustentabilidade, à justiça climática e à geração de trabalho e renda através da arte produzida com responsabilidade socioambiental.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Garantir que, no mínimo, 25% do orçamento da Política Nacional de Cultura Viva seja destinado a proponentes constituídos como grupos ou coletivos sem constituição jurídica formal em forma de premiação, de modo a assegurar que 50% do total dos recursos sejam destinados à celebração de Termos de Compromisso

Cultural (TCC), permanecendo os 25% restantes de aplicação discricionária pela gestão pública, conforme critérios e diretrizes da política.

2. Criação de editais que exijam, no ato da inscrição, a comprovação das atividades desenvolvidas, assegurando que as instituições proponentes estejam efetivamente alinhadas aos princípios da PNCV e promovendo uma estratégia de renovação com continuidade das ações já consolidadas. A partir desse critério, busca-se garantir o reconhecimento e a consolidação das atividades dos Pontos de Cultura em exercício, com atuação comprovada e legitimada pela comunidade, ao mesmo tempo em que os novos Pontos de Cultura concorram entre si, assegurando condições equitativas de participação e competição paritária nos processos seletivos.
3. Instituir um calendário nacional anual unificado, formalizado por ato oficial, nos moldes do Plano Plurianual (PPA), com a previsão pública do lançamento de editais, programas e demais instrumentos da PNCV, assegurando previsibilidade, planejamento e transparência. Vincular a participação nos editais e políticas à realização prévia de ações de letramento, garantindo que todos os proponentes compreendam as diretrizes, os princípios e os marcos legais da Política Nacional de Cultura Viva.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Propõe-se a retirada dos recursos destinados à PNCV do escopo de financiamento da Política Nacional Aldir Blanc, com a instituição de dotação orçamentária própria, garantida anualmente, no âmbito do orçamento público. Tal medida visa assegurar a continuidade das ações e atividades da PNCV, considerando que seu objeto se caracteriza pelo fomento contínuo, estruturante e de médio e longo prazo, e não por ações de caráter imediato ou pontual.
2. Propõe-se a retomada dos Pontões de Gestão, por meio do firmamento de instrumentos jurídicos diretamente entre o Ministério da Cultura e as entidades responsáveis, com a finalidade de apoiar e fortalecer a gestão da rede de Pontos de Cultura nos Estados. A implementação dos Pontões de Gestão deverá considerar a demanda existente em cada ente federado, tomando como referência o quantitativo de Pontos de Cultura devidamente certificados, assegurando uma atuação proporcional, descentralizada e adequada às realidades territoriais.
3. As instituições certificadas como Pontos e Pontões de Cultura deverão ter assegurada pontuação adicional nos chamamentos públicos, em reconhecimento à sua trajetória, experiência comprovada e atuação contínua nos territórios que resultaram seu reconhecimento.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Instituir um programa de bolsa cultural para financiar a operacionalização de uma incubadora de talentos em Pontos de Cultura. O programa objetiva a capacitação prática de jovens das redes pública e privada, utilizando a mentoria de fazedores de cultura locais (mapeados via cadastros oficiais) para a formação profissional e inserção no mercado cultural.

2. Estabelecer um auxílio financeiro permanente para mestres e fazedores de cultura, visando a transmissão de saberes e a salvaguarda do patrimônio cultural. O programa incluirá um sistema de monitoramento de impacto ambiental, com foco em áreas afetadas por catástrofes, em parceria com instituições acadêmicas estaduais e federais.
3. Promover a integração da capacitação técnica remunerada na rede dos Pontos e Pontões de Cultura. O objetivo é estabelecer um programa contínuo onde trabalhadores da cultura atuam como formadores, garantindo justa remuneração. Essa ação tem dupla função: promove a salvaguarda ativa dos modos de saber e fazer tradicionais e impulsiona a economia criativa local. A iniciativa é complementada pelo intercâmbio de práticas entre os Pontos, fortalecendo a rede nacional e a sustentabilidade das iniciativas culturais.

9. MARANHÃO

Teia Estadual e 1º Fórum Estadual de Pontos e Pontões de Cultura do Maranhão

Onde: São Luís - Rio Poty Hotel

Quando: 11 e 12 de dezembro de 2025

Quantas pessoas inscritos: 103

Quem realizou o encontro: Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão

Representante do MinC presente: Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Política Nacional Cultura Viva (SCDC)



Nos dias 11 e 12 de dezembro de 2025, a Teia Estadual e o 1º Fórum Estadual de Pontos e Pontões de Cultura do Maranhão reuniram ponteiros e ponteias em São Luís, em dois dias de atividades voltadas à formação, articulação e construção coletiva de propostas para a política cultural no estado.

A programação contou com mesas para discussões sobre a Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) e os três eixos temáticos propostos para a Teia nacional: 1) Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos; 2) Governança da Política Nacional de Cultura Viva; 3) Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística.

Também foram apresentadas experiências locais, como as dos Pontos de Cultura Floresta Criativa, Mestre Leonardo e Encantado Brasil Norte. As atividades foram intercaladas por apresentações artísticas, com forte presença das expressões tradicionais e populares maranhenses, como o cacuriá e o tambor de crioula. O Bumba meu Boi de Santa Fé e o bloco afro Akomabu foram atrações do primeiro dia.

A participação de pontos de cultura que atuam em territórios rurais, comunidades tradicionais, quilombolas e de terreiro teve destaque ao longo do encontro.

Notícia publicada no [gov.br/culturaviva](https://www.gov.br/culturaviva):

Maranhão realiza 1º Fórum Estadual de Pontos e Pontões de Cultura

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/maranhao-realiza-1o-forum-estadual-de-pontos-e-pontoes-de-cultura>



Teia Estadual do Maranhão (fotos: Divulgação)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Maria Lúcia Gato de Jesus - Coteatro (*)
2. Nubiragina Salazar dos Reis - Tambor de Crioula São Francisco
3. Janete Mota Lima - Tenda de Umbanda São Sebastião
4. Jaqueline Fernandes Martins - Associação dos Umbandistas de Bacabal
5. Josilene Brandão da Costa - Ponto de Cultura de Matriz Africana (DANEJI)
6. Jucine Azevêdo de Castro - O Príncipe da Baixada
7. Jessica de Lourdes Cantanhede Barbosa - Associação Beneficente
8. Claudyo Jackson Damascena Simão - Gameleira
9. Lúcio Flávio Trindade Avelar - Terreiro de Tambor de Mina Nossa Senhora Santana
10. Adailson Sousa dos Santos Trigueiro - Boi Trincheira Querida do Bairro de Fátima
11. Joanna Karla da Silva Ferreira - Cooperativa Central de Reforma Agrária
12. Liedson Almeida Lemos - Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis
13. Raimunda Nonata Monteiro Pinto - Nossa Senhora da Vitória
14. Emília Justino Cabral Nazar Neta - Boi de São Simão

15. Basílio Costa Curans - Floresta Criativa - Mestre Apolônio
16. Imira Reis Brito - Ponto de Cultura Laborarte
17. Carlos Eduardo da Silva Palhares - Teatro Ferreira Gullar
18. Simei Arrana Dantas - Tambor de Crioula Arte Nossa: a África no Maranhão
19. Jessica Mendonça de Carvalho - Casarão Porta e Janela
20. Nivaldo Luis Nogueira Nunes - Instituto Ambiental de Desenvolvimento Sustentável da Região de Pericumã
21. Ramon Candido Oliveira Silva - Boizinho Expressão Cultural
22. Edilson Ferreira - AGLEPS
23. Elitiel Pereira de Souza Guedes - Centro de Formação e Capacitação Padre Jósimo
24. Manoel de Almeida e Silva - Ponto de Cultura ILEXPP
25. Antonio dos Reis Machado - Capoeira Ações da Nossa Identidade Cultural
26. Oswaldo de Abreu Monteiro - Ateliê do Sonho SLZ
27. Carlos Felipe Pereira do Nascimento - Associação Folclórica Os Teremembeses
28. Leidyane Barbosa de Oliveira - Companhia de Teatro e Dança Arte Livre (Ciatdal)
29. Wagner Alves Leite - Associação Artística Cultural Guerreiros da Fé
30. João Batista Cunha - Tenda de Umbanda São João Batista

() Esta é a lista que figura na ata enviada ao MinC. Em outra lista, enviada à parte, o nome de Maria Lúcia, o primeiro da lista, é substituído pelo nome da suplente Narlize Costa Fonseca*

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

Implementar programa intersetorial com a criação de um calendário climático para o fortalecimento da autonomia comunitária, combate ao racismo ambiental, ampliação da participação social nos processos decisórios e impulsionamento de economias sustentáveis baseadas na cultura, ancestralidade e justiça climática, que articule estudos relativos às bacias hidrográficas, cartografia social dos territórios e comunidades tradicionais, salvaguarda de mestres e saberes, tombamento e reconhecimento de territórios tradicionais, educação ambiental e climática, valorização dos saberes tradicionais na saúde, preservação do patrimônio natural e mecanismos de certificação de práticas ancestrais.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Criação de calendário climático para discutir, conscientizar e promover a temática nas comunidades alcançadas pelos pontos e pontões de cultura.
2. Garantir a participação dos conselhos de políticas culturais nas três esferas federativas na elaboração de editais da PNCV e assegurar a continuidade dessas políticas culturais, garantindo participação ativa da sociedade civil na sua implementação e fiscalização.
3. Reconhecer os pontos de cultura como espaços de promoção de educação ambiental, memória territorial e integração entre políticas públicas, incluindo a justiça climática como eixo transversal e como agentes de educação popular, produção

cultural e valorização dos saberes tradicionais, com prioridade para territórios vulnerabilizados, por conflitos socioambientais em consonância com a legislação ambiental vigente.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Criação de departamentos para gestão da política nacional cultura viva nas secretarias municipais e estaduais de cultura, visando a implementação eficiente da política, o diálogo com a sociedade civil e o seu fortalecimento nas diferentes vertentes.
2. O Ministério da Cultura deve estabelecer em consonância com as gestões estaduais e municipais planos de monitoramento, geração de dados e publicização dos resultados da Política Nacional Cultura Viva nas políticas de fomento cultural.
3. O Ministério da Cultura deve atualizar a instrução normativa da Governança da Política Nacional Cultura Viva para garantir e ou reconhecer as instâncias, os fóruns, comissões, GTs temáticos e comitês gestores em consonância com a sociedade civil, que deverá criar normativas internas que orientem tempo de mandatos, periodicidade de reuniões virtuais e ou presenciais, garantindo assim a participação democrática da sociedade civil na gestão da política.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Criar mecanismos permanentes de fomento, como fundos contínuos, contratos plurianuais e linhas de manutenção que assegurem a continuidade das ações culturais, reduzam a dependência de editais pontuais e permitam planejamento de longo prazo para pontos e pontões de cultura.
2. Simplificar efetivamente os processos de acesso e prestação de contas com metodologias adequadas aos perfis dos coletivos culturais, ao mesmo tempo em que se fortalece a articulação entre União, estados e municípios para garantir repasses ágeis, coordenação integrada e implementação homogênea da política em todo o país.
3. Reduzir desigualdades regionais por meio de políticas de descentralização que ampliem acesso a equipamentos, formação e tecnologias, valorizando a economia viva dos territórios (periferias, zonas rurais, comunidades tradicionais) e promovendo inclusão digital, mídia livre e inovação como pilares da produção cultural.

10. [TOCANTINS](#)

Teia Estadual dos Pontos de Cultura de Tocantins 2025/ VI Fórum Estadual de Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura do Tocantins

Onde: distrito de Taquaruçu, Palmas

Quando: 12, 13 e 14 de dezembro de 2025

Quanto: pessoas inscritas no fórum: 100

Quem realizou o encontro: Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Tocantins, com o Ministério da Cultura e o GT Rede Tocantins de Pontões e Pontos de Cultura, em parceria com o Comitê Estadual de Cultura no Tocantins / PNCC, e com apoio da Secretaria Estadual da Igualdade Racial, da Secretaria Estadual dos Povos Originários e Tradicionais e da Universidade Federal do Tocantins.

Representante do MinC presente: Tião Soares, diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares (SCDC)



A Teia Estadual dos Pontos de Cultura do Tocantins ocupou diferentes espaços de Taquaruçu, distrito de Palmas, entre os dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2025. Ao longo desses três dias, Pontos de Cultura como a Casa do Artesão, o Canto das Artes, o Pote de Ouro e o Circo Os Kaco, além da Aldeia Taboka Grande, sediaram seminários, encontros de saberes e fóruns que abordaram temas como gênero e diversidade, culturas tradicionais, cidadania ambiental, sustentabilidade e justiça climática.

O seminário “Gênero, Diversidade Cultural e Direitos Humanos” reafirmou que o debate sobre essas temáticas, quando situado nos territórios do Cerrado e da Amazônia, se manifesta como prática de resistência, cuidado e produção de vida. Além de destacar os terreiros como territórios de acolhimento, proteção e transmissão de valores comunitários, a atividade reforçou que a Política Nacional Cultura Viva constitui um instrumento estratégico para a promoção da diversidade cultural, do protagonismo comunitário e da justiça social, articulando cultura, território, direitos humanos e cidadania.

Oficinas, vivências comunitárias, exposições de artesanato e a mostra fotográfica Água é Vida – Guardiões das Águas também integraram a programação, promovendo reflexões sobre território, memória e meio ambiente. A etapa incluiu, ainda, encontros dedicados à infância, juventudes e cultura popular, além de apresentações musicais, circenses e audiovisuais.

No Circo Os Kaco, atividades voltadas à acessibilidade cultural e à educação ambiental dialogaram com o tema central da Teia, enquanto a Feira de Economia Solidária Tudo Daqui reuniu produções artesanais, criativas e agroecológicas de diferentes territórios.

A programação foi encerrada no dia 14 de dezembro, no Ponto de Cultura Casa do Artesão, com o Fórum Estadual de Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura do Tocantins.

Notícia publicada no gov.br/culturaviva:

Rede Cultura Viva do Tocantins conclui etapa preparatória para a Teia Nacional

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/rede-cultura-viva-do-tocantins-conclui-etapa-preparatoria-para-a-teia-nacional>



Teia e VI Fórum Estadual do Tocantins (Fotos: Paulo Gualberto/ Governo do Tocantins)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Carolina Monteiro Ribeiro – Coletivo Cidade Perifa Ponto de Cultura/ Palmas
2. Rafael Dallagnol – Coletivo Batalha do Cultural/ Palmas
3. Sara Regina Costa Santos – Baque Mulher Tocantins/ Palmas
4. Everton Francisco da Silva – Coletivo dos Bonecos Gigantes/ Porto Nacional
5. Michael Araújo Ribeiro – Associação Portuense de Hip Hop/ Porto Nacional
6. Leda Galvão Matias – Pontão de Cultura Viração/ Miracema
7. Lucirene Ferreira de Sousa – Ponto de Cultura Ubuntu/ Babaculândia
8. Maria do Socorro de Sousa Barros – Associação Gurupiense de Artesãos (AGA)/ Gurupí
9. Jesiel da Silva Carvalho – Orquestra Exôdo/ Araguaína
10. Fernando Gomes da Silva – Associação de Preservação Ambiental da Vida/ Ecoterra/ Palmas
11. Wanderley Batista de Carvalho – Ponto de Cultura Pote de Ouro/ Palmas
12. Liubliana Silva Moreira Siqueira – Ninho Cultural/ Palmas

13. Vanessa Gonçalves da Silva – Associação dos Artesãos/ Porto Nacional
14. Marcio Bello dos Santos – Pontão Estadual Tambores do Tocantins/ Porto Nacional
15. Cleusa Sena Ferreira – Tenda de Umbanda Cabocla Yara Caboclo Boi/ Santa Rosa
16. Maria Lenita Garcia Ferreira – Coletivo Cultural Luzes da Cultura/ Porto Nacional
17. Andrea Lambertucci – Ponto de Cultura Varandas do Jalapão/ Mateiros
18. Dorivan Borges da Silva – Meninos do São João – Ponto de Cultura/ Palmas
19. Gustavo André Martins de Souza – Associação Cultural Junina Malacabados/ Araguaína
20. Arnon Ribeiro Tavares – Cantinho da Viola de Buriti/ Mateiros e como Suplente Silvino Sirnãwê Xerente
21. Arthur Rodrigues Mendes Mota – Grupo Cultural Suça das Dianas/ Dianópolis
22. Emerson Jorge Gonçalves da Silva – Casarão Mão de Pilão/ Porto Nacional
23. Osmar Siqueira – Grupo de Suça Tia Bem-vinda/ Natividade
24. Flávia Rodrigues dos Santos – Cine Buriti/ Palmas
25. Paulo Rogério Gonçalves – Ponto de Cultura ArteFato/ Palmas e como Suplente Rossana Faustino Reis
26. Érica Lopes da Silva – Movimento de Resistência e Cultura Rosa Rubra/ Santa Tereza
27. Mônica Ferreira da Costa – A Barraca Cia Experimental de Artes/ Palmas
28. Watilla Bruna Oliveira Martins – Associação Amigos da Cultura e Meio Ambiente/ Palmas
29. William Vieira de Oliveira – Terreiro de Candomblé Ilê Odé Oiá/ Palmas
30. Carlos Eduardo de Oliveira Junior – Associação Companhia Circo Os Kaco/ Palmas

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

- Criação, no âmbito da Política Nacional Cultura Viva, de um Programa Sistema Nacional “Pontos de Cultura pela Justiça Climática e Cidadania Cultural”, numa ação intersetorial estruturante que reconheça, fomente e articule os Pontos de Cultura como territórios estratégicos de justiça climática e cidadania cultural, com financiamento direto, gestão compartilhada e intersetorialidade entre o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério da Saúde (MS), em articulação com os entes federativos estaduais e municipais.
- O programa deverá contemplar ações de mobilização social, educação, justiça climática, cultura e infância, acessibilidade cultural, salvaguarda de saberes tradicionais, valorização de mestres e mestras, artesanato e economia solidária, cultura e saúde, justiça ambiental, bem viver e defesa da vida, com atenção prioritária aos biomas Cerrado e Amazônia e aos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, de terreiro, periféricos, urbanos e rurais, consolidando a Justiça e Cidadania Climática para a Cidadania Cultural como eixos permanentes da Política Nacional Cultura Viva, assegurando a escuta e a participação efetiva de crianças, adolescentes, juventudes, homens, mulheres, LGBTQIAPN+, povos e comunidades

tradicionais e originárias, periféricos e minorias, PCDs e idosos nas decisões que impactem seus territórios e seus corpos.

Eixo 1 – Plano Nacional Cultura Viva +10 e Justiça Climática

1. Reconhecimento dos Pontos de Cultura como territórios estratégicos de justiça climática, integrando-os às políticas públicas de adaptação, mitigação, educação ambiental, saúde coletiva e cidadania bioregional, com atenção prioritária aos biomas Cerrado e Amazônia e ao princípio do Bem Viver.
2. Inclusão dos Pontos de Cultura de terreiros, das comunidades tradicionais, dos povos originários e de territórios periféricos, urbanos e rurais como Pontos de Memória, assegurando políticas específicas de salvaguarda, reconhecimento simbólico, proteção territorial e valorização dos saberes ancestrais, das práticas culturais comunitárias e das tradições de matriz africana, indígena e popular, em consonância com os princípios da diversidade cultural, da justiça social, das justiças cidadãs e da justiça climática.
3. Institucionalização da intersetorialidade entre o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério da Saúde (MS) como diretriz estruturante do Plano Nacional Cultura Viva +10, articulando cultura, território, educação, saúde, trabalho, direitos humanos e justiça ambiental.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional Cultura Viva

1. Transformação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC) em Conselho Nacional da Política Cultura Viva, com caráter deliberativo, composição paritária entre sociedade civil, poder público e empresariado, de caráter intersetorial, com diversidade territorial, de gênero, étnico-racial e geracional, assegurando a participação efetiva da sociedade civil.
2. Criação, fortalecimento e consolidação dos Sistemas Estaduais e Municipais da Política Nacional Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, com a implantação de Conselhos Paritários e de diretorias ou coordenações de Cultura Viva nos entes federados, consolidando a gestão compartilhada, a descentralização das decisões e a incidência territorial.
3. Ampliação da transparência, da comunicação institucional e da participação social, incluindo devolutivas qualificadas dos editais, fortalecimento dos canais de diálogo como o Conselho Nacional da Política Cultura Viva e a retomada do GT Cultura e Infância, fortalecimento do GT Gênero / Rede Gêneros em Rede, GT Hip Hop e GT de Memórias Rurais e criação do GT de Participação Social e do GT Matrizes Amazônicas, como instâncias permanentes de incidência política.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade

1. Garantia de direitos trabalhistas e previdenciários (INSS) para mestres, mestras, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, reconhecendo o trabalho cultural, o fazer cotidiano e a transmissão de saberes como atividades essenciais à cidadania, à sustentabilidade dos territórios e à justiça social.

2. Criação de editais interministeriais e regionais, com foco em gênero, diversidade cultural, infância, justiça climática e saberes tradicionais, assegurando desburocratização, simplificação das prestações de contas, acessibilidade administrativa e repasse direto aos territórios, respeitando as realidades orais e comunitárias das culturas populares, tradicionais e periféricas.
3. Estruturação de políticas permanentes de sustentabilidade da rede Cultura Viva, incluindo programas contínuos de formação e capacitação descentralizada para os Pontos de Cultura promovendo o letramento Cultural Viva nos territórios; a vinculação de iniciativas como os Territórios Criativos aos Pontos de Cultura, com vistas à criação de corredores criativos territoriais; a produção de dados e a implantação de observatórios culturais nos territórios e comunidades; a circulação de saberes, artes e culturas; e a geração de trabalho e renda para ponteiros, ponteiros, agentes culturais, mestres e mestras, em parceria com instituições acadêmicas, fortalecendo a circulação cultural e de conhecimentos, promovendo a economia solidária entre os Pontos, bem como a defesa da criação de leis estaduais e municipais de incentivo à Cultura Viva e a adequação de CNAEs específicos para empreendimentos culturais vinculados à Cultura Viva.

11. [MINAS GERAIS](#)

X Fórum Estadual dos Pontos e Pontões de Cultura de Minas Gerais

Onde: Belo Horizonte - Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

Quando: 13 e 14 de dezembro de 2025

Quantas pessoas participantes: 139

Quem realizou o encontro: Rede Mineira de Pontos de Cultura e Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Representantes do MinC presentes: Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, e João Pontes, diretor da Política Nacional Cultura Viva (SCDC)



O X Fórum Estadual dos Pontos e Pontões de Cultura de Minas Gerais reuniu em Belo Horizonte, nos dias 13 e 14 de dezembro, grupos, coletivos, gestores, agentes culturais e lideranças comunitárias de diferentes regiões mineiras. O evento teve início com o grupo Cirandeiros do Boi Rosado, a abertura institucional, e atividades de contextualização da Política Cultura Viva e a apresentação da metodologia dos Fóruns Estaduais e da Teia Nacional 2026.

A programação também contou com a mesa “Pontos de Cultura pela Justiça Climática”, dedicada à reflexão sobre o papel da Cultura Viva na sustentabilidade, na justiça socioambiental e nas territorialidades culturais. O primeiro dia foi concluído com a apresentação da Orquestra Filarmônica de Varginha e um momento de socialização dos grupos, com a sistematização inicial das propostas construídas ao longo do dia.

Já no segundo dia, após a apresentação do grupo Tapera Dança Afro, o Fórum realizou a eleição e a posse dos representantes da Rede Mineira de Pontos de Cultura, dos membros da Comissão Mineira e dos delegados e delegadas que representarão Minas Gerais na Teia Nacional 2026. À tarde, a plenária de sistematização reuniu os participantes para a apresentação consolidada dos três eixos temáticos e a aprovação das propostas finais a serem encaminhadas à Comissão Nacional de Pontos de Cultura. O encerramento contou com a apresentação musical “O lado negro das coisas”, de Tiocapone.

Notícia publicada no [gov.br/culturaviva](https://www.gov.br/culturaviva):

Rumo à Teia Nacional 2026: Minas Gerais realiza X Fórum Estadual de Pontos e Pontões de Cultura

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/rumo-a-teia-nacional-2026-minas-gerais-realiza-x-forum-estadual-de-pontos-e-pontoes-de-cultura>



X Fórum dos Pontos e Pontões de Cultura de Minas Gerais (Fotos: Maíra Aragão)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Rosimeire Sabino Miranda - Phototerapia (Governador Valadares)
2. Márcia Betânia Oliveira Horta - Instituto Bateia - IBA (Diamantina)

3. Rhaul de Oliveira Sagarana - Cresertão (Arinos)
4. Fernanda Geralda do Nascimento - Teatro da Pedra (São João del-Rei)
5. Andressa Iza Gonçalves - Museu da Oralidade da Viraminas Associação Cultural (Três Corações)
6. José dos Passos Pereira Barbosa - Associação Cultural Reis dos Temerosos de São Francisco (São Francisco)
7. Wanessa Borges Alves - Instituto das Artes e Movimento (Movart) (Araxá)
8. Erick Corrêa de Alkimim - Loas Xacriabá (São João das Missões)
9. Lais Yumi Ayala Tanaka - AARCA (Carrancas)
10. Patricia Lessa Rodrigues Alves - Cia Voz da Terra (São Thomé das Letras)
11. Vânia Regina Cuenca Torres - Quik Cidadania (Nova Lima)
12. Pablo Henrique Ferreira de Melo - Coletivo Causos Gerais (Juiz de Fora)
13. Bruno de Sena Marçal - Coquistas de Tia Toinha (Belo Horizonte)
14. Izaque Vieira de Carvalho - Produto Novo - Estúdio e Selo (Belo Horizonte)
15. Isabela Moreira Silva - Associação Cultural Bloco Afro Ilù Àse Muvuka (Juiz de Fora)
16. Alba Valeria Freitas Dutra - Folias da Cultura (Rubim)
17. Rosangela Sant'Ana Fialho - Palmeira Pequeninina (Cajuri)
18. João Roberto de Souza Silva (Jotaerre) - Instituto sociocultural Valemals (Belo Horizonte)
19. Maíra da Silva Aragão - Culturando na Montanha (São Thomé das Letras)
20. Tauana Romanelli Assumpção - Coletivo Toda Voz (São Lourenço)
21. Paulo Roberto Franca da Mata - Coletivo SejaDoce! (Divinópolis)
22. Aline Gonçalves Barbosa - Coletivo Anônimo (Santos Dumont)
23. Carlos dos Santos Passo - Filó Incubadora Cultural- Ponto de Cultura (Ipatinga)
24. Ricardo Augusto Santos Oliveira - Trupe de Truões (Uberlândia)
25. Otávio Luiz Machado - Acervo Otávio Luiz Machado (Frutal)
26. Emerson Alves Aquino - Associação Trupe (Brasília de Minas)
27. Janaína Braga Trindade - ACUMA (Caxambu)
28. Luciene da Silva Nogueira - Circovolante - Casa do Palhaço (Mariana)
29. Ernane Ferreira da Silva (Nan) - Centro de Artesanato de Januária (Januária)
30. Ivone Machado da Silva - Tecelagem de Berilo (Berilo)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Cultura Viva pela Justiça Climática

Realização de uma articulação interministerial envolvendo a Casa Civil, Ministério Público, Justiça do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente e outros, de modo a garantir a aplicação de percentual em 5% ou mais, das multas ambientais em Minas Gerais e em outros estados, para que sejam destinadas à Política Nacional Cultura Viva, no sentido de se criar linhas de fomento específicas que priorizem projetos culturais com foco em mitigação, adaptação e narrativas sobre a crise climática, especialmente em territórios impactados diretamente.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Linha "Meu Primeiro Edital" com condições especiais para contemplação de proponentes nunca antes contemplados, para promover a desconcentração e a democratização do acesso ao recurso
2. Programa Nacional de Formação Cultura Viva: Criar formação continuada (online e presencial) para gestores e Pontos em gestão comunitária, acessibilidade e prestação de contas, para garantir execução técnica do Plano.
3. Vinculação progressiva de uma porcentagem do orçamento até chegar a 0.5% do orçamento para a PNCV, com execução independente da Política Nacional Aldir Blanc, acompanhando a demanda de acordo com a aprovação de novos cadastros de pontos de cultura.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Assegurar que a estrutura de governança promova a participação efetiva e a transparência na alocação de recursos para pautas climáticas.
2. Instituir mecanismos formais de diálogo entre a gestão da cultura e as pastas de Meio Ambiente e Cidades para alinhar estratégias de atuação.
3. Ampliar a representação nos conselhos de cultura para que tenha representantes de movimentos ambientais e comunidades tradicionais afetadas diretamente pelas mudanças climáticas. (a exemplo de Brumadinho)

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Garantir condições dignas de trabalho para trabalhadoras e trabalhadores da Cultura Viva, assegurando proteção social, geração de renda, reconhecimento profissional e formação continuada, respeitando a diversidade, a intermitência e as especificidades do trabalho cultural comunitário desenvolvido nos Pontos e Pontões de Cultura em todo o território nacional, em regime de cooperação federativa e com participação social.
2. Fortalecer a sustentabilidade econômica da Cultura Viva por meio do apoio a modelos de economia solidária, criativa, circular e territorial, promovendo a geração de renda, o comércio justo, a permanência das comunidades em seus territórios e a integração entre cultura, justiça social, justiça climática e desenvolvimento local sustentável.
3. Garantir a sustentabilidade estrutural da Política Nacional Cultura Viva por meio de financiamento público permanente e previsível, do reconhecimento institucional dos Pontos e Pontões de Cultura como equipamentos públicos essenciais e da simplificação dos instrumentos de gestão, assegurando condições dignas de funcionamento, acesso, continuidade e autonomia das ações culturais comunitárias.

12. [PARÁ](#)

Onde: Belém - Parque da Cidade

Quando: 16 e 18 de janeiro de 2026

Quantas pessoas inscritas: 113 delegados inscritos e 80 ouvintes

Quem realizou o encontro: Secretaria de Cultura do Estado do Pará, Comissão Paraense de Pontos e Pontões de Cultura, Conselho Estadual de Cultura, Pontão de Formação e Educação Cultural Matrizes Amazônicas, Pontão de Cultura Associação Musical da Amazônia, Rede Ajuricaba e Pontão Ninho do Colibri.

Representantes do MinC presentes: Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Cultura Viva, e Sandra Cipriano, coordenadora-geral de Culturas Tradicionais e Populares



A Teia Estadual dos Pontos e Pontões de Cultura do Pará, realizada entre os dias 16 e 18 de janeiro, em Belém, teve como tema “Cultura Viva, Cidadania Climática e Mobilização Social”. As atividades foram no Parque da Cidade, palco da COP30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

A programação contou com rodas de debates simultâneas, que abordaram assuntos como a relação entre as políticas Cultura Viva e Aldir Blanc; a PNCV como eixo estratégico do Plano Nacional de Cultura; o Projeto de Lei da Política Paraense Cultura Viva (PPVC) e a transversalidade, pluralidade e diversidade dos Pontos de Cultura do Pará.

Já as apresentações culturais e mostras artísticas ficaram por conta da Orquestra Jovem da Amazônia, do Ponto de Cultura Iaçá, do Cordão de Pássaro Colibri de Outeiro, do Grupo Acena, com o Coletivo Tamborimbó, do Grupo Folclórico Os Arucarás (dança verequete e carimbó), do Ponto de Cultura Boi Bumbá Flor do Campo, do Ponto de Cultura Palhaços Trovadores (Espetáculo Mulher Calada) e do Ponto de Cultura Sereias do Mar.

Um dos principais encaminhamentos do evento foi a eleição da delegação do Pará para a Teia Nacional Cultura Viva, composta por 30 delegados e delegadas, com garantia de cotas de políticas afirmativas e distribuição equitativa entre as regiões do estado. Também foi realizada a eleição dos 14 novos representantes (titulares e suplentes) da Comissão Paraense de Pontos e Pontões de Cultura, instância de articulação e diálogo com o poder público. Essas atividades fizeram parte do IV Fórum Paraense de Pontos e Pontões de Cultura, realizado dentro da programação da Teia.

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Dulcideia Conceição Palheta - Ponto de Cultura Iaçá (Belém)
2. Eduardo Nazaré Vieira Pereira - Associação Balé Folclórico da Amazônia Brasil (Belém)
3. Domingos Ramos Jorge Salles - Pontão de Cultura AMA (Belém)

4. Cláudia Maria dos Santos Peniche - Ponto de Cultura Canto do Uirapuru (Belém)
5. Lorena Nunes de Araújo - Panã Panã Avoá da Terra Firme (Belém)
6. Naiara Jaques de Almeida - Coletivo de Ativismo Indígena da Região Metropolitana de Belém -Tekó (Ananindeua)
7. Vitor Samuel Pereira de Moraes - Ponto de Cultura Agência VP (Belém)
8. Aline Vieira - Casa Preta Amazônia (Belém)
9. Laurene Costa Ataíde - Pontão de Cultura Ninho do Colibri (Belém)
10. Maria de Nazaré Alvino - Associação de Mulheres Empreendedoras de Floresta do Araguaia (Floresta do Araguaia)
11. Fábio de Oliveira Barbosa - Puxirum Criativo (Santarém)
12. Raphael Lukas Ferreira Ribeiro - Instituto Território das Artes (Santarém)
13. Marlena Pinheiro Soares - Instituto Regatão Amazônia (Santarém)
14. Joyce Kelly Viana da Silva - Instituto Sociocultural Obasyle (Santarém)
15. Jairon Barbosa Gomes - Associação dos Artistas Plásticos de Marabá (Marabá)
16. Ivanildo Ferreira de Oliveira - CasaLab Hub Criativo (Parauapebas)
17. Rebecca Máxima de Souza Lopes - Instituto de Desenvolvimento Social Coração Valente (Parauapebas)
18. Deize Almeida Botelho - Pontão de Formação e Educação Cultural Matrizes Amazônicas (Marabá)
19. Ivan Carlos Farias Sarmento - Ponto de Cultura Vaca Velha (São Caetano de Odivelas)
20. Tatiane de Sousa Araújo - Associação Cultural Pequena Dama (Breu Branco)
21. Geldson Feitosa Santa Rosa - Boi Bumbá Luz do Luar (Tucuruí)
22. Geidson Castro Valente - Grupo Folclórico Topa Tudo (Tucuruí)
23. Rosemary Marvão - Associação dos Artistas Plásticos (Salinópolis)
24. Jhone Matos da Silva - Filhos do Gurupi (Ulianópolis)
25. Darcielly da Silva Cardoso - Malungo Centro de Capoeira Angola (Coletivo Cametá)
26. Admilton Ribeiro Lima - Grupo Miriã (Acará)
27. Joana Rita Abreu da Silva Fagundes - Instituto de Tradições Culturais Nina Abreu (Abaetetuba)
28. Patrícia Simonely Costa - Maravaia da Diversidade (Altamira)
29. Josivaldo Barbosa Ribeiro - Empreendedoras da Floresta (Afuá)
30. Andra Lúcia Chaves Ataíde - Coletivo Mamorana (Afuá)



Teia Pará 2026 (Fotos: Pontão Matrizes Amazônicas)

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

1. Desburocratizar e implementar linhas de financiamento e fomento permanentes, indicando percentuais nas leis de incentivo fiscal para projetos culturais de base comunitária, visando garantir a sustentabilidade socioambiental.
2. Encontrar mecanismos para implantação de energias renováveis aos Pontos e Pontões.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Formação de Gestão Cultural, mentorias e assessorias continuadas para os fazedores e fazedoras de cultura, em âmbitos estadual e municipal, para fortalecimento territorial, letramento sociopolítico, sociodigital e educação para a liberdade.
2. Programa de formação de pessoas indígenas em contexto urbano e nos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos de terreiro, bem como todas as comunidades tradicionais para atuar na PNCV.
3. Criar o GT Participação Social com intuito de dar continuidade a construção do debate participativo e permanente.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Constituir a CNPdC como Conselho Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, que deve assumir a cogestão estratégica da Política de Cultura Viva. Com isso, tendo mecanismos de controle, transparência e monitoramento da PNCV.

2. Sistema de Cadastro Único Nacional dos pontos e pontões através de plataforma do governo federal, gestão de fomento por entes federados.
3. Criar mecanismos de diálogo entre agentes, pontos, pontões e comitês de cultura utilizando linguagens acessíveis para facilitar a comunicação com a sociedade civil.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Reformular a MEI tradicional, incorporando a categoria MEI cultural/Estatuto das Trabalhadora e Trabalhadores da Cultura com o teto de faturamento ampliado, CNAEs específicos da cultura (comunitária, tradicional, popular e criativa), e reconhecimento formal como trabalhadora e trabalhador da cultura nas políticas públicas, considerando a sazonalidade do trabalho cultural.
2. Instituir políticas públicas permanentes que apoiem a comercialização contínua de produtos e serviços dos Pontos e Pontões de Cultura e criem programas de compras públicas com prioridade e cotas para os Pontos e Pontões, permitindo nos editais o uso de recursos para circulação, feiras, formação, logística, divulgação e plataformas de venda, garantindo geração de renda coletiva e sustentabilidade econômica.
3. Instituir políticas públicas permanentes que garantam, por meio da gestão compartilhada, entre Pontos e Pontões de Cultura, poder público (União, estados e municípios) e instâncias da Cultura Viva, a democratização do uso de equipamentos públicos como espaços culturais comunitários permanentes, reconhecendo-os como referências territoriais e assegurando infraestrutura mínima, acessibilidade e continuidade das ações culturais.

Notícia publicada no gov.br/culturaviva:

[Pará abre calendário dos encontros estaduais de pontos de cultura de 2026 — Cultura Viva](#)

Vídeo da Teia Pará no canal Mamazonias:

<https://youtu.be/nOZ3R7Illcs?si=0da-rcM8-LrBDqDy>

Caderno da Teia Pará 2026: <https://teiapara2026.online/documentos/cadernos.pdf>

Site da Teia Pará: <https://teiapara2026.online/>

13. [AMAZONAS](#)

1ª Teia Amazonas – Pontos de Cultura pela Justiça Climática

Onde: Manaus - Palacete Provincial

Quando: de 27 a 30 de janeiro de 2026

Quantas pessoas inscritas:

Quem realizou o encontro: Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em parceria com o Ministério da Cultura, com a participação de fazedores de cultura de diversos territórios

Representantes do MinC presentes: Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, e Tião Soares, diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares



A 1ª Teia Amazonas – Pontos de Cultura pela Justiça Climática teve como sede o histórico Palacete Provincial, em Manaus. Ali, entre 27 a 30 de janeiro, representantes de coletivos e organizações de base comunitária de todo o estado tiveram quatro dias de debates, atividades culturais e celebração dos povos e saberes da Amazônia.

As atividades incluíram uma mostra audiovisual (Cine Teia), a Feira Teia Criativa, com produtos da economia criativa e solidária dos pontos de cultura, além do Espaço Floresta Viva, que reuniu ambientação artística e exposições inspiradas nos territórios amazônicos.

Depois da abertura com a presença de artistas dos bois Caprichoso e Garantido, a 1ª Teia Amazonas se despediu com um cortejo cultural, que seguiu do auditório até o Palco Teia, com apresentações de música, dança e expressões culturais que celebraram a força da cultura amazônica.

Em janeiro, quando foi realizado o encontro, o estado contava com 182 pontos de cultura certificados no MinC, distribuídos em 17 dos 62 municípios amazonenses. Para fortalecer a rede Cultura Viva, foram repassados mais de R\$ 9 milhões, por meio da Política Nacional Aldir Blanc, aos governos estadual e municipais.

Notícia publicada no gov.br/culturaviva:

Amazonas promove encontro da rede de pontos de cultura e avança na implementação da Política Cultura Viva no estado

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/amazonas-promove-encontro-da-rede-de-pontos-de-cultura-e-avanca-na-implementacao-da-politica-cultura-viva-no-estado>

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Adilson Costa Azevedo Almeida - Vozes da Periferia (Manaus)
2. Alberto Jorge Rodrigues Da Silva - Ponto de Cultura Grupo de Teatro e Dança Origem (Manaus)
3. Alexandre Victor Silva Ribeiro - Instituto Solidário pela Vida (Manaus)
4. Claudia Helen Prestes Oliveira - Movimento Cultural Grito da Periferia (Parintins)

5. Dudson Campos Carvalho - Grupo de Acesso à Cultura Popular - GAO (Manaus)
6. Glauber Souza Silva - Ponto de Cultura: Fórum Permanente de Cultura de Itacoatiara (Itacoatiara)
7. Grayce Silva Dos Santos - Associação Folclórica Boi-Bumbá Mineirinho (Parintins)
8. Ismael Rodrigues Pinheiro Filho - P.E.C Pavulagi (Maués)
9. Karollen Lima Da Silva - Cocada Baré (Manaus)
10. Lamartine Silva - Ponto de Cultura Criavisu (Manaus)
11. Magali Patricia Rocha Azevedo - Cuca da UNE Amazonas (Manaus)
12. Manoel Marcos De Moura Clementino - Instituto Cultural Ajuri - Inca (Parintins)
13. Marieny Matos Nascimento - Ponto de Cultura Conexão Afro Amazonas (Manaus)
14. Marly Nascimento Nogueira Rodrigues - Ponto Liga Itacoatiarense de Bumbás e Grupos Folclóricos (Itacoatiara)
15. Maylane Almeida Garcia - Associação Cultural Grupo de Dança Sateré Mawé (Parintins)
16. Rafaela Leal Dos Santos - Ponto de Cultura Coletivo de Mulheres Artistas de Parintins - Tamo Juntas (Parintins)
17. Raphael Nascimento Mendonça - Ponto de Cultura ÇAPÓ (Maués)
18. Raiane Alencar da Silva - Instituto Socioambiental e Cultural - IARA (Manaus)
19. Raimundo Nonato Negrão Torres - Ciranda Tradicional (Manacapuru)
20. Suzyanny Evangelista de Souza Andrade - Ponto de Cultura Associação Folclórica Boi Bumbá Mirim Tupi (Parintins)
21. Vanderley Pinheiro - Navegantes da Alegria (Manaus)
22. Waldir Santos Barbosa Júnior - Pontão de Cultura Marquesiano (Manaus)
23. Douglas Barros Rodrigues - Associação dos Artistas Cênicos do Amazonas - Arte&Fato (Manaus)
24. Michelle Barbosa Andrews - Casa Coletiva Manaus (Manaus)
25. Carla Batista de Paula - Ponto de Cultura Centro de Umbanda Caboclo Ventania (Manaus)
26. Elza Regina Lopes da Silva - Alegriah Grupo de Arte e Cultura - AGAC (Manaus)
27. Jone Braga de Moura - Coletivo Difusão (Manaus)
28. Francisca Izabel Castro Porto - Ponto de Cultura ACSSUS - Associação Cidadania, Social e Sustentabilidade (Parintins)
29. Alciene Lopes Dos Santos - Ponto de Cultura Instituto Musical Fênix de Itacoatiara - IMFI (Itacoatiara)

(Acompanhantes: Valcilacre Pinheiro da Silva Junior/ Maria Do Perpétuo Socorro Souza Fialho)



1ª Teia Amazonas (Fotos: Aguilar Abecassis /SEC)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura Pela Justiça Climática

. Priorizar, em projetos e políticas públicas, o apoio a iniciativas culturais da região amazônica que valorizem os saberes tradicionais e a sociobioeconomia como estratégia de geração de renda.

Eixo 1 - Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Fomento Territorializado e Sustentável da Cultura Viva na Amazônia

Diretriz: Considerando o fator amazônico, instituir mecanismos permanentes e diferenciados de fomento (fundo nacional específico, criação da Lei Rouanet Cultura Viva, cotas de Emendas Parlamentares de todas as esferas de governo, e outros) para os Pontos e Pontões de Cultura da Amazônia, com planos de trabalho plurianuais (mínimo de 4 anos), criação de fundo permanente exclusivo, critérios territoriais e obrigatoriedade de ações ambientais em todos os projetos contemplados.

Justificativa: A efetivação dos direitos culturais na Amazônia exige tratamento desigual para realidades desiguais. Custos logísticos elevados, distâncias, sazonalidades e vulnerabilidades socioambientais demandam fomento contínuo, territorializado e sustentável, reconhecendo também o impacto econômico, social e ambiental gerado pelos Pontos de Cultura.

2. Formação Continuada, Inclusiva e Territorializada em Cultura Viva

Diretriz: Garantir programas permanentes de formação para Pontos e Pontões de Cultura, com metodologias de educação popular, intercultural e inclusiva, contemplando gestão cultural comunitária, sustentabilidade, educação ambiental, acessibilidade, conectividade e fortalecimento de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e populações periféricas.

Justificativa: A sustentabilidade da Cultura Viva depende da autonomia organizativa, da gestão participativa e da qualificação técnica dos agentes culturais. A formação continuada fortalece os territórios, amplia o acesso aos editais, promove inclusão e assegura a continuidade das ações culturais como estratégia de desenvolvimento comunitário.

3. Governança Participativa e Cultura Viva Ambiental

Diretriz: Fortalecer instâncias de governança compartilhada da Política Cultura Viva nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, integrando cultura e meio ambiente, com participação efetiva dos territórios amazônicos com articulação entre ministérios, secretarias e demais órgãos culturais e ambientais, buscando a implementação de um pacto ou Plano de Cultura Viva Ambiental, incluindo ações como reflorestamento, educação ambiental, fiscalização social e produção de materiais formativos.

Justificativa: A democracia cultural se consolida com escuta ativa, controle social e representatividade territorial. Os Pontos de Cultura são agentes estratégicos no enfrentamento da emergência climática, na promoção do Bem Viver e na proteção dos territórios, articulando saberes tradicionais, criação artística e justiça socioambiental.

Eixo 2 - Governança da Política Nacional da Cultura Viva

1. Incluir na Lei Cultura Viva e nos instrumentos de adesão federativa a obrigatoriedade de oferta de assessoria técnica permanente por parte dos estados e municípios destinadas aos pontos e pontões de cultura, contemplando apoio ao cadastro, certificação, atualização e regularização dos pontos de cultura nos sistemas oficiais, formações continuadas sobre o programa Cultura Viva, suporte técnico, administrativo e jurídico, para elaboração, inscrição, execução e prestação de contas de editais públicos da Lei Cultura Viva.
2. Criação e/ou inclusão de cadeiras de representação da rede Cultura Viva nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, garantindo a participação direta desses sujeitos na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas culturais, bem como instituir e fortalecer Câmaras Temáticas da Cultura Viva nos respectivos conselhos.
3. Criar parcerias entre o poder público federal e os municípios para viabilizar a construção de CEUs na região amazônica para proporcionar aparelhos de cultura para a sociedade.

Eixo 3 - Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Apresentar proposta de emenda legislativa à Lei Cultura Viva para incluir o percentual adicional dos termos do fator amazônico.
2. Guia de acessibilidade dos pontões e pontos de cultura, assim como uma cartilha explicativa dos procedimentos da certificação dos que ainda estão como informais.
3. Ampliação de projetos de acessibilidade dos editais pontos e pontões, e acompanhante nos eventos e espaços.

14. [SERGIPE](#)

1ª Teia Estadual de Pontos de Cultura pela Justiça Climática nos Territórios Sergipanos/ II Fórum Estadual de Pontos de Cultura

Onde: Aracaju - Complexo Cultural Gonzagão

Quando: 30 e 31 de janeiro de 2026

Quantos participantes/inscritos:

Quem realizou o encontro: Fundação de Cultura e Arte Aperipê (Funcap) e Secretaria Especial da Cultura (Secult), em parceria com o Ministério da Cultura e a Rede Sergipana de Cultura Viva.

Representantes do MinC presentes: Tião Soares, diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares, e Carolina Freitas, coordenadora de Planejamento da Cultura Viva (SCDC)



Fazedores de cultura de Sergipe se reuniram nos dias 30 e 31 de janeiro de 2026, no Complexo Cultural Gonzagão, em Aracaju, para a 1ª Teia Estadual de Pontos de Cultura pela Justiça Climática nos Territórios Sergipanos. Além de mesas de debates e apresentações artísticas, o evento abrigou o lançamento do novo Mapa Cultural de Sergipe, ferramenta que amplia o acesso às informações sobre agentes, iniciativas e manifestações culturais nos territórios.

Um dos destaques da programação foi a palestra “Pontos de Cultura e Justiça Climática”, a cargo de Givanildo Santana, do Ponto de Cultura Pescando Memórias/ Instituto Piabinhas. Ao ressaltar a intersecção entre cultura e preservação ambiental, ele chamou a atenção para a impossibilidade de discutir justiça climática sem considerar a desigualdade social, e para a necessidade de um planejamento que incorpore comunidades vulneráveis (pescadores, quilombolas, entre outros) sem culpabilizá-las pelos impactos ambientais.

Os grupos Maculelê Mirim, Tambores do Sertão, Raízes Nordestinas e Reisado Gregoriano e a Cia. Loucurarte, com sua dança em cadeira de rodas, foram algumas das atrações do encontro. A Teia sergipana também abrigou o II Fórum Estadual de Pontos de Cultura, onde foram escolhidos os 30 delegados e delegadas e consolidadas as propostas para o evento nacional. Além disso, foram eleitos representantes para as oito cadeiras territoriais da Comissão Estadual de Pontos de Cultura.

Notícia publicada no gov.br/culturaviva

[Rede Cultura Viva Sergipana debate justiça climática e se prepara para 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura — Cultura Viva](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. José de Oliveira Santos - Ação Cultural (Aracaju)
2. Igor Vinicius de Jesus Santos - Coletivo Engrenagem (São Cristóvão)
3. Claudemir Santos da Conceição - Barracão Cultural (São Cristóvão)
4. Yala Thamires Souza Santos - Sankofa (Aracaju)
5. Neilton Santana dos S. - Dança de S. Gonçalo (Laranjeiras)
6. Lina Regina G. Nunes dos Santos - Alarokê (São Cristóvão)
7. Verônica Souza de Paiva - Cufa (Aracaju)
8. Mayara Monteiro Santos - Coletivo Inferninho (São Cristóvão)
9. Isabela Bispo dos Santos Santana - Pescando Memórias (Nossa Sra. do Socorro)
10. Jossivaldo Silva de Jesus - Adevisé (Pacatuba)
11. Maria Eunice da Hora Borges - Grupo de Boiadeiros Malhadense (Malhada dos Bois)
12. Marcelo Soares Pinto - Acrane (Poço Redondo)
13. Luiza Margarida S. Kummer - Cia. Loucurate (Aracaju)
14. Maria Gabriela Vieira dos Santos - Albertina Brasil (Nossa Sra. da Glória)
15. José Alves Filho - Asdecrac (Umbaúba)
16. Manoel Messias de Jesus Cordeiro - Pontão de Cultura Albertina Brasil (Glória)
17. Raphael Almeida Oliveira - Águas de Ifé (São Cristóvão)
18. Washington Luiz Santos - Reisado do Sertão (Nossa Sra. da Glória)
19. Lucas Lamonier Silva Santos - Academia Gloriense de Letras (Nossa Sra. da Glória)
20. Gicélia Santos Andrade - Luz do Sol (Nossa Sra. da Glória)
21. Maria São Pedro de Jesus - Clube de Mães (Tomar do Geru)
22. Sérgio Luiz Santos Pereira - Liquajuse (Aracaju)
23. João Victor Santana Araújo - Samba de Coco Timbira (Nossa Sra. das Dores)
24. Givanildo Santos Santana Bispo - Piabinhas do São Braz (Nossa Sra. do Socorro)
25. José Canoas dos Santos - Asflag (Lagarto)
26. Gilvan César Cruz Silva - Ponto de Cultura Tuscodam (Boquim)
27. Andson Alves dos Santos - Centro Cultural Erukerê Nganga Lunga (São Cristóvão)
28. Edilma Silva Santos- ALAB (Areia Branca)
29. Lindolfo Alves Amaral Filho - Imbuaça (Aracaju)
30. Joanderson Soares Alves - Ponto Cultural Meu Xodó (São Cristóvão)



Teia de Pontos de Cultura pela Justiça Climática nos Territórios Sergipanos (Fotos: Júlia Rodrigues)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Cultura Viva pela Justiça Climática

Reconhecer o protagonismo de mestras, mestres, guardiões de sementes crioulas e comunidades tradicionais como agentes importantes de conservação da biodiversidade e no enfrentamento da crise climática. Tal reconhecimento transforma esses agentes em Pontos de Cultura, por meio de editais plurianuais, valorizando assim a transmissão de saberes ancestrais, a oralidade e práticas alinhadas ao bem viver e à sustentabilidade.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Letramento sobre a Política Nacional de Cultura Viva para gestores, técnicos e agentes culturais, com foco na compreensão e aplicação da legislação vigente, assegurando práticas obrigatórias de acessibilidade e inclusão digital. O letramento será realizado em diversos formatos, digital e presencial, utilizando linguagens artísticas, linguagens da comunicação e métodos ativos de aprendizagem.
2. Criação da Lei Estadual Cultura Viva e do Plano Estadual dos Pontos de Cultura, garantindo a valorização dos Pontos de Cultura por meio de financiamento via PPA, LDO e LOAS, além de outros dispositivos legais.
3. Regulamentar a obrigatoriedade de participação e representatividade dos Pontos e Pontões de Cultura nos conselhos estadual e municipais de cultura.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Acompanhamento mais intensivo do MinC nos estados e municípios na efetivação das políticas culturais.
2. Acabar com prorrogação dos prazos nos editais do MinC.

3. Disseminação do conhecimento a ser passado pelos mestres através de políticas públicas que dialoguem com os mais jovens sob a reparação social.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Implantar e/ou fortalecer os Pontos de Cultura voltados aos coletivos underground e às culturas urbanas, reconhecendo essas expressões como cultura viva e essenciais para a identidade dos territórios, por meio de financiamento contínuo. Que essas iniciativas garantam a sustentabilidade e a permanência das ações culturais, fortalecendo a autonomia dos coletivos e sua atuação comunitária. E que essas ações envolvam: criação artística, formação cultural, circulação de produções e ocupação de espaços urbanos, justiça climática, promovendo inclusão social, protagonismo juvenil, diversidade cultural e transformação social, em consonância com os princípios da Política Nacional de Cultura Viva.
2. Reconhecer os grupos das culturas populares, que tenham uma tradição em suas atividades, com mais de 25 anos, como ponto de cultura, desburocratizando assim, todo o processo documental, bem como desenvolver o SUS da Cultura, a partir do cadastro único dos Pontos de Cultura.
3. Reconhecer e integrar os saberes e modos de vida dos povos originários, comunidades tradicionais, bem como povos de terreiros de matrizes africanas, às políticas públicas de cultura e educação, com financiamento contínuo, além de inclusão nos currículos escolares e na formação de educadores jovens.

15. MATO GROSSO DO SUL

2ª Teia/ II Fórum da Rede de Pontos de Cultura do Mato Grosso do Sul

Onde: Corumbá - Pontão Moinho Cultural

Quando: 30 e 31 de janeiro de 2026

Quem realizou o encontro: Fundação de Cultura de MS e Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, com a correalização do Pontão de Cultura Instituto Moinho Cultural Sul-Americano, e com o apoio das prefeituras de Corumbá e Ladário e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Representante do MinC presente: João Pontes, diretor da Política Nacional Cultura Viva



Cerca de 200 representantes de Pontos de Cultura participaram da 2ª Teia do Mato Grosso do Sul, nos dias 30 e 31 de janeiro de 2026, em Corumbá. O Pontão Moinho Cultural foi o território de encontro e troca de saberes entre coletivos e entidades de várias regiões do estado, que debateram caminhos para fortalecer a Política Nacional de Cultura Viva e as contribuições do setor para uma sociedade justa e sustentável.

Mato Grosso do Sul conta com uma rede formada por 113 pontos de cultura, distribuídos em 33 municípios. A escolha de Corumbá como sede do evento dialoga principalmente com o tema central do debate: justiça climática. Situada no coração do Pantanal, a cidade simboliza a riqueza da biodiversidade, mas também os impactos diretos das mudanças climáticas, como secas extremas, incêndios e alterações no regime das águas.

Durante a Teia, foi lançado um edital executado com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) e que selecionará 11 pontos de cultura para realizar projetos de 12 meses. As propostas devem contemplar áreas como cultura e educação, memória, patrimônio, juventude, literatura, meio ambiente, economia criativa, culturas populares, indígenas, de matriz africana, Hip-Hop, cultura urbana, gênero, diversidade, acessibilidade e direitos humanos, refletindo a diversidade que caracteriza a cultura sul-mato-grossense.

Notícia publicada no gov.br/culturaviva:

[Rumo à 6ª Teia Nacional, Mato Grosso do Sul realiza encontro estadual da rede dos pontos de cultura — Cultura Viva](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Maria Aparecida Silva Martins - Ponto de Cultura Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Furnas dos Dionísios (Jaraguari)
2. Rosana Claudia Delfino Anunciação Franco - Ponto de Cultura Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista (Campo Grande)
3. Bartolina Ramalho Catanante - Pontão de Cultura Egbé Tez (Campo Grande)
4. Uclei Souza e Silva - Ponto de Cultura Falange da Rima (Campo Grande)
5. Jurandir Antônio Nunes Amaral - Ponto de Cultura Associação da Costa Leste de Artesão do Mato Grosso do Sul (Três Lagoas)
6. Romilda Neto Pizani - Ponto de Cultura Teatral Grupo de Risco - Afrodite se em Ponto (Campo Grande)
7. Bruno Veron - Ponto de Cultura Brô Mc's (Dourados)
8. Jadi Reginaldo Ribeiro - Ponto de Cultura Casa dos Ventos - Koa Kuera (Dourados)
9. Nelson Batista Cabreira - Casa de Reza Retomada Yvu Verá (Dourados)
10. Lucrécia de Oliveira Prieto - Ponto de Cultura TruPior (Dourados)
11. Fabiana Assis Fernandes - Ponto de Cultura IDAC - Instituto para o Desenvolvimento da Arte e da Cultura (Dourados)
12. Teresa Cristina Pinheiro Graça - Ponto de Cultura Novo Olhar Novo Olhar - Instituto Sul-mato-grossense Para Cegos "Florivaldo Vargas" - ISMAC (Campo Grande)
13. Heloisa Maluf Nantes de Lima - Ponto de Cultura Casa de Ensaio - Centro de Arte, Educação, Cultura, Social e Meio Ambiente (Campo Grande)
14. Vito Alexandre Couto Dutra - Ponto de Cultura Ato Histórico Cia Teatral (Três Lagoas)
15. Inozemar de Souza Fraga - Ponto de Cultura Escola de Samba X15 Vila Piloto (Três Lagoas)
16. Oscar Maurício Martinez - Ponto de Cultura Associação Colônia Paraguaia no Estado (Campo Grande)

17. Aurora Cecília Martim da Silva - Ong Arte Viva Jardim Serra da Bodoquena (Jardim)
18. Alessandra Alves Pereira - Ponto de Cultura Acapela Cineteatro (Três Lagoas)
19. Mauro Alves Guimarães - Ponto de Cultura Circo do Mato - Grupo de Artes Cênicas (Campo Grande)
20. Marcos Venicio da Cunha - Ponto de Cultura Gunga Pantaneiro (Três Lagoas)
21. Marcelo Piccolli - Ponto de Cultura Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande)
22. Aldo Silva Dourado Junior - Vadios 67 (Campo Grande)
23. Mariana Santos Lemes - Ponto de Cultura Grupo de Teatro Identidade (Três Lagoas)
24. Adriano Paes dos Santos - Ponto de Cultura Amigues do Casulo (Dourados)
25. Josué de Souza Cristaldo - Ponto de Cultura Coletivo 72 - Meu Quintal é Maior que o Mundo (Ladário)
26. Rejane Trindade Rodrigues - Ponto de Cultura Espaço Cultural Casa Cajuína (Três Lagoas)
27. Edelma Dias - Ponto de Cultura Cia de Reis Estrela de Belém (Três Lagoas)
28. Guilherme Santos Lemes - Ponto de Cultura Doutores Mais Palhaços (Três Lagoas)
29. Andréia Teodoro Fernandes Leite - Ponto de Cultura Educ'Art Coletivo Artístico (Três Lagoas)
30. Rigoberto Borges de Abreu - Ponto de Cultura Projeta Capoeira Viva no Cristo - Associação Cultural e Esportiva Bloco Carnavalesco Oliveira Somos Nós (Ladário)



2ª Teia do Mato Grosso do Sul (Fotos: Mauro Dias)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

1. Criar Instituições Federais de Ensino e Pesquisa, em nível técnico-superior e superior de graduação e pós-graduação, relacionadas especificamente aos biomas brasileiros (IF e UF Biomas), como espaços de construção de conhecimento acadêmico que reconheçam, valorizem e fortaleçam o protagonismo e os conhecimentos dos povos originários, povos tradicionais, comunidades quilombolas, povos de terreiro, comunidades fronteiriças, comunidades ribeirinhas ou periféricas e demais comunidades que garantam a sustentabilidade, a conservação dos recursos nos diversos territórios, com foco no desenvolvimento sustentável pleno e garantia e segurança dos direitos fundamentais

2. Instituir uma pactuação entre o Ministério da Cultura e a gestão compartilhada para reconhecimento oficial, por meio de um programa nacional de fomento voltado à justiça climática, para pontos de cultura e territórios de povos originários e tradicionais, reconhecidos oficialmente ou não, a fim de promover, especificamente, ações estratégicas e permanentes nas comunidades, monitoramento e criação de banco de dados de ações de enfrentamento das desigualdades climáticas nas comunidades tradicionais, nos territórios periféricos e contextos historicamente vulnerabilizados.

3. Instituir um marco legal que reconheça os pontos e pontões de cultura e pontos de memória como agentes comunitários estratégicos para a sustentabilidade, a justiça ambiental e a participação social nas políticas públicas e destine recursos advindos de legislações ambientais e climáticas existentes, de contrapartidas de grandes empreendimentos, de fundos públicos ou de outras fontes, a exemplo do ICMS ecológico e PSA, a tais instituições culturais, para que elas executem ações de impacto socioambiental positivas, compreendendo os pontos e pontões de cultura e os pontos de memória pelos seus papéis integradores de cultura, meio ambiente, educação e ciência e tecnologia, e de fortalecedores de ações de educação ambiental, monitoramento social de impactos ambientais, valorização dos saberes tradicionais e a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, com iniciativas de reflorestamento, agroecologia, artesanato tradicional, pesquisa participativa e inovação socioambiental, especialmente em comunidades indígenas, quilombolas, povos de terreiro/matriz africanas, ribeirinhas, pantaneiras, periféricas e tradicionais, que são as mais afetadas pelos impactos climáticos e ambientais.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Rever a lei do Sistema Nacional de Cultura, no que tange aos aspectos de financiamento das ações culturais, visando a efetivação da Política Nacional Aldir Blanc além do estabelecido atualmente (2029), levando em consideração os custos diferenciados para as diversas regiões do Brasil, a exemplo do Fator Amazônico, ampliando os percentuais investidos nos Pontos e Pontões de Cultura de regiões de difícil acesso e no que tange à participação social garantir a representação de Pontos e Pontões de Cultura nas instâncias de pactuação, deliberação e fiscalização, em especial os Conselhos Estaduais de Políticas Culturais
2. Ampliar a Política Nacional de Cultura Viva, agregando as pautas e políticas públicas desenvolvidas por outros ministérios, além do MinC, levando-se em conta a abrangência de atuação dos Pontos e Pontões de Cultura, aliando os fazeres e os saberes das comunidades às políticas afirmativas, econômicas, de educação, de saúde, de sustentabilidade, de desenvolvimento, de turismo e de segurança climática, pautando, estimulando e fortalecendo as ações dos Pontos e Pontões de Cultura nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030, considerando

os trabalhos já desenvolvidos pelas instituições nas questões relacionadas à sustentabilidade e a segurança climática.

3. Garantir recursos para a manutenção (subsistência e expansão das ações) dos Pontos e Pontões de Cultura e Pontos de Memória, prioritariamente àqueles localizados em territórios descentralizados, áreas periféricas, áreas de vulnerabilidade e aquelas de difícil acesso, adotando-se critérios diferenciados de custeio, como fatores de equidade, a exemplo de Fator Periferia, Fator Fronteira, Fator Bioma, reconhecendo que Pontos de Cultura periféricos enfrentam maiores desafios de acesso, logística e infraestrutura.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Criar um fundo voltado, exclusivamente, para Pontos e Pontões de cultura com recursos advindos de multas ambientais com destinação à localidade de sua aplicação, a fim de promover a educação ambiental, a educação patrimonial e ações mitigadoras, entre elas, reflorestamento, recuperação de áreas, práticas sustentáveis éticas de reutilização e/ou manejo.
2. Garantir que a linguagem acessível seja obrigatória em editais de fomento cultural para os diversos grupos em vulnerabilidade tais como pessoas com acesso precário à educação de qualidade, assegurando a destinação recursos para a contratação de tradutores, intérpretes e outros profissionais de área que preparem esses editais, incluindo as línguas originárias e as línguas originárias de sinais e utilizando meios diversos de acessibilidade comunicacional.
3. Consolidar a Política Nacional de Cultura Viva, promovendo a integração dos programas nacionais nas agendas permanentes dos fóruns nacionais de gestores de cultura e comissões intergestores tripartite, fortalecendo sua institucionalidade, continuidade e efetividade nas bases comunitárias

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Criar e efetivar Lei Rouanet Cultura Viva específica para Pontos e Pontões de Cultura e Pontos de Memória, com previsão orçamentária e aporte financeiro a partir do Imposto de Renda para fomentar os projetos continuados e manutenção dessas instituições.
2. Garantir a implementação e o aporte permanente de recursos à Política Nacional Aldir Blanc, por vinculação constitucional, visando a garantia dos direitos culturais e a ampliação dos recursos à Política Cultura Viva, bem como instituir marcos legais nas esferas estaduais e municipais para que ocorra a efetivação de contrapartidas equivalentes aos valores recebidos e as transferências fundo a fundo e, com isso, os recursos destinados ao fomento cultural da política cultura viva sejam ampliados.
3. Assegurar formas de financiamento para aquisição e/ou reforma de sedes e a concessão a longo prazo ou a doação de imóveis públicos ociosos para Pontos e Pontões de Cultura ou Pontos de Memória, bem como criar programas de doação de bens apreendidos pela Receita Federal e da arrecadação advinda de apreensões financeiras e leilões públicos para instituições certificadas pela Política Nacional Cultura Viva.

16. [PARANÁ](#)

4º Fórum/Teia da Rede de Pontos de Cultura do Paraná

Onde: Guarapuava

Quando: 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2026

Quantos participantes inscritos: 220

Quem realizou o encontro: Secretaria de Estado de Cultura (Seec), com apoio do do Comitê de Cultura do Paraná, da Comissão dos Pontos de Cultura do Paraná e do MinC

Representante do MinC presente: Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Cultura Viva



Cerca de 200 ponteiros e ponteiros participaram da Teia Cultura Viva Paraná 2026, realizada em Guarapuava, entre os dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro. O evento foi organizado em palestras, grupos de trabalho, debates e plenárias em torno dos três eixos temáticos da Teia 2026: Plano Nacional Cultura Viva para os próximos 10 anos; Governança da Política Nacional de Cultura Viva; e Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística.

Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Política Nacional Cultura Viva, falou sobre a sexta edição da Teia nacional e seu tema central, “Pontos de Cultura pela Justiça Climática” e respondeu as dúvidas do público presente. Ele destacou a importância de os governos estaduais e a sociedade civil tecerem, junto com o governo federal, esse

processo de reflexão sobre o futuro da Cultura Viva e o papel da cultura para um país com justiça climática. Reforçou, ainda, o crescimento da rede paranaense, que passou de 93 pontos certificados, em 2023, para 519 em janeiro deste ano, reflexo principalmente dos investimentos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

A programação artística ficou por conta do Grupo de Capoeira Guerreiro dos Palmares, do Coletivo Batalha do Lago, da Congada da Lapa, do grupo indígena JÓGÓG, do grupo de percussão Batuque do Quilombo e da cantora, multi-instrumentista e pessoa com deficiência visual Helen Mello, que integra o Ponto de Cultura Associação de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo e Sociocultural (Adesc).

Notícia publicada no site gov.br/culturaviva:

[Teia Paraná elege delegados para o Encontro Nacional de Pontos de Cultura — Cultura Viva](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Fernanda Lopes Machado - Estudos e Memória Ancestral - Samba de Biloca (Araucária)
2. Elza de Farias - Instituto dos Povos Negros de Guarapuava e Microrregião - IPONG (Guarapuava)
3. Scheyla de Oliveira - Conexão das Periferias (Guarapuava)
4. Valdemar Soares Kriszewske - Centro de Tradições Gaúchas Estância da Serra (Inácio Martins)
5. Luis Alberto Oliveira Gomez - Soylocoporti (Curitiba)
6. Thiago Inácio da Silva - Casa do Pai Chico (Curitiba)
7. Adalton Gransa Cordeiro - Associação Laranjal (Manoel Ribas)
8. Mario Jacintho Junior - Aporã Ete (Piraquara)
9. Marilene Rete Veríssimo - Aldeia Indígena Rio D'Areia (Inácio Martins)
10. Ilson de Oliveira Neto de Medeiros - Coletivo Maracatu Pedreira (Jacarezinho)
11. Beatriz da Paixão Freitas - Grupo Dupla de Dois (Ponta Grossa)
12. Iracema Barbosa dos Anjos Malanhuk - Feira Estação das Artes (Ponta Grossa)
13. Paulina Para Katu Vogado - Coletivo Koe Ju Porã (Turvo)
14. Renan Felipe Brandão - Batalha do Parigot (Curitiba)
15. Claudilene Nivagsu Rufino Passo Liso - Associação dos Índios Kaingang Moradores da Terra Indígena Boa Vista (Laranjeiras do Sul)
16. Marcelo Braga de Rezende - Centro Espírita Sete Cruzes das Almas - CESCO (Piraquara)
17. Rita Fiorelli Zanoni - CTG Terra dos Pinheirais (Irati)
18. Edward Charles Rodrigues Fão - Kaos Imaginário (Londrina)
19. Rafael Henrique Edling - Instituto Histórico e Geográfico de Guarapuava (Guarapuava)
20. Renata Borges Branco - Coletivo Unificar - Parada da Diversidade do Vale do Ivaí (Apucarana)
21. Thiago Douglas Moreira da Silva - Alauza Cultural (Paranaguá)
22. Hilda Michalczeszen Correia - Associação Casa do Artesão (Campo Mourão)
23. Maria Elza Mendes - Cidade Nova Informa (Foz do Iguaçu)
24. Ricardo Callegari - Pontão de Cultura do Sudoeste (Francisco Beltrão)
25. Ana Maria Scharnei - Grupo Folclórico Ucraniano Ivan Kupalo (Irati)
26. Fabianne Batista Balvedi - Rede de Estúdios Livres do Paraná (Curitiba)
27. Andrea de Dio Licio - Afeceu - Feira do Ceu Artesanato e Culinária Cambé (Cambé)
28. Leunir Siqueira Duarte - Centro de Tradições Gaúchas Guarapuava (Guarapuava)
29. Everson Pontes - Liga Cultural das Organizações Carnavalescas de Ponta Grossa (Ponta Grossa)
30. Rodrigo José Tereza - Cia de Dança Magia das Ruas (Guarapuava)



Teia Paraná 2026 (Fotos: Amanda Renaly/ SEEC)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Estabelecer um fundo tripartite específico para o tema, garantindo recursos para a continuidade das atividades dos Pontos de Cultura em cada estado como subsídio temporário. É fundamental garantir, dentro dos planos diretores municipais e estaduais, a contribuição estratégica da Rede Cultura Viva na dinamização do equilíbrio social e ambiental, integrando a cultura de base comunitária ao planejamento urbano e rural.
2. Promover, por meio de parcerias entre instituições públicas e privadas, a formação técnica e política de "ponteiros" e "ponteiras" no tema da Justiça Climática. Essa formação visa transformar os Pontos de Cultura em unidades de monitoramento e alerta ambiental precoce, aproveitando a capilaridade e a presença territorial desses coletivos para a proteção ativa da biodiversidade local.
3. Garantir a transição energética de 100% da Rede Cultura Viva até 2036, eliminando a dependência de fontes fósseis e reduzindo os custos operacionais das sedes. Complementarmente, deve-se institucionalizar a obrigatoriedade da neutralização de carbono e da gestão de resíduos sólidos em todos os eventos financiados por leis de fomento e incentivo, como a PNAB, Lei Paulo Gustavo e Lei Rouanet.
4. Viabilizar a criação de 8 Pontões de Cultura territoriais, um para cada macrorregião, estabelecendo conselhos gestores participativos que garantam a meta estratégica de implantar, no mínimo, um Ponto de Cultura em cada um dos 399 municípios do Paraná. Para assegurar a redução de desigualdades regionais, devem ser

- implementadas cotas geográficas nas políticas de fomento, com reserva de vagas específicas para a ampliação e capilaridade da Rede Cultura Viva em todo o estado.
5. Implementar programas de formação cultural continuada voltados à capacitação de agentes e difusão dos direitos culturais assegurados pela Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), visando a certificação de novos pontos e o fortalecimento institucional da rede. Esta estratégia deve inserir obrigatoriamente a dimensão cultural na política pública de educação ambiental, transformando os Pontos de Cultura em pólos de mitigação de impactos climáticos e promoção da sustentabilidade em convergência com a Estratégia Brasil 2050.
 6. Criar uma rede estruturante focada na juventude periférica e nos detentores de saberes tradicionais, utilizando o Ponto de Cultura como centro tecnológico para o ensino de programação, gestão de dados e inteligência artificial ética. O objetivo é garantir a soberania tecnológica da Rede Cultura Viva, promovendo a inclusão digital de base comunitária como ferramenta fundamental para a superação de desigualdades e a dinamização da economia criativa local.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Propor a revisão dos critérios de repasse da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura aos municípios, incorporando, além do critério populacional, o volume de ações culturais realizadas, a existência de grupos coletivos e pontos de cultura ativos e a vocação artística dos territórios. Defendemos um modelo híbrido que reconheça a cultura viva e contínua, que fortaleça quem já atua nos territórios e que promova uma distribuição mais justa e eficaz dos recursos públicos.
2. Implementação e implantação de programas contínuos de formação política e técnica, para a PNCV, para todos agentes culturais e de operacionalização do processo, sejam eles gestores, conselheiros, pareceristas, sociedade civil, em articulações intersetoriais (gestão transversal), tais como educação, saúde, meio ambiente, trabalho e emprego, fomentando o intercâmbio e a mobilidade entre a Rede Cultura Viva.
3. Criar novos mecanismos de financiamento para a PNCV, nos moldes do Fundo Nacional de Cultura, devendo ser replicado aos estados e municípios. Criando, assim, o Sistema Nacional de Financiamento da PNCV e tornando sua gestão financeira autônoma e independente de outras fontes de fomento cultural.
4. Os estados que aderiram à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura ficam comprometidos, obrigatoriamente, a aplicar recursos próprios no montante igual ou maior ao valor aplicado na categoria PNCV – Política Nacional de Cultura Viva.
5. Definir recursos específicos permanentes de diferentes fontes transversais para 3 (três) linhas de atuação: Difusão, Formação e preservação cultural, garantindo acesso à diversidade cultural.
6. Propor a Secretaria Estadual de Cultura a implementação dos Agentes Territoriais da Cultura Viva com chamamento através de edital, sendo obrigatório que sejam representantes da sociedade civil.
7. Criação e desenvolvimento da Política Estadual de Cultura Viva (PEC VIVA).
8. Criar uma normativa de consulta pública para os editais do PNCV e PNAB, que delibere junto a sociedade civil, conselhos de cultura e comissão de pontos de cultura, tornando-se processo deliberativo.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Fomento contínuo e renda para os Pontos de Cultura – Instituir mecanismos permanentes de fomento à Política Cultura Viva como: a criação de Fundo de Justiça Climática, linhas microcrédito e financiamento que priorize os Pontos que desenvolvem ações ambientais e territoriais, assim como, a criação de normativas para os Termos de Cooperação Cultural (TCC), permitindo que o Estado estabeleça parcerias diretas com Pontos de Cultura. A proposta inclui a ampliação da destinação de recursos pelo marco regulatório aos Pontos de Cultura, inclui ainda a regulamentação e ampliação da Bolsa Cultura Viva, fortalecendo a autonomia, a desburocratização e a permanência das ações culturais nos territórios, assim como seu fortalecimento.
2. Reconhecimento do trabalho cultural comunitário e ampliação de direitos – Promover o reconhecimento formal do trabalho dos pontos de cultura por meio da atualização dos marcos regulatórios e da inclusão das diversas funções e profissões da cultura no CBO do Ministério do Trabalho. Instituir uma comissão específica que mapeie a diversidade profissional e características sócio-econômicas de ponteiros e ponteiros presentes no nosso setor para o reconhecimento trabalhista do setor cultural, garantindo direitos, proteção social, previdência e acesso a políticas públicas aos agentes da Cultura Viva.
3. Formação, autonomia e acesso à informação nos territórios – Criar programas permanentes de formação junto ao ministério do trabalho, ministério educação e sistema S para Pontos de Cultura, gestores e servidores públicos da cultura, contemplando gestão cultural comunitária, direitos culturais e trabalhistas, elaboração de projetos, prestação de contas por objeto, economia solidária e cooperativismo cultural. Aprimorar as estratégias de busca ativa, mapeamento permanente dos Pontos e agentes da Cultura Viva presentes no MAPAS da Cultura que sejam disponibilizados de modo acessível, através da ampliação e criação da produção e circulação de materiais formativos e informativos, priorizando territórios periféricos, rurais, tradicionais e fora dos grandes centros, garantindo interiorização da PNCV.

17. [ACRE](#)

X Fórum Teia Acre Cultura Viva 2026 – Justiça Climática, Ancestralidade e Sustentabilidade Cultural

Onde: Rio Branco - Museu dos Povos Acreanos

Quando: De 5 a 7 de fevereiro de 2026

Quem realizou o encontro: Fundação de Cultura Elias Mansour, Pontão de Cultura Batelão Cultural, Ponto de Cultura Grupo Experimental Vivarte e Associação de Artistas Plásticos do Acre, em parceria com o Ministério da Cultura

Quantas pessoas inscritas: 154

Representantes do MinC presentes: Tião Soares, diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares, e Tupã Mirim Ju Yan Guarani, coordenador de Promoção das Culturas Indígenas

Notícia no site [gov.br/culturaviva](https://www.gov.br/culturaviva):

Encontro de pontos de cultura do Acre fortalece governança e consolida diretrizes para a Cultura Viva no estado

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/encontro-de-pontos-de-cultura-do-acre-fortalece-governanca-e-consolida-diretrizes-para-a-cultura-viva-no-estado>



Cerca de 150 fazedores de cultura de diversas regiões do Acre participaram do Fórum e Teia Estadual de Pontos e Pontões de Cultura, entre os dias 5 e 7 de fevereiro, em Rio Branco. O encontro, que teve como tema Justiça climática, ancestralidade e sustentabilidade cultural, começou com um cortejo pelas ruas do centro da cidade, saindo da Praça Povos da Floresta em direção ao Museu dos Povos Acreanos, onde se concentraram os três dias de programação.

Representantes de grupos como Vivarte, Maracatu Pé Rachado, Afoxé Omo Alade e Jabuti Bumbá estiveram presentes na caminhada, reafirmando -- entre tambores, vozes, cores e afetos -- a cultura viva, comunitária e diversa, construída por quem faz do cotidiano um ato de criação e resistência. Logo após o cortejo cultural, foi realizada a mesa-redonda “Cultura Viva, Justiça Climática, Ancestralidade e Bem Viver”.

No segundo dia de atividades, após o painel temático “Cultura Viva e o fortalecimento das redes territoriais”, formaram-se grupos de trabalho baseados nos três eixos estratégicos: “Plano Nacional de Cultura para os próximos 10 anos”; “Governança da Política Nacional Cultura Viva” e “Cultura Viva, trabalho e sustentabilidade da criação artística”. Além da reunião dos grupos de trabalho e da plenária de resoluções, a programação contou com intervenções artísticas e uma roda livre de troca de saberes, com apresentação de produções dos pontos e pontões de Cultura.

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Samara Raquel de Souza Matias - Associação de Dança do Estado do Acre (Asdac)
2. Antonio Junior de Souza Uchoa - Companhia de Dança de Salão Energia Cristalina
3. Jose Alberto da Silva Costa Junior - TRZ Crew Grafitti e Arte
4. Patricia Helena Costa Silva - Casinha Ocupação Cultural
5. Gabriel Daniel da Silva - Cia do Intérprete

6. Maria Enage Brito Peres - Ponto de Arte e Cultura da Fronteira
7. Gemina Brandão Borges - Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (Sitoakore)
8. Uendel Silva Felipe - Ponto Turminha do Vale
9. Dalvanir Justino de Araújo - Associação das Artesãs e Artesãos Indígenas do Vale do Juruá
10. Pablo Tiago Matias de Souza - Centro Cultural Casa de Logun Edé
11. Josielma Oraquis de Brito Feitosa - Companhia de Teatro Trincheira
12. Bia Berkman Rego de Andrade - Tetetas Grupo Teatral
13. Raiane Gomes Nunes - Quadrilha Gavião
14. Abigail Sunamita Santos do Nascimento - Grupo Informal Balseiro
15. Heloise Maria da Silva Batista - Ponto de Cultura LGPIT
16. Rosalina de Oliveira Souza - Ponto de Cultura Articulação Juruense de Mulheres
17. Ulisses Sanchez Carpio - Associação dos Artistas Plásticos do Acre
18. Neiva Adriana Schwalbe Gadelha - Amigos do Bem Dýborocongó
19. Weverton Cavalcante de Jesus - Quadrilha Junina Pega Pega
20. Brenn Correia de Souza - Federação de Teatro do Acre (Fetac)
21. Caê Bernardo da Silva Teixeira - Instituto Recreativo Desportivo Cultural Gaiato Ajuntamento
22. Edimar Almeida de Azevedo - Associação Favela Viva
23. Claudia Toledo Lima - Cia Visse e Versa de Ação Cênica
24. Gilberto Paes Pereira - Baile do Seringal
25. Janosson da Silva Carvalho - Ponto Cultural de portas abertas
26. Marcos Thadeu Soares de Melo - Dulcistas
27. Flavia Burlamaqui Machado - Príncipe Espadarte
28. Ricardo Rodrigues da Silva - Casa de Pescador
29. Adelcimar dos Santos Silva - Instituto Junina Pega Pega
30. Byanca Andrea Nascimento de Freitas - Ponto de Cultura Jabuti Bumbá



X Fórum Teia Acre (Fotos: Elisson Magalhães)

Propostas aprovadas no Fórum Estadual:

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Garantir, via Pontões de Cultura e com fins de reparação histórica, a busca ativa e o acesso às políticas culturais a indígenas, seringueiros, catraieiros, ribeirinhos e populações de territórios historicamente negligenciados, considerando o fator amazônico conforme disposto no PNC;
2. Garantir repasses financeiros específicos para a execução de busca ativa e acesso cultural a periferias urbanas, periferias rurais, mulheres, comunidade LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, idosos e demais populações vulnerabilizadas pelos impactos da crise climática, visando equidade, reparação histórico-social e bem viver;
3. Promover formação continuada de gestores culturais conforme disposto no CPF da Cultura, incluindo um setorial da Política Cultura Viva visando ao fortalecimento da gestão democrática.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Reconhecer os Fóruns Estaduais da Cultura Viva como instâncias permanentes de participação social, garantindo escuta contínua dos territórios amazônicos e populações tradicionais.

2. Criação de redes temáticas e territoriais permanentes para incentivar redes temáticas e territoriais voltadas à cultura e meio ambiente, fortalecendo a atuação cultural frente aos desafios climáticos da Amazônia.
3. Desenvolvimento de um sistema de indicadores culturais e sociais para implementação de um sistema de avaliação qualitativo dos pontos e pontões de cultura.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Como solução técnica viável, política e juridicamente robusta, propõe-se a criação do mecanismo “Lei Rouanet Cultura Viva”. Inspirado no bem-sucedido modelo de nichos temáticos já existentes, como a Rouanet Norte e a Rouanet Juventudes, esta proposta não altera a estrutura fundamental da lei, mas cria dentro dela uma via específica e dedicada.
2. Garantir assento das redes de Pontos de Cultura em conselhos, comissões e instâncias deliberativas de cultura em níveis municipal, estadual e nacional.
3. Criar um canal permanente de comunicação oficial para socialização das informações.

18. [RIO GRANDE DO SUL](#)

12º Fórum Estadual de Pontos e Pontões de Cultura do Rio Grande do Sul

Onde: Rio Grande - Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMar)

Quando: 7 e 8 de fevereiro de 2026

Quantas pessoas participaram: 133

Quem realizou o encontro: Rede RS de Pontos de Cultura, com apoio da Prefeitura do Rio Grande, por meio da Secretaria do Município de Cultura e Economia Criativa (SMCEC), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) e do Ministério da Cultura, entre outras instituições e parceiros.

Representante do MinC presente: Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Cultura Viva



Os 21 anos da Cultura Viva no Brasil e a história dessa política no Rio Grande do Sul, a importância do fortalecimento da memória e a valorização dos mestres e mestras das culturas populares e tradicionais. Esses foram alguns dos temas que marcaram o 12º Fórum Estadual da Rede de Pontos de Cultura RS, realizado nos dias 7 e 8 de fevereiro, no Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMAR), na cidade do Rio Grande.

O evento contou com apresentações de representantes dos governos municipal, estadual e federal, e da organização anfitriã, o Ponto de Cultura e de Memória Filhos de Aruanda, fundado em 2012 em Rio Grande.

Foram realizadas discussões sobre a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e sua relação com a PNCV, mesas de mestres e mestras, articulação dos pontões de cultura, e conversas sobre a memória da rede neste momento de retomada, depois de 12 anos sem um fórum nacional (o último foi em 2014).

A escolha da delegação que representará o estado na 6ª Teia foi acompanhada de outras duas eleições: da Comissão Estadual de Pontos de Cultura, que conduz o processo de participação social, e do Comitê Gestor da Política Estadual Cultura Viva, instância onde ocorre a gestão compartilhada da política.

Notícia publicada no gov.br/culturaviva:

12º Fórum de Pontos de Cultura do Rio Grande do Sul promove diálogos, reflexões e construção coletiva para o fortalecimento da rede

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/12o-forum-de-pontos-de-cultura-do-rio-grande-do-sul-promove-dialogos-reflexoes-e-construcao-coletiva-para-o-fortalecimento-da-rede>

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Alessandra Alves De Azambuja (Ijuí)
2. Aruã Flores De Jesus (Porto Alegre)
3. Camila Da Silva Marques (Lajeado)
4. Catia Cilene Moraes Dutra (Caçapava do Sul)
5. Cristiano Avila Acosta (Rio Grande)
6. Dirce Maria Orth (Harmonia)
7. Djalma Lúcio Nunes da Silva (Venâncio Aires)
8. Eliana Luciana Vougtlander (Arroio do Meio)
9. Geziel Da Silva de Souza (Ijuí)
10. Herberto Peil Mereb (Pelotas)
11. Ivan Irineu Queiroz de Vasconcelos (Cidreira)
12. Jefferson Luis Caminha da Silva (Guaíba)
13. João Vitor Pereira do Nascimento (Ijuí)
14. Liziane Barbosa (Cidreira)
15. Maurício Salvador (Canela)
16. Nathalia de Moura Cavalheiro (Canela)
17. Oxam Mariano da Costa Capelari
18. Paulo Roberto Tavares (Santa Maria)
19. Pedro Teiko Taverna (Porto Alegre)
20. Pollianna Abreu Camargo (Caxias)
21. Rejane Beatriz Verardo (Porto Alegre)
22. Ronaldo de Lima de Carvalho (Caxias do Sul)
23. Sandra Beatriz Aires dos Santos (Santa Maria)
24. Susana Andréa Inácio Belfort (Ronda Alta)
25. Tadeu Cardoso da Porciuncula (Mostardas)

26. Taiane Fernandes Silveira (Bagé)
27. Virginia Oliveira Borges (Arroio Grande)
28. Jackson Jones Fonseca (Sapucaia do Sul)
29. Orlando Vitor Noal Neto (Porto Alegre)
30. Antônio Eduardo Rodrigues Soares (Santa Maria)



12º Fórum da Rede de Pontos de Cultura RS (Foto: Aline Pontes)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Garantir a existência e permanência dos Comitês Gestores de Cultura Viva por todo o período de atuação dos Pontos de Cultura, fortalecendo assim o controle e a participação social. E alterar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no que diz respeito à necessidade de existência cadastral ativa mínima para pessoas jurídicas firmarem parceria com a União, abrindo exceção para Comunidades e Povos Tradicionais, Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas, e coletivos de Cultura Popular com comprovada atuação na área da cultura.
2. Apoio à instituição do Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes das Culturas Populares, que reconhece e valoriza os guardiões de saberes e fazeres tradicionais que mantêm viva a identidade cultural brasileira, e imediata aprovação do Projeto de Lei nº 1176 de 2011, e que o próximo Plano Nacional de Cultura Viva preveja o reconhecimento das Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas, como Pontos de Cultura e Memória por excelência.

3. Reconhecimento da Cultura Viva Comunitária Transfronteiriça, valorizando os Territórios de Fronteira como espaços estratégicos para a integração cultural, social e simbólica dos países da América do Sul, a partir dos biomas e sítios arqueológicos transfronteiriços, com protagonismo dos Pontos de Cultura.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Criação de comitês municipais de forma paritária que dialoguem com todo o comitê/reunião. Os municípios que não adotarem perdem o direito de 25% da PNAB
2. Construção de uma plataforma de comunicação dos comitês, integrativa.
3. Criar uma lei do fundo financeiro para reparação climática e territorial. O fundo é alimentado a partir de 10% do plano safra, do lucro, e destinado à convocação de agentes territoriais de cultura viva municipais.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Criar os Fundos Municipais, Estaduais e Nacional da Cultura Viva, com percentuais oriundos das leis de incentivos culturais em todas as instâncias (municipal, estadual e federal) inclusive dos direitos difusos, fundos de loterias e renúncias fiscais.
2. Investir em formação descentralizada do segmento econômico cultural, apoio para formalização com CNPJ sem fins lucrativos e formação para o trabalho coletivo autogestionário e solidário (economia solidária) para fomentar a autogestão econômica dos coletivos com destinação de prédios públicos desocupados para uso dos Pontos de Cultura e apoio para estruturação e manutenção de espaços produtivos e de comercialização.
3. Destinar um percentual dos fundos municipais, estaduais e federal, oriundos das empresas responsáveis (Logística reversa e multas) para fomento do Eixo da Justiça Climática e Educação Ambiental, priorizando o acesso a este recurso aos Pontos de Cultura que efetivamente promovam ações comprometidas com esta causa.

19. [RIO DE JANEIRO](#)

VII Fórum Estadual dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro

Onde: encontros virtuais (via Google Meet)

Quando: de 23 a 28 de fevereiro de 2026

Quem realizou o encontro: Rede de Cultura Viva do Rio de Janeiro em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (Secec)

Representante do MinC presente: João Pontes, diretor na Política Nacional Cultura Viva

Ponteiras e ponteiros de diferentes regiões do Rio de Janeiro participaram de uma semana de encontros virtuais, de 23 a 28 de fevereiro de 2026, no VII Fórum Estadual dos Pontos de Cultura. No último dia, o encontro seria presencial, na Biblioteca Parque Estadual, no



Centro do Rio, mas devido às fortes chuvas que atingiram o estado, acabou sendo realizado em formato online também.

Ao longo da semana, a programação girou em torno dos eixos temáticos propostos pelo MinC e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC): “Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos”, “Governança da Política Nacional de Cultura Viva” e “Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística”.

Thiago Sales, assessor-chefe de Cultura e Sociedade da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Secec-RJ), e Dilma Negreiros, representante da CNPdC e presidente do Pontão de Cultura CIEMH2 Núcleo Cultural, mediarão os debates.

Parte da programação do VII Fórum Estadual dos Pontos de Cultura coincidiu com o I Fórum Cultura Viva de Matriz Africana - Rio de Janeiro, realizado entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março, em diferentes espaços da capital fluminense e em Maricá. Os eixos temáticos da Teia também nortearão os quatro dias de encontros presenciais deste fórum, destacando especialmente assuntos como o racismo ambiental e o fomento à cultura dos povos de matriz africana.

Notícia publicada no site gov.br/culturaviva:

[Pontos e pontões de cultura do Rio de Janeiro celebram a diversidade na escolha da delegação para a 6ª Teia Nacional](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Filipe Gonçalves de Assis - Associação Cultural Vale Do Macacu (Cachoeiras de Macacu)
2. Ivan José Machado da Costa - Centro de Cultura Popular da Mesquita (Baixada Fluminense)
3. Paulo César de Oliveira da Cunha - Associação Cultural Zé Mussum (Magé)
4. Lysandra Martins Moura - Coletivo Ofò (Rio de Janeiro)
5. Myrian Cristovão da Costa - ONG O Nosso Papel (Rio de Janeiro)
6. Thammy Carvalho - Coletivo Cultural Olhar Da Perifa (Cabo Frio)
7. Maurício Oliveira da Silva - Gethomn (Saquarema)
8. José Romildo Dos Santos (Mestre Jagunço) - Associação De Cultura e Artes Casa De Bambas (Rio de Janeiro)
9. Marinez Teodoro Fernandes - Associação Cultural para Desenvolvimento de Tecnologias Humanas (Volta Redonda)
10. Juçara Tereza Mões da Silva - Ilê Asé do Ogun Já (São Gonçalo)

11. Arlene Maria Camargo (Arlene Cisin) - Centro De Integração Nova Iguaçu
12. João Eliel Da Silva de Lima- Fiação (Rio das Ostras)
13. Adriane Fernandes Freire - Roda Cultural do Centenário (Duque de Caxias)
14. Vanessa Santos de Menezes - Associação de Professores e Pesquisadores de História (Apph Clio) (Duque de Caxias)
15. José de Souza Andrade - Ylê Ashé Efon (Nova Iguaçu)
16. José Facury Heluy - A.C. Tributo à Arte e à Liberdade (Cabo Frio)
17. Marília Danni Ferreira - Cia. Vida de Teatro e Dança (Maricá)
18. Deusari Campos Oliveira Taveira - Centro Cultural Oju Omi (Maricá)
19. Leandro Moraes Amorim - Associação Musical e Dramática Honório Coelho de Silva Jardim (Silva Jardim)
20. Rodrigo Ramos Teixeira - Ounje Okan (Rio das Ostras)
21. Roque Antonio Gonzalez Menoret - Associação Artístico Cultural Nhandeva (Paraty)
22. Clara Monção Ramos Gomeia - Galpão Criativo (Duque de Caxias)
23. Maria Dolores de Lima e Silva - Cetrab - Centro de Tradições Afro-brasileiras (Rio de Janeiro)
24. Taís Gomes Vieira de Souza - Ciemh2 Núcleo Cultural (Macaé)
25. Paulo Henrique Menezes da Silva - Instituto Cultural e Biblioteca Comunitária Francisco da Silva Cyríaco (Guapimirim)
26. Josephane da Silva Lima - Coletivo Pé N'Areia (São Pedro da Aldeia)
27. José Antonio Fontoura Xavier - Grupo Cultural Cara Da Rua (Miracema)
28. Lucas Emanuel Pinheiro Moreira - Programa Integração Pela Música (Vassouras)
29. Arethusa Mara Doria Pereira - Égbé Ile Iya Omidayè Ase Obalayo (São Gonçalo)
30. Maria de Fátima Da Silveira- Centro de Referências e Estudos - Creasf (Pinheiral)



Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: "Pontos de Cultura pela Justiça Climática"

1. Realizar um mapeamento nacional dos Pontos de Cultura com capacidade operacional para atuar em situações de emergências socioambiental e humanitária, incluindo iniciativas vinculadas à cultura alimentar de base comunitária e à agricultura familiar. A partir desse diagnóstico, criar mecanismos ágeis e desburocratizados que viabilizem o repasse emergencial de recursos, apoio logístico e reconhecimento institucional para os Pontos de Cultura que atuam no acolhimento, na mobilização solidária, na comunicação comunitária e na garantia do direito à alimentação adequada em contextos de calamidade. A proposta busca fortalecer e dar lastro operacional ao Protocolo da Cultura Viva, consolidando os Pontos de Cultura como infraestruturas sociais estratégicas de resposta territorial às crises climáticas e humanitárias.
2. Instituir o Programa Interministerial Territórios da Cultura Viva para Justiça Climática, com financiamento permanente e fomento direto aos Pontos. Integrar Minha sede, minha vida, criar um Fundo Emergencial e articular cultura, assistência social, meio ambiente e defesa civil nos territórios vulneráveis.
3. Direcionar a aplicação das multas patrimoniais e ambientais de forma a combater o racismo ambiental e garantir a sustentabilidade dos pontos de cultura, uma vez que são agentes importantes no auxílio às comunidades afetadas quando há desastres climáticos, sendo 5% da verba utilizada como fomento cultural.

Eixo 1 - Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Propõe-se o fortalecimento da política de Cultura Viva por meio da instituição de Núcleos Regionais de Governança nas 10 regiões do estado, com composição paritária entre sociedade civil (Pontos de Cultura, coletivos, mestres e mestras populares e Fóruns de Matriz Africana e Fórum de Pontos de Cultura) e poder público. Esses núcleos atuarão no planejamento territorial, acompanhamento orçamentário e avaliação participativa da política. Defende-se a regulamentação estadual do Marco Cultura Viva, com simplificação da prestação de contas, adoção de mecanismos de contabilidade popular e garantia de maior segurança jurídica aos Pontos de Cultura. Também se propõe o reconhecimento formal dos Fóruns de Matriz Africana e Fórum de Pontos de Cultura como instâncias permanentes de consulta e deliberação. A proposta inclui metas quantificáveis até 2036 para ampliação do número de Pontos de Cultura, com critérios de interiorização e equidade territorial, assegurando percentual mínimo do Fundo Estadual de Cultura para a Cultura Viva, bem como reserva específica para iniciativas de matriz africana, povos tradicionais, cultura popular e periferias. Por fim, destaca-se a Cultura Viva como estratégia de geração de emprego, renda e proteção social no campo da economia criativa, com programas permanentes de formação em gestão e contabilidade popular, além de reconhecimento aos Pontos que promovem capacitação, geração de renda e fortalecimento da autoestima comunitária.
2. Consolidar a Política Cultura Viva como política de Estado permanente, por meio de lei complementar que estabeleça vinculação orçamentária mínima obrigatória, com destinação de no mínimo 1% do orçamento estadual para os Pontos de Cultura,

assegurando dotação anual específica nos três níveis federativos e a constituição de fundo permanente. A medida deve garantir a descentralização real dos recursos, com percentual obrigatório destinado às periferias e ao interior, simplificação radical dos procedimentos para pequenos coletivos e priorização de territórios de vulnerabilidade social e ambiental, reconhecendo os Pontos de Cultura como infraestruturas comunitárias estratégicas para a promoção da cidadania cultural, da justiça social, da proteção territorial e do desenvolvimento sustentável.

3. Institucionalizar Pontões Regionais por lei federal (cobertura de 10 regiões no RJ), com seleção via edital público do MinC e mapeamento de artistas em plataforma para intercâmbios entre municípios. Criar rubricas orçamentárias específicas (fomento mínimo de 24 meses), pontos focais para assistência técnica, fluxos simplificados de contas e integração com planos/conselhos de cultura. Priorizar interiorização, equidade territorial e metas de cobertura em áreas vulneráveis.

Eixo 2 - Governança da Política Nacional da Cultura Viva

1. Fortalecer a governança da Cultura Viva por meio da instituição de um Sistema Nacional de Governança Cultural que assegure participação social efetiva, monitoramento contínuo e transparência ativa na formulação, execução e avaliação das políticas, cabendo ao Estado garantir equidade na distribuição dos recursos. A proposta prevê consolidar a CNPdC como Conselho Nacional de Pontos e Pontões de Cultura Viva com papel na cogestão da política, implementar um Cadastro Nacional público e integrado e ampliar os mecanismos de controle social, ouvidoria e geração de dados territorializados sobre a execução dos recursos da Cultura Viva e da PNAB, em articulação com o Sistema Nacional de Cultura. Deve-se garantir a presença efetiva das Comissões de Pontos de Cultura e dos Mestres e Mestras dos Povos de Comunidades de Matriz Africana, bem como das demais culturas populares, tradicionais, urbanas, rurais, indígenas, periféricas, religiosas e outras expressões culturais, nas instâncias de governança e nas linhas de fomento, reconhecendo os fazedores de cultura como sujeitos centrais do desenvolvimento cultural, social e ambiental do país, sem hierarquização entre as diferentes matrizes formadoras da identidade nacional.
2. Fortalecer a participação e o controle social na Cultura Viva, democratizando os processos decisórios e garantindo a presença dos Povos Tradicionais de Matriz Africana na governança da política. Defesa da gestão compartilhada entre entes federativos, Pontos de Cultura (incluindo os novos certificados e coletivos culturais), com protagonismo dos agentes locais nas decisões, no acompanhamento e na avaliação das ações. A criação e fortalecimento do Fórum Estadual de Cultura Viva de Matriz Africana, Patrimônio imaterial e material, Audiovisual, Literatura, livro e leitura, Artes visuais, Culturas Tradicionais e Populares, teatro, como espaço permanente de articulação e incidência, com autonomia, criação do GT da Capoeira no Fórum Nacional de Política Cultural, além da criação da cadeira da Cultura Viva no Conselho de Política Cultural do Estado do Rio de Janeiro e fortalecimento da atuação nos Conselhos Municipais.

3. Atribuir aos Pontões a responsabilidade de coordenar o mapeamento vivo dos segmentos produtivos da cultura em cada região. Destinar aos Pontões a elaboração de editais regionalizados, construídos a partir de escuta territorial e das demandas dos segmentos produtivos locais, articulando cultura, cidadania e sustentabilidade ambiental. Prever recursos para que Pontões, em parceria com pontos focais, realizem formações continuadas para agentes culturais. Garantir recursos específicos para apoio institucional e organizacional aos Pontos de Cultura (regularização de documentos, contabilidade simplificada, modelos de prestação de contas adequados à realidade comunitária). Desenvolver, via Pontões e pontos focais, trilhas de formação profissionalizante relacionadas aos sistemas produtivos locais de base cultural (eventos, música, artesanato, capoeira, economia da cultura, turismo comunitário etc.), valorizando mestres e mestras como formadores. Precisamos de diálogo com políticas públicas para que tenham diretrizes específicas em apoio à arte/cultura em seu desenvolvimento regional. Com editais e apoio individual sobre planos precisos que possam alavancar o município. Os artistas precisam de apoio nos conselhos.

Eixo 3 - Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Criar, nos editais operados pelos Pontões, linhas específicas para custeio de equipes de trabalho dos Pontos de Cultura (coordenação, gestão, produção, comunicação, formação), reconhecendo o trabalho cultural como trabalho e não apenas como militância. Garantir que todo projeto apoiado pelos Pontões preveja recursos para remuneração digna de artistas, mestres, mestras e demais fazedores de cultura envolvidos nas ações continuadas. Estabelecer contratos ou termos de fomento de média duração (mínimo de 24 meses, prorrogáveis), assegurando previsibilidade orçamentária para os Pontos de Cultura vinculados a cada Pontão Regional. Criar mecanismos simplificados de renovação de apoio para iniciativas que comprovem a continuidade de ações no território. Articular, via Pontões, programas de formação e orientação sobre direitos trabalhistas, previdenciários e instrumentos de proteção social voltados a trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Estimular parcerias com políticas de assistência social, economia solidária e desenvolvimento territorial, para integrar o trabalho cultural a redes de proteção e geração de renda nos territórios. Desenvolver, em parceria com os pontos focais, trilhas de formação continuada sobre gestão de projetos, sustentabilidade financeira, comunicação, cuidados com a saúde mental e prevenção do adoecimento no trabalho cultural. Valorizar mestres, mestras e referências comunitárias como formadores/as, garantindo pagamento por horas de formação e reconhecimento de seus saberes como base da política. Garantir transparência ativa: os Pontões devem publicar, em plataforma pública, editais, resultados, prestações de contas consolidadas e indicadores de impacto (número de pessoas atendidas, atividades realizadas, trabalhadores envolvidos etc.).
2. Instituir uma política integrada de sustentabilidade da Cultura Viva baseada em fomento contínuo, isenção e anistia fiscal e tributária, unificando financiamento e proteção social e reconhecendo formalmente o trabalho cultural, em todas as suas

vertentes, como atividade de interesse público. A política deve assegurar o registro do trabalho cultural comunitário, o enquadramento previdenciário no INSS, o reconhecimento do tempo de atuação — inclusive o desenvolvido junto aos Pontos de Cultura — para fins de aposentadoria e a garantia de condições dignas de trabalho. Prevê-se a ampliação de categorias no regime de Microempreendedor Individual (MEI) para contemplar todas as atividades culturais — artísticas, técnicas, tradicionais, religiosas, educativas e de produção — permitindo formalização simplificada e tributação compatível com o setor, além de garantir fomento continuado a artistas e coletivos dos Povos de Comunidades de Matriz Africana, reconhecendo o caráter estruturante de suas práticas e fortalecendo a sustentabilidade econômica da Cultura Viva, bem como assegurar que os editais destinados aos Povos de Comunidades de Matriz Africana sejam avaliados por pareceristas pertencentes a essas comunidades, garantindo pertinência cultural e equidade nos processos de seleção.

3. Fortalecer a participação e o controle social na Cultura Viva, democratizando os processos. Fortalecer a Cultura Viva como política de geração de trabalho e renda, garantindo sustentabilidade à criação artística nos territórios. Defesa e o reconhecimento e a valorização do trabalho de mestres e mestras das culturas populares e tradicionais como atividade profissional, com remuneração justa, fomento contínuo e respeito aos seus saberes. Proposta de mecanismos permanentes de apoio financeiro, formação em gestão e fortalecimento de redes de circulação para os Pontos de Cultura assegurando autonomia e continuidade das ações com fomento direto. Diálogo direto e permanente com os órgãos da Fazenda, Ministério de Desenvolvimento Cultural, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Ministério da Saúde para orientar corretamente os proponentes e evitar problemas nas prestações de contas, garantindo mais segurança jurídica e menos burocracia para quem executa a política na ponta. Criação de programas incluindo prêmios e bolsas para fortalecer gestão cultural, valorizando saberes populares, práticas culturais que valorizem a harmonia com o meio ambiente com modos de vida sustentáveis. Fomento das economias solidárias e criativas, gerando renda e visibilidade para iniciativas culturais em todo o território nacional e incentivar a arte sustentável buscando minimizar o impacto ambiental, reutilizando materiais descartáveis na criação de novas obras. Ampliação dos Termos de Compromissos Culturais com a revisão e aumento do limite de recurso a serem recebidos pelos pontos e pontões de cultura anualmente, num percentual de 100%.

20. [SANTA CATARINA](#)

4º Fórum Estadual dos Pontos de Cultura de Santa Catarina

Onde: Florianópolis - Centro Integrado de Cultura

Quando: 24 e 25 de fevereiro de 2026

Quem realizou o encontro: Comissão Estadual e a Rede de Pontos e Pontões de Cultura do estado, com o apoio da Fundação Catarinense de Cultura e do Ministério da Cultura.

Representantes do MinC presentes: João Pontes, diretor da Política Nacional de Cultura Viva, e Leandro Anton, coordenador-geral de articulação da Cultura Viva



O 4º Fórum Estadual dos Pontos de Cultura de Santa Catarina terminou no dia 25 de fevereiro, em Florianópolis, com crianças no palco e um Boi Brincante no meio da roda, encerrando os dois dias de apresentações artísticas, conversas e discussões de propostas para a 6ª Teia Nacional, que será realizada no Espírito Santo.

Espaço de encontro, escuta, construção coletiva e articulação da Rede Cultura Viva no estado, o fórum teve como sede o Centro Integrado de Cultura (CIC) da capital catarinense, nos dias 24 e 25 de fevereiro. Além das rodas de conversa “Rumo à Teia Nacional” e “Entre Pontos Catarina, pela Justiça Climática”, a programação contou com apresentações circenses e musicais de pontos de cultura, discussões em torno

do tema “Cultura Infâncias” e plenárias divididas pelos três eixos temáticos propostos para 6ª Teia.

Após a plenária final, com a aprovação das propostas para V Fórum Nacional, o encerramento ficou por conta do Boi Brincante: Bois de mamão dos Pontos de Cultura Arreda Boi, Boi do Porto, Quero ver meu Boi Brincar, Boi Criança e convidados.

Notícia no site www.gov.br/culturaviva:

[Rede de Pontos e Pontões de Cultura de Santa Catarina realiza o 4º Fórum Estadual em Florianópolis](http://www.gov.br/culturaviva)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Bruna Machado da Silva - Coletivo de Artesãs Mar e Arte de Balneário Piçarras (Balneário Piçarras)
2. Andréa da Silva Dallabrida - Escola de Samba Mocidade Unidos do Salto do Norte (Blumenau)
3. Cristiano Moreira - Instituto Caracol (Rodeio)
4. Emanuela Beatriz da Silva - Teatro Embaixo da Ponte (Rio do Sul)
5. Marcia Regina Nascimento Leite - Associação Templo Espiritual Amigos de Fé (Blumenau)
6. Catia Sirlene Gonçalves Hahn - Cine Ponto Juventude (Araranguá)
7. Juliana Resende Dutra - Coletivo Intervenção Cultural (Imbituba)
8. Alison Maedeiros Ronsani - Músicos Associados do Estado de Santa (Florianópolis)
9. Quetlin da Silva Silveira Apolinario - Cultura Mamoeira (Criciúma)

10. Rodrigo Lauffer - CUFA Laguna (Laguna)
11. Iara Odila Nunes Costa - Sociedade Recreativa Esportiva e Cultural União Operária (Criciúma)
12. Estefany Cristine de Moura dos Passos - Sociedade Recreativa Imperadores do Samba (São Francisco do Sul)
13. Francisca Vasconcelos Silva - Articule/ Jacatirão Arte (Joinville)
14. Priscila Gabriel Costa - Pontão Catarina (Araquari)
15. Rhuan Carlos Fernandes - Instituto Terra Preta (Joinville)
16. Amanda Cristina Doudat - Associação de Artistas Plásticos de Joinville (Joinville)
17. Samira Sinara de Souza - Instituto de Pesquisa da Arte pelo Movimento - IMPAR (Joinville)
18. Eduardo Jose Figueiro - Nossa Maloca (Chapecó)
19. Ernesto Puhl Neto - Combinando Jornalismo: Literário, Cultural e Socioambiental (Chapecó)
20. Talila Gracieli Vieira - Grupo de Cultura Venezuelana de São Lourenço do Oeste (São Lourenço do Oeste)
21. Elisabete de Fátima Lourenço - Afrodesmo (São Miguel do Oeste)
22. Vitor Nathan Santetti Camargo - Associação Cultural ABARCA (Xanxerê)
23. Elias de Lisboa - Ponto de Cultura Vila Usina (Caçador)
24. Diego Alves Rosa - Batalhas de Rima e Rodas Culturais Contestado - BARCO (Caçador)
25. Rita de Cássia Oenning da Silva - Usina da Imaginação (Florianópolis)
26. Kamila Maria da Silva - Cia Nosso Olhar (Florianópolis)
27. Nicolás Crispim - Cozinha Mãe (Florianópolis)
28. Anaís Elisa CastrellónCastillo - Sawubona (Florianópolis)
29. Karizy Fernandes da Silva - Trupe Aririú (Florianópolis)
30. Daniela Ribeiro Schneider - Associação Cultural Baiacu de Alguém - Ponto de Cultura Pescadores de Cultura (Florianópolis)



Fórum dos Pontos de Cultura de Santa Catarina (Fotos: Fernanda Peres/ Ascom FCC)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

Criar um sistema de certificação simplificada de Pontos de Cultura, com mecanismos de inscrição acessíveis a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, populações periféricas e grupos nômades, por meio de formulário que contemple as problemáticas do racismo ambiental e da justiça climática, propondo que esta pauta seja encaminhada à instância federal como contribuição estruturante da Política Nacional de Cultura Viva, com vistas à construção de uma diretriz nacional de sustentabilidade para a Rede Cultura Viva, integrando princípios de justiça climática, gestão de resíduos, educação ambiental e inclusão socioeconômica de cooperativas de recicladores às políticas públicas de cultura.

Eixo 1 - Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Criar canal exclusivo de ouvidoria da Política Nacional de Cultura Viva para denúncia, fiscalização e mediação junto ao Ministério da Cultura, além da criação de cartilha orientativa sobre aplicação de recursos da PNAB para estados e municípios.
2. Criar obrigatoriedade de contratação de ponteiros e ponteiros como pareceristas nos editais da PNCV.
3. Garantir a emancipação de recursos da PNAB por meio da criação de um Fundo Nacional da Cultura Viva.

Eixo 2 - Governança da Política Nacional da Cultura Viva

1. Ampliar e aprimorar os instrumentos de financiamento através de:
 - a) Orçamento Próprio para Lei Cultura Viva: Garantir percentual dentro dos fundos de cultura nos níveis União, estado e município;
 - b) Integração com Lei Rouanet: Proposta de que parte dos recursos da renúncia fiscal da Lei Rouanet seja destinada a um fundo coletivo, gerido de forma transparente e colaborativa por uma rede organizada dos Pontos de Cultura, garantindo maior segurança e participação, em vez de deixar a escolha dos projetos restrita apenas a empresários;
 - c) Mecanismo Compensatório: Sugestão de criar uma lógica similar à compensação ambiental, onde proponentes de projetos da Lei Rouanet sejam obrigados a articular parte de suas ações com base comunitária;
 - d) Distribuição Direta: Proposta de que recursos do IPS sejam distribuídos diretamente a todos os pontos de cultura certificados, de forma proporcional ou igualitária, sem passar por editais competitivos;
 - e) Integração com PNAB: Ampliar integração da Política Nacional Aldir Blanc;
 - f) Democratização: Reconhecimento de que editais criam disputas internas entre os próprios pontos de cultura.
2. Ampliar e aprimorar a gestão compartilhada através de:
 - a) Conselhos de Diversidade: Necessidade de fortalecer representatividade dos pontos de cultura de comunidades tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades de terreiro, populações ribeirinhas, pescadores artesanais, povos ciganos, comunidades extrativistas, povos de matriz africana, comunidades de imigração tradicional e demais comunidades reconhecidas como povos e comunidades tradicionais) como instância fundamental de diálogo sobre políticas públicas.
 - b) Coordenadoria Descentralizada: Proposta de coordenação descentralizada nos estados e municípios com representante da sociedade civil.
 - c) Formação dos Gestores: Formação de gestores de cultura estaduais e municipais em CV.
 - d) Definição de Pontão: Reconhecimento de que é preciso elucidar a diferença entre Ponto e Pontão.
 - e) Criação de novos grupos temáticos: Saúde Mental, Mulheres, Cultura Infância, Artes integradas, Clubes Sociais Negros, Juventude e Justiça Climática.
3. Ampliação de instrumentos de controle social, transparência e fiscalização através de:
 - a) Participação Comunitária: Necessidade de fortalecer mecanismos que garantam fiscalização e participação dos Pontos/Pontões.
 - b) Transparência: Ampliar a gestão de transparência na gestão da política nos níveis da união, entes estaduais e municipais.

Eixo 3 - Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Propõe-se a criação de mecanismos estruturantes para o fortalecimento da rede de Pontos e Pontões de Cultura, incluindo a elaboração de planilha orçamentária padronizada para serviços artísticos e técnicos, a implementação de um banco de

dados unificado de agentes culturais que gere uma ID individual via link, reunindo todas as informações e documentos em um único cadastro para facilitar o acesso e a inscrição em editais, a ampliação das fontes de recursos além da PNAB e o fortalecimento da economia solidária como rede de cooperação para fomentar geração de renda, sustentabilidade e circulação interna de serviços e produtos culturais. Prevê-se, ainda, a construção de editais alinhados às necessidades específicas de cada ponto, o desenvolvimento de uma comunicação integrada entre a rede, a criação de um portal de transparência que, além de divulgar a movimentação financeira e os resultados, institua um mecanismo de reciclagem do lucro financeiro obtido com os recursos dos editais, garantindo sua reaplicação integral em novos editais culturais, bem como a formação de um grupo de trabalho voluntário para assessorar agentes culturais sem habilidades técnicas para elaborar e submeter projetos, assegurando que todas essas contribuições estejam em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

2. Incentivar a aprovação e regulamentação da Política Estadual Cultura Viva no estado de Santa Catarina e nos demais estados da federação, é fundamental para promover a sustentabilidade permanente do setor. A legislação visa fortalecer os Pontos e Pontões de Cultura, reconhecendo os agentes culturais como trabalhadores e trabalhadoras da Cultura, apoiando a produção artística comunitária, a formação permanente e a organização em rede, por meio de calendários, gerando renda e sustentabilidade para além dos editais.
3. Propõe-se que o Ministério da Cultura institua diretriz nacional de indução federativa para que estados e municípios regulamentem, em âmbito local, a Política Cultura Viva, em consonância com a Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014).

21. [RIO GRANDE DO NORTE](#)

4ª Teia/ IV Fórum Potiguar dos Pontos de Cultura

Onde: Natal - Centro de Tecnologia e Cultura Luzia Vieira de França (CTC-IFRN)

Quando: 26 e 27 de fevereiro de 2026

Quantas pessoas inscritas: 80

Quem realizou o encontro: Rede Potiguar de Pontos de Cultura, em diálogo com a Secretaria de Estado da Cultura do RN (Secult/RN)

Representante do MinC presente: Carolina Freitas, coordenadora de Planejamento e Sistema da Cultura Viva

Atrações culturais diversas, espaços de debates, fortalecimento da participação social e a construção coletiva de propostas para o setor cultural marcaram a programação da 4ª edição da Teia do Rio Grande do Norte, nos dias 25 e 27 de fevereiro. O evento, que também abrigou o IV Fórum Potiguar dos Pontos de Cultura, teve como sede Centro de Tecnologia e Cultura Luzia Vieira de França (CTC), do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), em Natal.

Nos grupos de trabalho que se formaram durante o encontro, foram definidas propostas relacionadas aos eixos temáticos da Teia: Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos

dez anos, governança da política pública, sustentabilidade da criação artística e justiça climática. Também foram eleitos novos integrantes para a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura e a delegação que vai representar o estado na 6ª Teia Nacional, em Aracruz (ES). A última Teia nacional ocorreu em Natal, em 2014.



Outro assunto em pauta foi a regulamentação da Lei Estadual Cultura Viva (Lei nº 11.227/2022). A minuta do decreto, elaborada pela Comissão Estadual, foi entregue à Secretaria de Estado da Cultura do RN (Secult/RN), marcando um passo importante para a consolidação da política como instrumento estruturante nos territórios. Ao participar do evento, a governadora Fátima Bezerra reafirmou o compromisso com as políticas culturais e a importância do setor para o desenvolvimento do país.

A programação cultural contou com a exposição Rabecas e Bailados e apresentações dos grupos Pau Furado de Mulheres Quilombolas de Macaíba, Boi de Reis do Bom Pastor e Fuxico de Feira, companhia Gira Dança, Trotamundos, Trio Caninana e Folia de Rua Potiguar. O evento terminou em samba com apresentação da bateria da Balanço do Morro – que também é um ponto de cultura. Nos dois dias, o público também pôde visitar a Feira de Economia Solidária e Criativa e o Museu do Brinquedo Popular.

Notícia no site www.gov.br/culturaviva

[Rio Grande do Norte promove encontro da Rede Estadual de Pontos de Cultura e conclui etapa preparatória para a 6ª Teia Nacional](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Renata Soraya Leal da Silva – Ponto de Cultura O Pessoal do Tarará - Baixinha Berço das Artes (Mossoró)
2. Talita Barbosa de Souza - Ponto de Cultura Museu Nísia Floresta (Nísia Floresta)
3. Raimundo Melo - Pontão de Cultura e Comunicação Cecop (Natal)
4. Rogério Marques da Silva – Ponto de Cultura Coletivo Foque (Natal)
5. Ana Yasmim de Oliveira da Costa – Ponto de Cultura Espaço Bagana de Arte (Mossoró)
6. Gláucio Teixeira da Câmara – Ponto de Cultura Congos de Combate Ponto de Cultura e Memória (São Gonçalo do Amarante)
7. Ana Celina Alves Fernandes – Ponto de Cultura Trotamundos Cia. de Artes (Parnamirim)
8. Daniel Barbosa da Silva – Ponto de Cultura Movidos Artes Integradas (Natal)
9. Vágner de Brito Tôrres (Vagner Petit) – Ponto de Cultura Rádio Sarjeta (Mossoró)
10. Alessandra Augusta Lima dos Santos – Ponto de Cultura Espaço Cultural Casa da Ribeira (Natal)

11. Fábio Pereira de Oliveira (Fábio Ta'angahara) – Ponto de Cultura Instituto Gamboa do Jaguaribe (Natal)
12. Fernando Ferreira Batista – Ponto de Cultura Orquestra de Flautas Doce Irmã Terezinha Galles (João Câmara)
13. Allaya de Souza Oliveira – Ponto de Cultura Instituto Menina Flor (Natal)
14. Raimundo Nonato Santos da Costa - Ponto de Cultura Cia Escarcéu (Mossoró)
15. Evanir de Oliveira Pinheiro (Eva Potyguara) – Ponto de Cultura Mulherio das Letras Indígenas (Natal)
16. Anikelly Alves Cardoso Toscano – Ponto de Cultura Museu Casa de Taipa Junco (Messias Targino)
17. Márcia Cândido de Araújo – Ponto de Cultura Eros Circus (Santo Antônio)
18. Mônica Danuta Câmara de Oliveira – Ponto de Cultura Companhia Pão Doce de Teatro (Mossoró)
19. José Thallyson Rocha da Costa – Ponto de Cultura Coletivo de Educação & Cultura Line Up Cultural (Natal)
20. Preciawá Porãngueté (Leandro da Paz Barbosa) – Ponto de Cultura Terreiro Urbano Pindorama
21. Auana da Câmara Lima – Ponto de Cultura Ilé Àșe Òbèòtógúndá Ìrè (Macaíba)
22. Sandra Maria Rocha – Ponto de Cultura Ponto de Cultura Motivart Potiguar (Extremoz)
23. Ricardo França da Silva (Buihú) – Ponto de Cultura Associação Cultural Brinquedoteca Itinerante e Popular (Natal)
24. Gilvan Aiquoc – Ponto de Cultura Coco Juremado RN (Natal)
25. Rodrigo Cesar Souza De Macedo (Bico) - Ponto de Cultura Facetas (Natal)
26. Henrique José Cocentino Fernandes – Ponto de Cultura Instituto Zoon (Natal)
27. Francisco Das Chagas Beserra de Albuquerque Júnior – Ponto de Cultura Junina Oxente (Macau)
28. Emanuel Alves Leite – Ponto de Cultura Associação Amigos da Casa de Cultura Popular Palácio do Gavião (Umarizal)
29. Sandra Rodrigues Barbosa - Ponto de Cultura Associação Cultural São João (Natal)
30. Meysa Tallyta Medeiros da Silva – Ponto de Cultura Coletivo Dafoto (Natal)



4ªTeia e Fórum Potiguar de Pontos de Cultura (Fotos: Meysa Medeiros)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

Incluir os Pontos de Cultura como beneficiários diretos dos fundos climáticos existentes, Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, Fundo Amazônia, linhas do BNDES para economia verde e os mecanismos de financiamento climático internacional aos quais o Brasil tem acesso.

Eixo 1 - Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Fundar uma Escola Nacional de Cultura Viva (ENCV), análoga a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do MST, uma vez que a PNCV completa duas décadas sem ter sistematizado uma forma de transmissão de saberes.
2. Operar a ENCV por pedagogia da alternância, com tempo-escola em imersão presencial e tempo-comunidade em que os participantes retornam a seus Pontos para aplicar o que aprenderam e os problemas encontrados no território retroalimentam o currículo do ciclo seguinte.
3. Fomentar a participação de mestres e mestras da cultura como formadores.

Eixo 2 - Governança da Política Nacional da Cultura Viva

1. Melhorar a eficácia da transparência no que tange à visualização e ao acesso facilitado aos dados da política, de modo que gestores de Pontos de Cultura, conselhos municipais e comissões estaduais consigam usar essas informações no seu planejamento e na fiscalização dos repasses, editais e certificações, sem depender de intermediários ou de linguagem técnica inacessível.

2. Instituir gestores regionais, responsáveis pelo monitoramento e pela articulação local da rede, e agentes territoriais vinculados aos Territórios da Cidadania, com sistema contínuo de monitoramento participativo.
3. Regular a gestão compartilhada dos Pontos de Cultura, garantindo aos conselhos de gestão compartilhada orçamento próprio assegurado para funcionar e composição paritária de gênero, étnico-racial, territorial e segmental.

Eixo 3 - Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Ampliar a duração mínima dos convênios e termos de fomento da PNCV e financiamento dos Pontos de Cultura além dos editais pontuais: propõe-se a criação de editais voltados a mestres e mestras, a ampliação de cotas territorializadas para povos e comunidades tradicionais, incluindo indígenas, quilombolas e comunidades de terreiro, com equidade de gênero nos processos seletivos.
2. Criar um fundo de crédito nos moldes dos utilizados pela economia criativa e solidária, a adoção de mecanismos de financiamento híbrido que combinem recursos públicos com financiamento coletivo, e a disponibilização de recursos continuados de fontes próprias e complementares para as ações dos Pontos.
3. Instituir programa de investimento para manutenção, reforma e aquisição de sedes dos Pontos de Cultura, incluindo a destinação de imóveis públicos ociosos para esse fim, já que muitos Pontos funcionam em espaços cedidos, alugados ou improvisados.

22. [PARAÍBA](#)

5ª Teia Paraíba e VI Fórum Estadual dos Pontos e Pontões de Cultura

Onde: Campina Grande - Centro de Convenções

Quando: de 26 a 28 de fevereiro de 2026

Quantos participantes/inscritos: 143 inscritos no fórum, 81 na lista de presença

Quem realizou o encontro: Pontão de Cultura Coletivo Derréis, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult-PB)

Representante do MinC presente: Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural



Território de encontro de coletivos culturais, artistas, mestres e mestras da cultura popular, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos ciganos e demais comunidades tradicionais do estado, a Teia Paraíba teve sua quinta edição realizada no município de Campina Grande, de 26 a 28 de fevereiro. A programação incluiu palestras, debates, rodas de conversa, vivências, mostra audiovisual e apresentações artísticas dos pontos de cultura paraibanos.

Mikaelle Farias, ativista climática do agreste paraibano, ministrou a palestra sobre o tema central da Teia, “Pontos de Cultura pela justiça climática” na primeira noite, que também contou com a apresentação do grupo Samba de Preto, a exibição do curta “Memórias da Teia na Paraíba” e o acolhimento do Ponto de Cultura Maracagrande.

Na manhã seguinte, a agenda começou com a roda de conversa Ponto a Ponto com a Mestra Doci (“De onde viemos, onde estamos e para onde iremos. Um diagnóstico da Cultura Viva na Paraíba”), com a participação de representantes do Pontão Paraíba Cultura Viva e de 10 Pontos de Cultura: Pisada do Sertão, Maracastelo, Os Cariris, Bananeiras, Ypuarana, Oficina/Vieirocultura, Raízes do Amanhã, Olho do Tempo e Casa Júlia Rocha.

Na sequência foi aberto o 6º Fórum Estadual dos Pontos e Pontões de Cultura, onde foram discutidas as propostas para os eixos temáticos da Teia e eleitas as 30 pessoas que participarão da Teia Nacional em Aracruz, Espírito Santo. Também foi eleito o Colegiado Cultura Viva Paraíba 2026-2029, que irá compor a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Notícia publicada no gov.br/culturaviva

[Pontos e Pontões da Paraíba celebram a diversidade e discutem cultura e justiça climática em Campina Grande](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Assis Firmino da Silva - Centro Cultural Poeta Manoel Xudu (Mari)
2. Vitor Rodrigues da Silva - Associação Comunitária Agrícola Mussumagro (João Pessoa)
3. Cristiano Costa de Souza - Coletivo Teatral Sonhe Que Dá (Bayeux)
4. Mauricio Manoel do Nascimento - Coletivo Embrião Cultural (Assunção)
5. Carla Jaqueline da Trindade - Centro Cultural Meninos de Alcantil (Alcantil)
6. Maria Alcileide da Silva - Coletivo Cultural Terra dos Fortes (Taperoá)
7. Ailton Silva de Lima - Águas Potiguaras Instituto Bae (Baía da Traição)
8. Sanderlin e Ribeiro - Canto da Jurema (Rio Tinto)
9. Maurilio da Silva de Almeida Junior - Coletivo Mboipyranga (Rio Tinto)
10. José Bento de Oliveira - Centro de Tradições Populares (Bayeux)
11. Emmanuel Conserva de Arruda - Academia Princesense de Letras e Artes (Princesa Isabel)
12. Nicodemos Valdevino de Lima - Ritmos do sertão (Guarabira)
13. Isadora Palhano Fonseca - Batalha da Paz (João Pessoa)
14. Lilian Dayane de Carvalho Torres - Companhia de Teatro Sound Clash (Princesa Isabel)
15. Luiz Tôrres Cacau - Ponto de Cultura Oficina/Vieirocultura (Sousa)
16. Joana Alves da Silva - Associação Cultural Balaio Nordeste (João Pessoa)
17. João Pedro Andrade da Silva - Associação de Jovens da Arte e Cultura (Bananeiras)
18. Tiago Aquino de Souza - Acajaman PB (Alagoa Nova)
19. Adilson Barros Soares - Ponto de Cultura de Bananeiras (Bananeiras)
20. Rebeca Araújo de Souza - Ypuarana Cultural (Campina Grande)
21. Matheus Ives Cavalcanti Guedes - Lab Matulão (Campina Grande)

22. Alfranke Amaral da Silva - Caactus Produções (Campina Grande)
23. Juliane Cássia dos Santos Silva - Companhia de Projeções Folclóricas Raízes (Campina Grande)
24. Célia Domiciano Dantas Montenegro - Centro Multicultural da ABFB (Bayeux)
25. Angela Gaeta Pereira dos Santos - Maracastelo (João Pessoa)
26. Perla de Sousa Alves - Coletivo Cultural Patoense Derreis (Patos)
27. Osvaldo Ferreira Moesia - Casa da Cultura Independente (Cajazeiras)
28. Mirian Maria da Silva - Cavalo Marinho Sol do Oriente (Bayeux)
29. Jeferson Araújo dos Santos - Roça City Breakers (Esperança)
30. Daiana Targino da Silva - Associação Cultural Mata Branca (Brejo do Cruz)



5ª Teia Paraíba (Fotos: Secult/PB)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

Fortalecer a cultura de base comunitária a partir de financiamento, público e privado, permanente e oriundos dos recursos climáticos (fundos e editais climáticos) com repasse direto e simplificado aos Pontos e Pontões de Cultura, reconhecendo-os como agentes de promoção da justiça climática, e defesa dos saberes ancestrais e das tecnologias regenerativas.

Eixo 1 - Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Criar o Fundo Nacional Cultura Viva, exclusivo para a Política Nacional Cultura Viva, com orçamento cofinanciado pela União, estados e municípios e Distrito Federal

2. Orçamento permanente para pontos e pontões de cultura para garantir as suas atuações em escolas, unidades prisionais e socioeducativas por meio de um programa interministerial de formação.
3. Conceder prédios históricos da União, estados e municípios que estejam ociosos para que possam ser dados por concessão a pontos e pontões de cultura, para que desenvolvam seus trabalhos

Eixo 2 - Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Estruturar e Implementar a Governança da PNCV através da efetivação do pacto Cultura Viva, com a criação do Comitê Gestão Compartilhada nos estados e municípios. Uma ação de gestão que integre as instâncias do governo federal, estadual, municipal a Rede de Pontos de Cultura, Conselhos de Cultura, fóruns e sociedade civil. Com foco na formação continuada, trabalho colaborativo em rede e na estruturação de indicadores e mecanismos de monitoramento.
2. Fortalecer a Comissão Nacional de Pontos de Cultura transformando no Conselho Nacional de PNCV como instância de deliberação, acompanhamento e monitoramento da Implementação da PNCV dos estados e municípios, bem como as comissões estaduais e municipais e seus respectivos fóruns.
3. Criar e implementar um programa de Formação Continuada nas instâncias de governança: federal, estadual e municipal, Rede de Pontos de Cultura, Conselhos de Cultura, fóruns, sociedade civil e Comissões de Avaliações e Certificações, com foco no desenvolvimento social sustentável e articulado em rede que tenha em suas diretrizes a promoção e fortalecimento dos saberes e fazeres populares, do empreendedorismo criativo, da economia colaborativa, como mecanismos essenciais para a estruturação da PNCV nos territórios.

Eixo 3 - Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Que os 10% dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), destinados ao Cultura Viva, sejam distribuídos entre todos os municípios, e não apenas entre aqueles com mais de 100 mil habitantes, assegurando maior equidade na aplicação dos recursos e ampliando o alcance da política cultural nos territórios.
2. Que os estados e municípios destinem recursos do orçamento próprio para o Cultura Viva, garantindo continuidade das ações e fortalecimento da política nos territórios.
3. Que a Lei Nacional Cultura Viva tenha orçamento próprio e contínuo, previsto no planejamento plurianual, garantindo estabilidade, continuidade e fortalecimento da política pública.

23. [RONDÔNIA](#)

2ª Teia Rondônia

Onde: Ji- Paraná

Quando: De 26 de fevereiro a 1º de março de 2026

Quantas pessoas participantes: 84 (na lista de presença)

Quem realizou o encontro: Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer (Sejucel), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e a rede de Cultura Viva de Rondônia

Representantes do MinC presentes: Junior Afro, diretor do Sistema Nacional de Cultura; Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Cultura Viva, e Tupã Mirim Ju Yan Guarani, coordenador de Promoção da Cultura Indígena



O município de Ji-Paraná foi sede da segunda edição da Teia Rondônia. Nos quatro dias do evento, as atividades se espalharam por diferentes espaços culturais e áreas públicas, buscando fortalecer as organizações e redes comunitárias e ampliar o debate sobre cultura e meio ambiente, justiça climática e valorização dos territórios amazônicos.

Neste encontro para celebrar identidades, fortalecer redes e construir caminhos coletivos, ponteiros e ponteiros de todo o estado participaram de rodas de conversas sobre culturas populares, rurais, afro-brasileiras e indígenas; gênero e diversidade. Também se distribuíram por oficinas – como as de dramaturgia corporal, de artesanato com palha de buriti e de fotografia comunitária e mídia livre – e apresentações artísticas em vários espaços da cidade.

Na abertura, um cortejo cultural partiu do Feirão do Produtor em direção à Praça dos Migrantes, onde foi montada uma feira de artesanato e também se realizaram apresentações de dança e música. A agenda contou, ainda, com um diálogo sobre a Cultura Viva em Rondônia, desde um panorama histórico até os desafios atuais, e uma mesa de debates para diagnósticos, avaliação e perspectivas.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

[2ª Teia Rondônia destaca o papel da cultura na defesa da Amazônia e a importância do fortalecimento da rede](#)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Delgado Filipe Santiago - Cultura Rock Underground – CRU (Ji-Paraná)
2. Otavio Miguel Chaves de Sousa - Auá Coletivo Artístico (Ji-Paraná)
3. Daniele Silva dos Santos - Fada Inad Espaço Cultural (Ji-Paraná)
4. Floraci Mendes Silva - Associação de Artes e Cultura Arterial (Ji-Paraná)
5. Ronildo Silva Farias - A.J-Dacá (Ji-Paraná)
6. Francisco Carlos Reis - Companhia de Santos Reis (Ji-Paraná)
7. Wendeon França Rodovalho Silva - Associação de Amigos da Orquestra (Ji-Paraná)
8. Francisco Santos Lima - Tapiri – O Imaginário (Porto Velho)
9. Reginaldo Cardoso dos Santos - Escola de Samba Asfaltão (Porto Velho)
10. Fabricio Ortiz - Ajero (Porto Velho)

11. Leonardo de Jesus Lira Ferreira - Cia de Dança Tsunami (Porto Velho)
12. Fabiano Gonzaga da Silva - Clube das Mães – Bairro Esperança (Porto Velho)
13. Igor Albuquerque de Novaes - Pontão Abadá – Capoeira (Porto Velho)
14. Hiago de Paiva Cardoso - Mocambo Cultural (Porto Velho)
15. Rogério da Silva Barbosa - Rádio Farol Para Todos (Porto Velho)
16. Helionice de Moura Silva Araujo - Gaia Amiga (Rolim de Moura)
17. Carlos Cesar Neves da Silva - Cacaieiros de Rondônia (Rolim de Moura)
18. Juscilene Carla Leite Olekszechen Pinheiro - Ponto de Cultura Itinerante Bloco Lambida de Gato (Rolim de Moura)
19. Camila Prado Afonso de Miranda - Boi Bumbá Malhadinho (Guajará-Mirim)
20. Paulo Jorge Gomes dos Santos - Pontão Waraji (Guajará-Mirim)
21. Diana Machado Guilhermon - Serpentário Produções (Vilhena)
22. Miriam Cardozo Medeiros Scheer - Pontão Teatro Wankabuki (Vilhena)
23. Andréia Santos Machado - Pontão Acemda (Vilhena)



Propostas aprovadas no fórum estadual:

Tema central do Fórum: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

Criar mecanismo estruturado de contrapartida socioambiental nos Termos de Compromisso Cultural (TCC), tais como iniciativas comunitárias de reciclagem criativa, reaproveitamento artístico, reflorestamento com espécies nativas e fortalecimento da sociobiodiversidade, priorizando territórios impactados por queimadas e desmatamentos, articulando com redes de ensino, grupos ambientais, comunidades rurais, povos originários e tradicionais possibilitando também que Pontos e Pontões de Cultura desenvolvam, ações mínimas anuais de formação, educação ambiental ou práticas de sustentabilidade territorial, com

previsão de bolsas específicas para mestres e mestras de saberes tradicionais e especialistas na área socioambiental, contribuindo para o enfrentamento da crise climática e a proteção dos biomas brasileiro.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Criar e institucionalizar mecanismos de participação orgânica, territorializada e simplificada, voltados às comunidades tradicionais e originárias, garantindo sua atuação efetiva na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas estabelecendo procedimentos administrativos simplificados para acesso a editais e recursos públicos. Prestação de contas com linguagem acessível. Uso de instrumentos adequados à realidade comunitária (relatórios orais, registros audiovisuais e validação por assembleia comunitária). Inscrições simplificadas.
2. Assegurar o fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei nº 13.018/2014, de forma que as redes nacional, estaduais e municipais de Cultura Viva estabeleçam mecanismos permanentes de transferência direta e continuada de recursos financeiros aos Pontos e Pontões de Cultura, destinando um mínimo de 10% dos recursos transferidos exclusivamente para projetos de formação continuada, abrangendo: Gestão cultural e sustentabilidade; Economia solidária e geração de renda; Educação ambiental e justiça climática; Valorização de saberes tradicionais e saber ancestral.
3. Reconhecer a cultura viva comunitária transfronteiriça, valorizando os territórios de fronteira como espaços estratégicos para a integração cultural, social e simbólica dos países da América do Sul, a partir dos biomas e sítios arqueológicos

Eixo 2– Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Fortalecer a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) como instância estratégica permanente de diálogo, pactuação federativa e participação social qualificada no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva, assegurando condições materiais, normativas e políticas para o pleno exercício de suas atribuições consultivas e deliberativas.
2. Instituir um programa nacional de formação continuada permanente para gestores públicos e lideranças comunitárias em assessoria jurídica especializada, com foco em leis de fomento, instrumentos jurídicos, Termo de Compromisso Cultural (TCC), prestação de contas, controle social e gestão participativa da Cultura Viva.
3. Criar e implementar o Sistema Nacional de Monitoramento Participativo da Cultura Viva, com metodologia territorializada, através de indicadores regionais e participação direta dos Pontos e Pontões de Cultura no acompanhamento de sua execução, garantindo transparência, equidade territorial a fim de corrigir as desigualdades regionais, com atenção especial ao fator amazônico.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Reforçar mecanismos de salvaguarda e valorização dos saberes de povos e comunidades tradicionais, por meio de programas formativos permanentes, registros audiovisuais, oficinas, rodas de conversa, incentivo à circulação e apoio à criação artística vinculada à preservação ambiental e ao bem viver, fortalecendo a sustentabilidade cultural em âmbito nacional.
2. Criar programas voltado à formação prática em proteção, circulação e monetização de obras produzidas por Pontos e Pontões de Cultura, com metodologia colaborativa e linguagem acessível, como ciclos formativos, mentoria coletiva, rede solidária de orientação entre os próprios fazedores de cultura e outros meios que venham garantir a aplicação deste programa, sem sobrepor políticas já existentes, mas ampliando o acesso real às ferramentas de proteção e gestão autoral.
3. Instituir premiação nacional para os Pontos e Pontões de Cultura que desenvolvam metodologias de monitoramento ambiental em territórios amazônicos. A iniciativa reconhecerá projetos que transformam o conhecimento profundo sobre a fauna e a flora locais em produções audiovisuais e materiais pedagógicos para a rede pública de ensino, envolvendo a participação direta de toda a comunidade. O prêmio consistirá em conceder bolsas de incentivo para os moradores que já atuam no território e ganham equipamentos modernos, como internet rápida e energia solar para estruturar seus próprios espaços de criação e oficinas comunitárias.

24. [SÃO PAULO](#)

IV Fórum da Rede de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo

Onde: Campinas

Quando: De 26 de fevereiro a 1º de março de 2026

Quantas pessoas inscritas: 438 (407 na lista de presença)

Quem realizou o encontro: Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo em conjunto com o Fórum Paulista dos Pontos de Cultura, com a parceria da Prefeitura Municipal de Campinas e o Pontão de Cultura Areté

Representantes do MinC presentes: João Pontes, diretor da Política Nacional Cultura Viva, e Tião Soares, diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares



O 4º Fórum Paulista dos Pontos de Cultura foi realizado em Campinas, de 26 de fevereiro a 1º de março, com mais de 800 participantes e 600 grupos e entidades culturais representados. Ao longo de quatro dias, o evento promoveu debates, formações, construção coletiva de propostas e a celebração da diversidade cultural do estado, que tem a maior rede da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) do país.

São Paulo soma mais de 2.700 integrantes no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, distribuídos em 392 municípios.

O encontro teve como tema “Cultura Viva tecendo o bem viver”. As atividades ocuparam o Teatro Municipal Castro Mendes, a Sala dos Toninhos e a Casa do Hip-Hop. O evento começou com o credenciamento dos participantes, a cerimônia de abertura institucional e um cortejo cultural. O segundo dia foi dedicado às discussões sobre o regimento interno e às atividades formativas sobre o histórico da política e os investimentos federais.

No terceiro, os participantes se reuniram em eixos temáticos para a construção de propostas e a realização da plenária para aprovar o documento final e eleger a delegação paulista para a 6ª Teia Nacional. O encerramento ficou por conta do Encontro “Ponto a Ponto”, dedicado à troca de experiências e à despedida das delegações.

A programação incluiu ainda uma homenagem a mestres e mestras que marcaram a trajetória da Cultura Viva no estado: Mãe Izabel, Mestre Alceu, Professora Neide, Mãe Eleonora, Mestre Lumumba, Babá Paulo e Marcos Pardim. A cerimônia reconheceu o papel dessas lideranças na preservação de saberes tradicionais e na transformação social por meio da cultura.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

4º Fórum Paulista dos Pontos de Cultura reúne representantes de 600 grupos culturais

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/4o-forum-paulista-dos-pon-tos-de-cultura-reune-representantes-de-600-grupos-culturais>

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Silvano Euclênio Silva - Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil (Ribeirão Preto)
2. Carlos Eduardo dos Santos Barbosa - Ponto de Cultura "Casa de Maria" (Baixada Santista)
3. Pai Julio de Oxossi - Curimba Brasil (Grande São Paulo)
4. Thaís Nunes de Souza - Slam subversão (Marília)
5. Rafaela Soares - Associação Cultural Negra Visão (Campinas)
6. Lourdes Toledo dos Santos - Ponto de Cultura Movimento Social Orgulho Negro de Mairiporã (Grande São Paulo)
7. Ingorar Pataxó Hã Hã Hãe - Ipamakã Upá Ibá (Mogi das Cruzes)
8. Sassá Tupinanbá - Há Indígenas em SP (Ilha Comprida)
9. Awá Djerowewedjú Tupi Guarani Nhandewa - Museu Worikg Sol Nascente (Arco-Íris)
10. Vanessa Cornélio - Asa de Borboleta (São José do Rio Preto)
11. Mariana de Oliveira Nunes - Valsa Pra Lua (Cubatão)
12. Beatriz Barbosa Ferraz Gomes - Alinhavando Redes Culturais (Guaíçara)
13. Flávia Santos Galhardo Leite - Templo de Umbanda Oxossi e Ogum (Presidente Prudente)
14. Tales Gabriel Ordakji - Casa Um Meia Zero (Santos)

15. Gilmar José de Almeida = Biblioteca Comunitária Mirizartes/ Instituto ComViver (Cotia)
16. Adelina Maria Martins - Coletivo Sarau Afro: a Poesia como Reflexão (São Paulo)
17. Vera Cristina Santos e Silva de Athayde - Pontão Oca Escola Cultural / Cultura Infância em Rede (Carapicuíba)
18. Nycolau Tupãberaba Escudeiro de Moraes - Rede Trans de Assis (Assis)
19. Juliana Clabunde dos Santos - Associação Sociocultural e Educacional Zabelê (Cubatão e Santos)
20. Jacqueline Baumgratz - Pontão Bola de Meia (São José dos Campos)
21. Solimar Cristina da Silva Medeiros - Comunidade Jongo Embu das Artes (Embu das Artes)
22. Cintia Sales Pereira - Nós de Oz (Osasco)
23. Cristiane de Almeida Santos - Movimento Artístico e Cultural de Mongaguá (Mongaguá)
24. Mestre Gil - Ponto de Cultura Jongo de Piquete (Piquete)
25. Analice de Oliveira - Coletivo Luminar (Louveira)
26. Juliano Ricci Jacopini - Cia. Labirinto de Teatro (Matão)
27. Anderson Zotesso Rodrigues - Associação Cultural e Comunitária Prima (Monte Mor)
28. Isadora Balsalobre Athias - MAGMA - Museu Aberto de Geociências Mineralogia e Astronomia (Botucatu)
29. Cristiane Mendes de Oliveira - Câmara Temática Inclusão na Diversidade (Campinas)
30. Alex Borges Barcellos - Agência Solano Trindade (São Paulo)



(Fotos: Neander Heringer)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Cultura Viva pela Justiça Climática

Objetivo: Reconhecer e proteger saberes tradicionais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais sobre clima, ciclos da natureza, sementes, águas, meio ambiente e território como patrimônio cultural imaterial estratégico para enfrentamento da crise climática.

Ações para atingir o objetivo:

- Criar linha de apoio específica a pontos que documentam, registram e transmitem saberes tradicionais climáticos e ambientais;
- Garantir protagonismo de mestres e mestras tradicionais em programas de formação sobre clima e meio ambiente;
- Articular com IPHAN para reconhecimento de saberes climáticos e ambientais como patrimônio imaterial;
- Promover diálogo entre conhecimento tradicional e ciência climática, de maneira equitativa e horizontal;
- Financiar iniciativas relacionadas aos maretórios, preservação, conservação e limpeza dos mares;
- Assessorias e diálogos facilitados (ambiental, arquitetura e urbanismo), pensando em duas especificidades: áreas de conservação e facilitação de diálogo e acordos entre órgãos competentes federais;
- Garantir o protagonismo dos povos originários e tradicionais em suas especificidades;
- Espaços culturais devem utilizar kit de autonomia energética (composteiras, manejo da água da chuva e painéis solares);
- Executar pesquisas com o apoio do MinC e em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, estudos locais visando a constatação dos espaços de cultura como agentes fundamentais para a justiça climática;
- Promover intercâmbios culturais e circuitos intergeracionais desses saberes.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Lei das Mestras e Mestres da Cultura Popular

Objetivo: Pressionar pela aprovação do PL 1176/2011 para reconhecimento nacional de mestras e mestres da cultura popular, fortalecendo o Cultura Viva.

Ações para atingir o objetivo:

- Articular mobilização nacional pela aprovação do PL 1176/2011;
- Integrar mestras e mestres certificados à rede Cultura Viva;
- Garantir bolsa-mestra/mestre como reconhecimento e apoio financeiro;
- Priorizar mestras e mestres de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas;
- Conectar com a política de patrimônio cultural imaterial (IPHAN);
- Formalizar junto ao INSS mecanismos de aposentadoria para mestras e mestres e garantia de bolsas com caráter temporário;

- Incluir no projeto de lei outras propostas destacadas durante o processo, que conversam com a articulação e formação direta por e para mestras e mestres: “Integração Cultura Viva com MEC e Fundeb” (objetivo: estabelecer convênio entre MinC e MEC para integrar Cultura Viva nos planos pedagógicos das redes de educação, com recursos do Fundeb para ações dos pontos nas escolas) e “Valorização do PLLLLB (Plano Nacional Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca)” (objetivo: reconhecer o PLLLLB como eixo estratégico para fomento e estruturação de espaços de leitura, formação leitora, pesquisa e difusão cultural nos pontos de cultura).

2. Garantia de Espaços Físicos para Pontos de Cultura

Objetivo: Garantir a fixação dos pontos de cultura, principalmente aqueles que ocupam espaços públicos, evitando despejos e garantindo a segurança de permanência. Da mesma forma, garantir a ocupação de espaços públicos pelos pontos de cultura que atuam territorialmente.

Ações para atingir o objetivo:

- Criar marco legal de garantia de permanência para pontos de cultura em espaços públicos;
- Estabelecer concessão de uso de longo prazo (mínimo de 20 anos, renovável) e, para isso, priorizar cessão de espaços públicos ociosos para pontos de cultura;
- Priorizar cessão de espaços públicos ociosos (municipais, estaduais e federais) para pontos de cultura;
- Criar programa de aquisição/construção de sedes próprias para pontos de cultura, com possibilidades de programas de financiamento em parceria com bancos públicos;
- Garantir que mudanças de gestão não resultem em despejos sumários;
- Conectar com política de regularização fundiária e direito à cidade;
- Garantir que os espaços ociosos cedidos contemplem adaptação e obras para total operacionalidade, salubridade e acessibilidade completa;
- Propor placas de sinalização federal de interesse cultural e/ou rota turística com fim de valorizar o espaço e seu entorno;
- Garantir canal direto com assessoria jurídica.

3. Desburocratização e Simplificação de Editais e Políticas de Cultura

Objetivo: Combater a burocracia que engessa o acesso a recursos públicos, especialmente para comunidades indígenas, tradicionais, quilombolas, periféricas e com menor domínio tecnológico.

Ações para atingir o objetivo:

- Revisar todos os editais da Cultura Viva com lente de acessibilidade e equidade;
- Simplificar linguagem, reduzir exigências documentais, flexibilizar formatos de comprovação;
- Oferecer apoio técnico gratuito para elaboração de propostas (assessoria jurídica, contábil, de redação);

- Criar modalidades de inscrição oral/audiovisual para comunidades com tradição oral e/ou pessoas com deficiências;
- Garantir tradução e adequação cultural para povos indígenas;
- Priorizar indicadores de impacto social sobre exigências burocráticas de prestação de contas;
- Substituir lógica punitiva de prestação de contas por lógica formativa e orientativa: acompanhamento durante execução, não apenas fiscalização ao final;
- Priorizar indicadores de impacto social e territorial sobre exigências burocráticas formais: quantas pessoas foram atendidas, que mudanças foram geradas no território, que saberes foram compartilhados;
- Criar modalidades de comprovação flexíveis e adequadas à realidade comunitária: relatórios narrativos, vídeos, fotos, depoimentos, documentação audiovisual;
- Oferecer assessoria técnica gratuita e contínua para gestão administrativa, financeira e prestação de contas (não apenas capacitação pontual, mas apoio permanente);
- Criar instância de conciliação e apoio técnico antes de punição: ponto que comete erro formal recebe orientação, não impedimento imediato;
- Estabelecer comissões com pareceres transparentes encaminhados para os inscritos; com participação de agentes da rede e formação prévia, destacando a necessidade de pareceristas pertencentes às comunidades e/ou tradições avaliadas;
- Garantia de raio mínimo de distância entre proponente e parecerista;
- Desburocratizar forma de pagamentos;
- Garantir, para além de editais, vias diretas e perenes de apoio ao prosseguimento das ações culturais e coletivos. Pode ser via fomento, diz respeito direto ao Cultura Viva;
- Ampliar acesso e inclusão dos povos indígenas, em caráter não apenas de formação da equipe, evitando desfalque por este mesmo motivo;
- Pagamento/verba específica para formação de equipe multidisciplinar perene, nos pontos de cultura, de assessoria aos projetos, com foco em colaborar com a inscrição de povos originários e indígenas;
- Retirada da necessidade de tempo mínimo de existência do CNPJ (tanto 2 ou 5 anos de atuação) nos editais/outros repasses de recursos, e manter apenas a comprovação de tempo de atuação do ponto de cultura (notoriedade).

Eixo 2 – Governança da Política Nacional da Cultura Viva

1. Criação do Conselho Nacional Cultura Viva, com caráter deliberativo e com maioria da sociedade civil, respeitando a diversidade territorial replicando nos demais entes federativos

Objetivo: Instituir instância colegiada permanente, com participação do poder público e maioria da sociedade civil, com competência deliberativa sobre diretrizes, orçamento, monitoramento e normativas da Política Nacional Cultura Viva.

Ações para atingir o objetivo:

- Propor alteração da Lei 13.018/2014 e/ou regulamentação por Decreto instituindo o Conselho Nacional da Cultura Viva;

- Estabelecer composição tripartite, sendo 1/3 poder público e 2/3 sociedade civil (com parte das cadeiras convidadas);
- Garantir processo democrático, transparente e territorializado para escolha de representantes da sociedade civil;
- Assegurar caráter deliberativo (não apenas consultivo) com poder decisório sobre diretrizes, editais, orçamento, critérios de certificação;
- Criar secretaria executiva permanente de apoio ao Conselho;
- Garantir orçamento específico para funcionamento do Conselho, reuniões ordinárias (mínimo 2 vezes/ano) e extraordinárias;
- Formalizar decisões por meio de resoluções públicas vinculantes.

2. Política permanente de formação, acessibilidade universal e fortalecimento institucional

Objetivo: Capacitação contínua em gestão administrativa, prestação de contas, controle social e participação política para Pontos de Cultura e gestores públicos.

Ações para atingir o objetivo:

- Criar Programa Nacional de Formação Permanente da Cultura Viva, com acessibilidade universal;
- Estabelecer modalidades formativas: presencial (encontros regionais, oficinas territoriais), semipresencial (formação com tutoria), online (cursos EAD acessíveis), materiais autodidáticos (cartilhas, vídeos, tutoriais);
- Definir eixos formativos: gestão administrativa e financeira, prestação de contas simplificada, elaboração de projetos culturais, captação de recursos, economia solidária e redes colaborativas, controle social e participação política, direitos culturais e marco legal da Cultura Viva;
- Garantir que formação seja contínua (não apenas pontual) e territorializada (não centralizada em capitais);
- Prever orçamento específico para formação nos editais de pontos e pontões;
- Formação para formadores: capacitar agentes da própria rede para atuar como multiplicadores, incluindo gestores de todas as esferas do Cultura Viva;
- Criar repositório público de materiais formativos em linguagem acessível.

3. Criar um Sistema Nacional Cultura Viva

Objetivo: Fortalecer a rede nacional Cultura Viva, criando um Sistema Nacional focado na Política Nacional Cultura Viva e o estendendo para Estados e Municípios.

Ações para atingir o objetivo:

- Criação de um Conselho Nacional Cultura Viva;
- Estabelecer grupos de trabalho (GTs) temáticos (incluindo um GT com participação social de Turismo e Desenvolvimento Econômico);
- Estabelecer um Observatório de Cultura;

- O sistema deve ter 5 componentes: órgão gestor, pactuação, conselho deliberativo e fiscalizador (órgão principal controlador das políticas);
- Criação de um fundo (regido pelo conselho) e plano.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Política Nacional de Dignidade do Trabalho Cultural

Objetivo: Estabelecer mecanismos de reconhecimento formal, piso de remuneração e proteção social para trabalhadoras(es) da Cultura Viva, tratando o trabalho cultural como trabalho formal, garantindo direitos trabalhistas.

Ações para atingir o objetivo:

- Instituir parâmetros de remuneração nos editais públicos com base em tabela de referência (nos moldes FGV/MinC atualizado e/ou pesquisas orçamentárias), refletindo a realidade econômica local para remuneração de trabalhadores vinculados a pontos e pontões de cultura, com o objetivo de estabelecer parâmetros de valores e garantir maior transparência e equidade nas contratações;
- Criar mecanismos de formalização simplificada para profissionais culturais autônomos e intermitentes (contribuição previdenciária adequada à realidade do setor);
- Regulamentar acesso a seguridade social (aposentadoria, seguro-saúde, auxílio-doença) para agentes culturais de pontos de cultura;
- Criar programa específico de aposentadoria e proteção social para mestras e mestres, reconhecendo o tempo de vida como patrimônio cultural;
- Garantir que editais incluam linhas de custeio de pessoal (não apenas atividades/produtos) como despesa elegível reconhecida;
- Elaborar um regimento orientador para trabalhos culturais, definindo direitos, deveres, responsabilidades e boas práticas nas relações de trabalho no campo da cultura;
- Garantir a dignidade do trabalho cultural das pessoas com deficiência (PCDs);
- Assegurar que os parâmetros adotados considerem e respeitem as características econômicas dos territórios, dialogando com as realidades locais e não reproduzindo desigualdades.

2. Fomento Continuado para Manutenção Estrutural

Objetivo: Instituir e garantir modelo permanente de fomento continuado, com repasse regular, para custeio estrutural dos pontos de cultura, superando a dependência exclusiva de editais pontuais.

Ações para atingir o objetivo:

- Vincular percentual fixo do Orçamento da União ao custeio estrutural (modelo fundo a fundo);

- Estabelecer editais plurianuais com duração mínima de 24 meses, com garantia de renovação mediante comprovação de atuação continuada;
- Definir piso nacional de manutenção anual (custeio fixo: aluguel/sede, contas, equipe mínima, manutenção de equipamentos, programação de ações culturais e acessibilidade);
- Criar e garantir calendário fixo de repasses, substituindo incerteza de editais por previsibilidade orçamentária;
- Reconhecer institucionalmente os pontos de cultura como equipamentos públicos comunitários garantindo manutenção continuada;
- Estabelecer sistema de acompanhamento baseado em ação cultural, não apenas em prestação de contas burocrática;
- Revisar e garantir estruturas orçamentárias dos editais PNCV para incluir explicitamente: pessoal técnico-administrativo, manutenção de sede e equipamentos, logística, contabilidade e assessoria jurídica, além de formação para as equipes internas dos pontos;
- Estabelecer a permissão de custo operacional como rubrica dos projetos, de modo a garantir custos operacionais específicos para a realidade de cada projeto;
- Criar e garantir linha específica de “Complementação de Recursos para Pontos com Sede Física”. cobrindo custos fixos estruturais e, para aquelas que não possuem espaço próprio, a previsão de apoio voltado à garantia de estrutura operacional e condições de funcionamento;
- Reformar planilhas orçamentárias dos editais para refletir a realidade dos custos reais de operação de um ponto de cultura;
- Garantir que a prestação de contas aceite despesas indiretas sem exigência de nota fiscal por item — comprovação por declaração de responsabilidade ou relatório simplificado;
- Criar política e canal de orientação relacionados à cessões de espaços públicos ociosos dos três níveis do governo, tornando essa luta um instrumento formal da PNCV;
- Criar e garantir um fundo interministerial ou na Lei Rouanet de destinação a pontos de cultura;
- Constituir uma proporcionalidade de recursos, levando em consideração a quantidade de pontos por municípios;
- Cota obrigatória para a Cultura Viva via estatais federais, por meio de uma portaria interministerial (com Fazenda, Casa Civil, entre outros) estabelecendo que um percentual mínimo obrigatório (por exemplo, 20% ou 30%) de toda a renúncia fiscal utilizada pelas estatais federais seja destinado exclusivamente para a PNCV;
- Criar e garantir linhas de crédito para infraestrutura, específica e acessível para a Cultura Viva;
- Criar modalidade específica de fomento para pontos de cultura de povos originários, povos de matriz africana e comunidades tradicionais com critérios, formatos e exigências adequados a cada realidade;
- Garantir inscrição em múltiplos formatos: presencial, por telefone, por correspondência, eliminando exclusividade digital;
- Eliminar exigências de canal no YouTube, site, redes sociais como critério de certificação ou avaliação;
- Criar comissões de avaliação compostas por membros das próprias comunidades tradicionais para análise de projetos dessas comunidades;

- Reconhecer tradição oral e formas próprias de registro como documentação válida (declaração de liderança comunitária, comprovação de atuação por carta de representação territorial);
- Estabelecer percentual mínimo de editais e recursos destinados a iniciativas de povos e comunidades tradicionais;
- Garantir assessoria técnica específica gratuita para povos tradicionais que desejam acessar a PNCV;
- Garantir que todas essas ações sirvam para manutenção e sustentação de espaços/equipamentos de ação coletiva e de acesso ao público, evitando que seja utilizada para sustentação de locais individualizados, pessoais e privados.

* 3. Cessão de Uso de Espaços Públicos Ociosos

Objetivo: Criar política e canal de orientação para cessão de imóveis públicos, territórios e terrenos ociosos a Pontos e Pontões de Cultura, reduzindo o custo de aluguel e garantindo a permanência territorial.

Ações para atingir o objetivo:

- Criar canal nacional de orientação e assessoria articulando PNCV com secretarias municipais de gestão patrimonial;
- Garantir mapeamento público de imóveis e áreas públicas ociosas com informações detalhadas (endereço, metragem, estado de conservação, equipamentos existentes);
- Estabelecer fluxo simplificado para solicitação de cessão de uso por pontos e pontões certificados, com modelos pré-existentes (minutas, formulários e referências padronizadas);
- Criar nos municípios legislação específica de cessão cultural (por tempo determinado ou indeterminado) com prioridade para pontos certificados;
- Incluir cessão de uso de espaços como instrumento formal da PNCV, articulando com políticas de gestão patrimonial dos três níveis de governo;
- Definir cessão de uso com caráter de tempo indeterminado, condicionada à existência de atividades culturais em execução no espaço, evitando a insegurança jurídica e institucional gerada por prazos determinados com renovações recorrentes. Enquanto houver utilização efetiva e execução de atividades culturais, deve ser garantida a permanência da iniciativa no local;
- Caso haja prazo determinado, estabelecer tempo mínimo de pelo menos 10 anos;
- Garantir reforma e manutenção dos espaços cedidos para oferecer condições plenas de ocupação.

25. [ESPÍRITO SANTO](#)

4ª Teia Estadual de Pontos de Cultura e Memória do Espírito Santo

Onde: Aracruz

Quando: De 27 de fevereiro a 1º de março de 2026

Quem realizou o encontro: Governo do Estado, por meio da Secretaria da Cultura (Secult), em parceria com o MinC e com a Rede Estadual Cultura Viva.

Representante do MinC presente: Carolina Freitas, coordenadora de Planejamento e Sistema da Cultura Viva



A 4ª Teia Estadual de Pontos de Cultura e Memória promoveu, entre 27 de fevereiro e 1º de março, o intercâmbio, a articulação e a troca de experiências entre fazedores de cultura no município de Aracruz, que também será sede da 6ª Teia Nacional - Pontos de Cultura pela Justiça Climática, de 19 a 24 de maio.

O primeiro dia do evento foi dedicado à cerimônia de abertura e às apresentações culturais, que começaram com o cortejo dos pontos de cultura, seguido por uma apresentação do Coral Guarani Tape Retxakã e rodas de break e de capoeira. No sábado foi a vez do 4º Fórum Estadual dos Pontos de Cultura, instância destinada à discussão, troca de experiências e avaliação das atividades desenvolvidas dentro da Cultura Viva, em âmbito estadual.

Além do fórum, a programação contou com três oficinas conduzidas por mestres da cultura popular: Mestra Maria Laurinda, do Grupo de Caxambu Santa Cruz do Quilombo de Monte Alegre; Mestra Gessi Cassiano, do Jongo de Santa Bárbara da Comunidade Quilombola de Linharinho; e Mestre Felipe, da banda de congo de Bicanga.

No último dia, na plenária final, foram apresentadas as resoluções dos grupos de trabalho, a “Carta dos Pontos de Memória reunidos na Teia da Memória do Espírito Santo” e a moção para inclusão de um GT de Memória na Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC).

Notícia no gov.br/culturaviva:

Rumo à 6ª Teia Nacional, Espírito Santo promove encontro dos pontos de cultura e de memória do estado

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/rumo-a-6a-teia-nacional-espirito-santo-promove-encontro-dos-pontos-de-cultura-e-de-memoria-do-estado>



Teia do Espírito Santo (Foto: Rudson Azevedo)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Rosimar Silva Domingos - Caxambu do Horizonte (Alegre)
2. Josiléia dos Santos do Nascimento - Associação de Mulheres Jongueiras Quilombolas de São Cristóvão - AMJQSC (São Mateus)
3. Nágila dos Santos Alves - Instituto Cultura + (Linhares)
4. Raízes Santana de Paula - Ponto de Cultura Carapoeira (Serra)
5. José Geraldo Furtuna da Silva - Associação Cultural 100% Capoeira (Aracruz)
6. Fabricio de Jesus Santos - Grupo Estirpe (Mucurici)
7. Francisca Clara de Assis Salles da Silva Lopes - Biblioteca Ruth Salles (Cariacica)
8. Jackson Ferreira Santos - Projeto Boca a Boca (Vila Velha)
9. Barbara Favalessa Almeida - Pontão Indígena Taba Okara (Aracruz)
10. Marcelo Oliveira da Silva - Associação Indígena Guarani Ka'agwy Porã (Aracruz)
11. Bruno Joaquim Siqueira - Associação Indígena Tupinikim da Aldeia Irajá (Aracruz)
12. Diego Meireles Rocha - Produção Cultural TDT (Ibiraçu)
13. Iberê Sassi - Instituto Goiamum (Serra)
14. Adriele Nascimento Coelho - Agência de Desenvolvimento Social Jovem - Adesjovem (Viana)
15. Yago Moreira da Silva - Tempestade Alternativa (Aracruz)
16. Miguel Lima - Instituto Urbano (Colatina)
17. Vitor Fernandes Sibien - Coletivo Biosfera (Aracruz)
18. Ivani Maria Gomes - Banda de Congo de São Benedito de Itaparica (Aracruz)
19. Elinete Antunes do Nascimento - Banda de Congo São Benedito e São Sebastião (Serra)

20. Geovan João Alves da Silva - Rede de Pontos de Cultura REMA - Rede de Matriz Africana (Cariacica)
21. Hildete Jorge - Criarte (Aracruz)
22. Rosângela Caus - Banda de Congo Raízes da Barra (Vila Velha)
23. Debora Christine Barros Schulz - Instituto Sociocultural Casa Amarela (Vila Velha)
24. Bruno Scopel Depizzol - Associação Amigos da Justiça (Ibiraçu)
25. Tiago Uliana Fagundes - Instituto GG5 de Desenvolvimento Comunitário (Vila Velha)
26. Genildo Coelho Hautequestt Filho - Associação de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Cachoeirense (Cachoeiro de Itapemirim)
27. Carlos Francisco Ola - Grupo Teatral Gota, Pó e Poeira (Guaçuí)
28. Fernanda de Oliveira Vieira - Coletivo Nanda Produções (Serra)
29. Joana Francisco da Penha - Afrochaves (Alfredo Chaves)
30. Luciana Araújo - Ponto de Cultura Odara Coletivo de Arte (Aracruz)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Cultura Viva pela Justiça Climática

. Criação de um Programa Nacional Cultura Viva e Justiça Climática, estruturado de forma integrada e permanente, com fomento direto, plurianual e desburocratizado aos Pontos e Pontões de Cultura, articulado a um Fundo Nacional de Justiça Climática para a Cultura, abastecido por mecanismos de captação pública e por contrapartidas obrigatórias de empresas cujas atividades impulsionam a crise climática.

O programa deverá assegurar a proteção jurídica, econômica e territorial dos saberes e fazeres tradicionais de mestres e mestras, especialmente povos e comunidades originárias e tradicionais, instituindo instrumentos legais de salvaguarda e defesa frente a grandes empreendimentos extrativistas, bem como linhas específicas de apoio à sustentabilidade cultural nos territórios.

Propõe-se, ainda, a realização de pesquisa nacional contínua sobre as condições de existência, trabalho e infraestrutura dos Pontos de Cultura e os impactos da emergência climática em seus territórios, produzindo dados que orientem políticas de mitigação, adaptação e transição ecológica no âmbito da Política Nacional Cultura Viva, garantindo que cultura, justiça social e justiça climática sejam dimensões indissociáveis do desenvolvimento do país.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Reconhecer, garantir e estruturar dentro da Política Cultura Viva ferramentas de fomento para pontos de cultura que atuem com projetos exclusivamente voltados para a cultura das infâncias e juventudes.
2. Implementar a Política Nacional Cultura Viva com a realização de seminários estaduais alternados com a realização das teias nacionais, com garantia de recursos para a sua realização através do Sistema Nacional de Cultura.

3. Diminuir a idade mínima para reconhecimento das mestras e dos mestres das culturas tradicionais para 50 anos, com 20 anos de práticas comprovadas.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Facilitação de acesso dos agentes culturais ao letramento técnico para gestão cultural, através de compromisso jurídico firmados entre os Pontos e Pontões de Cultura e gestão pública, como garantia de permanência para o fomento continuado do Cultura Viva.
2. Manter a participação fortalecida, deliberativa e legítima dos fóruns, comitês, conselhos municipais e estadual que representam a sociedade civil no processo de definição do uso dos recursos das leis de incentivo nos municípios e Estado e a construção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Cultura Viva.
3. Institucionalizar o pacto de governança federativa: leis e fundos municipais para orçamento contínuo, trocando editais temporários por fomento contínuo, garantindo suporte técnico a Pontos e Pontões, unindo gestão compartilhada e sustentabilidade financeira, social e ambiental.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Desenvolvimento e ampliação dos serviços da plataforma Cultura Viva para incluir comércio eletrônico dos Pontos de Cultura.
2. Programa Nacional de Profissionalização e Qualificação Técnica para os Pontos de Cultura.
3. Ampliar o orçamento de 12,6% para 20% do Programa Cultura Viva para manutenção dos Pontos de Cultura e criação de novas modalidades de investimento para os Pontos.

26. [BAHIA](#)

III Teia dos Pontos de Cultura da Bahia/ IV Fórum da Rede de Pontos de Cultura da Bahia

Onde: Feira de Santana - Centro de Convenções

Quando: 28 de fevereiro e 1º de março

Quem realizou o encontro: Secretaria Estadual de Cultura da Bahia (SecultBA)

Representantes do MinC presentes: Margareth Menezes, ministra; Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural; João Pontes, diretor da Política Nacional de Cultura Viva

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, participou da abertura da III Teia dos Pontos de Cultura da Bahia, no dia 28 de fevereiro. O evento, cujo tema é “Vozes e territórios pela implementação da Lei Cultura Viva Bahia e pela justiça climática”, reuniu autoridades e representantes de pontos de cultura de todo o estado no Teatro e Centro de Convenções de Feira de Santana.



Promovido pela Secretaria Estadual de Cultura da Bahia (SecultBA), o encontro contou com oficinas, debates e rodas de diálogo, além do IV Fórum Estadual dos Pontos de Cultura. A realização da Teia está inserida em um momento de retomada do investimento direto na Política Nacional de Cultura Viva, por meio da Política Nacional Aldir Blanc, da ampliação e reorganização da Rede de Pontos de Cultura, e de estruturação para a implementação da Lei Cultura Viva Bahia, sancionada em 2024.

Notícia publicada no gov.br/culturaviva:

Ministra Margareth Menezes participa da abertura da III Teia dos Pontos de Cultura da Bahia

<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/ministra-margareth-menezes-participa-da-abertura-da-iii-teia-dos-pontos-de-cultura-da-bahia>

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Naziane Silva Conceição - Quadrilha Junina Rosas Vermelhas (Catu)
2. Ramon Souza Santos - Cacique Ramon Tupinambá - Coletivo Ípotar Taba Tupinambá Suí (Ilhéus)
3. Amanda Gomes Maia - Guilda Anansi Coletivo Cultural (Uruçuca)
4. Antenor Simões Santana Junior - Ponto de Cultura Os Sertões (Euclides da Cunha)
5. Cirila Kaimbé - Cirila Santos Gonçalves - Território Indígena Kaimbé (Euclides da Cunha)
6. Joseana Fernandes dos Passos - VivartBA (Casa Nova)
7. Renata Cristina Barreto - Multiverso Cultural (Vitória da Conquista)
8. Samile Gomes Coelho - Movimento Cultural Capoeira Lucaia - ACAMB (Planalto)
9. Maria Aparecida Cruz- Tokinha Cruz - Fundação Cultural Vale do Rio São Francisco (Bom Jesus da Lapa)
10. Cecília da Silva Santos - Orquestra Sopros da Alegria (Pé de Serra)
11. Pedro Henrique Gomes Jatobá - Ponto de Cultura de Mucugê (Mucugê)
12. Wilson Mário Farias Santana - Sumário Santana - Viola de Bolso (Eunápolis)
13. Alessandro Conceição Santos - Alessandro Tuxi - Associação Indígena Tuxí (Abaré)
14. Maria Aurea de Souza - Fundação Movimento de Corais Canto das Artes (Itapetinga/ Itabuna)
15. Isaac Álvaro de Silva - Pontão de Cultura Filarmônica 30 de Junho (Serrinha)
16. Ademir Patrício Santos Souza - Quadrilha Fole Danado (Pojuca)
17. Meirevania dos Santos Neves - Central das Organizações Comunitária de Menino Jesus (Candeias)
18. Joseval do Espírito Santo Silva Junior (Junior Afikode) - Associação Mesa de Ogãs Oficial (Camaçari)
19. Luciana Pereira Pimentel - Instituto Amaralimpa (Salvador)

20. Irenilda Gomes Galvão - Grupo Culturart (Campo Formoso)
21. Maria Fulgência Silva Bonfim - Instituto Odu Odara (Feira de Santana)
22. Antonio Campos Oliveira - Ponto de Cultura "A Repercussão Som" (Feira de Santana)
23. Maria Cristina dos Anjos Ramos - MêstraNizinga - Ponto de Cultura ACMA (Conceição da Feira)
24. Rosildo Moreira do Rosário - Pontão Chegança dos Marujos Fragata Brasileira (Saubara)
25. Edna Maria de Oliveira - Ateliê Flor Cigana (Serrinha)
26. Mauricio Oliveira Santos Lima - Coletivo Cultural MIR Crew Desde 2000 (Serrinha)
27. Rosilene dos Santos Santana Sousa - Ilê Axé Alaketu Omi Ogbá (Vitória da Conquista)
28. Laiz Gonçalves Souza - Kilombeco (Vitória da Conquista)
29. Jocilon Ferreira do Nascimento- Mestre Jocilon do Nascimento - Ponto de Cultura Ginga e Arte (Barra do Rio Grande)
30. Joseilton Ribeiro do Bonfim - CIA de Teatro Mistura (Xique -xique)



III Teia dos Pontos de Cultura da Bahia (Fotos: Amanda Tropicana/ MinC)

Propostas apresentadas no fórum estadual:

Tema central: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

. Reconhecer os pontos de cultura como núcleos vivos de justiça climática, promovendo seu diagnóstico, fortalecimento e a valorização por meio da concessão do selo de sustentabilidade cultural, assegurando recursos via editais para fomentar, ampliar e

qualificar projetos que desenvolvam ações e intercâmbios, valorizem a memória e a transmissão de saberes ancestrais, bem como práticas tradicionais e culturais, legitimem parcerias com órgãos públicos e promovam o reconhecimento institucional de suas iniciativas por meio de certificação específica.

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Capacitar e qualificar os fazedores, Pontos e Pontões de Cultura, no que se diz respeito a orientações técnicas, documentais e organizacionais para habilitação para editais, prestação de contas e trâmites burocráticos.
2. Garantir o financiamento permanente e estruturante: criar o Fundo Nacional Cultura Viva e o Fundo Estadual Permanente Cultura Viva, com orçamento específico vinculados aos Fundos de Cultura e parâmetros legais que assegurem sua constitucionalidade. Garantir previsão orçamentária obrigatória nos três entes federativos, planejamento financeiro compatível com a ampliação da Rede de Pontos de Cultura e a definição de um valor mínimo mensal para o funcionamento contínuo das atividades.
3. Reconhecer e priorizar através do Plano Nacional Cultura Viva, os Pontos de Cultura dos territórios rurais, quilombolas, indígenas da caatinga, garantindo financiamento contínuo, plurianual e descentralizado. É fundamental que o plano incorpore a cultura como direito básico, articulada com políticas de água, energia, conectividade e infraestrutura cultural, assegurando condições reais para permanência das ações dos territórios.

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Fortalecer a governança da Política Nacional da Cultura Viva na Bahia, com recursos financeiros para garantir a participação social nos espaços de governança reconhecendo-a como condição essencial da Política Cultura Viva, através e programas permanentes de formação política, gestão e cidadania cultural para a rede de pontos e pontões de cultura e seus representantes, aliados a mecanismos de transparência, simplificação administrativa e monitoramento participativo das ações.
2. Garantir que a governança cultural atenda a normativa do Sistema Nacional de Cultura (SNC), mantendo os direitos adquiridos como política de estado, destinando recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Cultura da Bahia e do FazCultura para implementação da Política Estadual do Cultura Viva da Bahia.
3. Democratizar, dinamizar e descentralizar o acesso a recursos públicos pelos Pontos e Pontões de Cultura, oferecendo mecanismos de financiamento, simplificando os processos administrativos, com regras mais compatíveis com a realidade comunitária, além de oferecer formação continuada em gestão da política cultural para os setores administrativos governamentais.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Implantar um programa territorial de geração de renda cultural, com incubadoras criativas, circuitos solidários e apoio técnico permanente, fortalecendo a circulação dos produtos e serviços dos Pontos e Pontões de Cultura em feiras, eventos e

espaços institucionais, ampliando as oportunidades de geração de renda. Oferecer formações continuadas em gestão, economia criativa, direitos trabalhistas e elaboração de projetos. cooperativas, editais Incentivar plurianuais, feiras cursos profissionalizantes, acesso a carteira do artesão e a linhas de crédito facilitada para mulheres, mestres, mestras e empreendedores culturais. Reconhecer a cultura como trabalho essencial, garantindo remuneração justa, valorização dos saberes tradicionais e condições dignas de atuação.

2. Assegurar políticas de proteção social para trabalhadores e trabalhadoras da cultura, garantindo acesso a previdência social, auxílio-doença e outros direitos, considerando a diversidade e a intermitência do trabalho cultural, garantindo fomento continuado, condições dignas de trabalho, reconhecimento dos saberes tradicionais, valorização dos artistas rurais e urbanos e fortalecimento da cultura como trabalho vivo, articulando a economia solidária, à justiça climática e ao bem comum.
3. Criar editais territorializados, continuados e específicos para fortalecer ações de estruturação e requalificação dos espaços culturais comunitários dos Pontos e Pontões de Cultura, assegurando locais adequados para a práticas artísticas. Instituir programa permanente de fortalecimento de Pontos e Pontões de Cultura priorizando mais de 10 anos de atuação comprovadas, garantindo estabilidade financeira da execução das atividades prementes, visando equilibrar o ecossistema cultural, reduzindo a concorrência desigual. Garantir acessibilidade, incluindo: acesso para pessoas com mobilidade reduzida; banheiros acessíveis; condições adequadas para a participação de PCDs, artistas e fazedores de cultura popular identitária de todos os territórios de identidade.



Abertura da III Teia da Bahia (Fotos: Amanda Tropicana/MinC)

27. [PIAUÍ](#)

5ª Teia Estadual dos Pontos de Cultura do Piauí

Onde: Teresina - Blue Tree Towers Rio Poty, Theatro 4 de Setembro e Praça Pedro II

Quando: de 13 a 15 de março de 2026

Quantas pessoas inscritas: 504

Quem realizou o encontro: Secretaria de Estado da Cultura do Piauí (Secult), em parceria com a Rede Estadual dos Pontos de Cultura e a Representação Estadual do Ministério da Cultura no Piauí (MinC).

Representantes do MinC presentes: Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, e Leandro Anton, coordenador-geral de Articulação da Política Nacional Cultura Viva



A Teia do Piauí, realizada em Teresina entre os dias 13 e 15 de março de 2026, encerrou a programação de encontros estaduais de pontos e pontões de cultura, com 49 grupos revezando-se no palco e nas ruas, em apresentações de dança, música, teatro, capoeira, quadrilha junina, reisado, bumba-meu-boi e folia de reis, entre outras manifestações que se encontram nos territórios de todo o estado.

A programação começou no Theatro 4 de Setembro, com uma solenidade de abertura, e terminou com uma feira de economia criativa e solidária na Praça Pedro II e a eleição da delegação que representará o estado na 6ª Teia Nacional - Pontos de Cultura pela Justiça Climática, em Aracruz (ES).

As atividades do segundo dia ocorreram no Blue Tree Towers Rio Poty e foram dedicadas a debates, construção coletiva de propostas e reflexões sobre os rumos da política Cultura Viva no estado.

A primeira mesa teve como tema “Plano Nacional de Cultura Viva: o que o Piauí quer para os próximos 10 anos?”. A segunda, intitulada “Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade: viver de cultura é possível?”, procurou discutir caminhos para fortalecer a economia da cultura e ampliar as políticas públicas voltadas ao setor.

À tarde, as pessoas participantes do fórum se dividiram em grupos de trabalho para debater propostas relacionadas aos eixos temáticos do encontro (governança, trabalho e sustentabilidade), além do tema central desta edição da Teia, “Pontos de Cultura pela Justiça Climática”.

No último dia, foi a vez de consolidar as propostas construídas ao longo do encontro e de eleger os representantes que vão compor a nova Comissão Estadual dos Pontos de Cultura. Nos três dias do evento, as atividades foram intercaladas por apresentações artísticas realizadas por pontos de cultura.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

Teia do Piauí encerra o ciclo de encontros estaduais de pontos de cultura antes da etapa nacional em Aracruz

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/teia-do-piaui-encerra-o-ciclo-de-encontros-estaduais-de-pontos-de-cultura-antes-da-etapa-nacional-em-aracruz>

Notícias no site do Governo do Piauí:

Teia Estadual dos Pontos de Cultura do Piauí reúne mais de 400 participantes em Teresina; acompanhe a programação

<https://www.pi.gov.br/teia-estadual-dos-pontos-de-cultura-do-piaui-reune-mais-de-400-participantes-em-teresina-acompanhe-a-programacao/>

Teia Estadual dos Pontos de Cultura começa nesta sexta (13) com debates e apresentações culturais em Teresina; veja programação

<https://www.pi.gov.br/teia-estadual-dos-pontos-de-cultura-comeca-nesta-sexta-13-com-debates-e-apresentacoes-culturais-em-teresina-veja-programacao/>

Teia Estadual dos Pontos de Cultura do Piauí encerra neste domingo (15) com debates e intercâmbio cultural em Teresina

<https://www.pi.gov.br/teia-estadual-dos-pontos-de-cultura-do-piaui-segue-com-programacao-neste-domingo-em-teresina/>

Piauí elege representantes do estado para a próxima edição da Teia Nacional dos Pontos de Cultura

<https://www.pi.gov.br/piaui-elege-representantes-do-estado-para-a-proxima-edicao-da-teia-nacional-dos-pontos-de-cultura/>



(Fotos: Anna Júlia Melo)

Delegação eleita para a 6ª Teia Nacional:

1. Anderson Luís Vale Alves - Associação Cultural Matutos Elegantes (Campo Maior)
2. Andressa Silva Santos Vieira - Companhia de Teatro Jovens em Cena (Teresina)
3. Adalto da Silva Melo - Nossa Gente, Nosso Talento (Campo Maior)
4. Ana Amélia da Silva - Nossas raízes (Batalha)
5. João da Cruz Rodrigues de Sousa - Federação das Quadrilhas Juninas do Piauí (Teresina)
6. José Augusto de Araujo Venção - Associação da Juventude Praticante da Cidadania (Altos)
7. Glauber Alves dos Santos - Associação Cultural Junina Teresina Show (Teresina)
8. Debora Vilma Carvalho Messias - Associação de Dança e Folclore Fuzaca de Uruçuí (Uruçuí)
9. Raimunda Maria Melo de Sousa - Instituto Eficiente (Teresina)
10. Suzane Oliveira Jales de Carvalho - Associação Quintal das Artes Miriam Jales (Cajueiro da Praia)
11. Francisco Ribeiro de Sousa - Associação de Dança e Folclore Fuzaca de Uruçuí (Uruçuí)
12. Margareth Sales Leite - Associação Quintal das Artes Miriam Jales (Coqueiro da Praia)
13. Rosângela Maria de Macedo Silveira e Santos - Ponto de Cultura Resgatando Nossa Cultura (Jaicós)

14. Luís Carlos Machado do Vale - Organização Ponto de Equilíbrio (Teresina)
15. Ryck Araújo Costa - Coletivo Cabaça (Jaicós)
16. Maria Geangela da Silva Cardoso - Nossas Raízes (Batalha)
17. Nara Maria Teles Vieira - Ponto de Cultura Comunidade Capoeira (Simplício Mendes)
18. Dinayana Kelly Uchôa do Nascimento - Associação dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio Itamaraty - APIN (Lagoa de São Francisco)
19. Maria Irene de Souza - Afoxé Vó Antonina - Associação de Artesãos da Comunidade Quilombola dos Potes (São João da Varjota)
20. Antônio Luísa da Conceição - Quilombos Cana Brava dos Amaros - Vovó Luísa (Paquetá)
21. Maria das Dores Nonato dos Santos Ribeiro Silva- Associação dos Moradores do Residencial Osvaldo Santos Parente - Bela Vista III (Teresina)
22. Iraci da Costa e Silva - Companhia Os Tais do Teatro - Ponto de Cultura Arte e Expressão (Floriano)
23. Leonardo Alves da Silva - Ponto de Cultura Fundação Sebastião Alves da Silva (Redenção do Gurguêia)
24. Rondinele dos Santos Silva - Santuário Sagrado Pai João de Aruanda (Teresina)
25. Adalmir de Miranda Moura - Grupo de Teatro Oficínio (Elesbão Veloso)
26. Welison Gregório de Sousa Silva - Fundação Pedro Coelho de Resende (Boa Hora)
27. Carlos Matheus dos Santos Veras - Rádio Comunitária de Lagoa do Sítio
28. Evaiston Rodrigues de Sousa Leite - Associação Sociocultural Pró Capoeira Piauí (Oeiras)
29. Romulo Hyago de Sousa - Coletivo Cultural Junina Nova Geração (Floriano)
30. Anizia do Nascimento Carvalho - Associação das Quadrilhas Juninas de Floriano - Asquajuf (Floriano)

Propostas aprovadas no fórum estadual:

Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos

1. Desbloqueio do saldo remanescente do MinC para os Pontos de Cultura, possibilitando a efetivação em direitos garantidos. Por conseguinte, assegurar o repasse anual de recursos financeiros aos Pontos de Cultura, visando à sua manutenção e à continuidade de suas ações e atividades.
2. Garantir a oferta de editais destinados tanto aos Pontos de Cultura formalizados, com CNPJ, quanto àqueles não formalizados, sem CNPJ, de modo a ampliar o acesso às políticas de fomento. E assim garantir editais com linguagem acessível e menos burocrática, reduzindo exigências nos formulários de inscrição acessíveis, como formulário de inscrição oral também, e assegurando melhores condições de participação para pontinhos, pontos e pontos de cultura.
3. Disponibilizar espaços públicos para Pontos de Cultura certificados pelo MinC que não possuem sede própria, assegurando sua utilização para o desenvolvimento das atividades culturais do próprio ponto, mediante termo de cessão de uso com prazo mínimo de 10 anos, e propor editais destinados à manutenção e à aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à gestão, estruturação e funcionamento dos Pontos de Cultura

Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva

1. Instituir mecanismo normativo que destine um percentual do orçamento próprio (nacional e estadual) para a criação de um fundo ou programa intersetorial, de forma compartilhada entre as Secretarias de Cultura, Comunicação, Meio Ambiente, Turismo, Educação, Saúde e Assistência Social, com gestão compartilhada com uma comissão da rede de Cultura Viva, eleita por seus pares, voltado ao financiamento de projetos estratégicos desenvolvidos pelos Pontos de Cultura para descentralização cultural nos territórios.
2. Instituir a lei de implementação da Rede de Comunicação Cultural dos Pontos de Cultura, baseada em rádios comunitárias e plataformas de difusão sonora, para fortalecer a comunicação territorial, a circulação de saberes e o intercâmbio de experiências entre os Pontos de Cultura no âmbito da Política Nacional Cultura Viva, com a implementação de, pelo menos, uma rádio comunitária vinculada a um Ponto de Cultura em cada município que possua pontos certificados.
3. Reformulação do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, assim como rege a Lei Nº 14.835, de 4 de abril de 2024, que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura com a garantia de, pelo menos, uma cadeira para a rede de Pontos de Cultura do Piauí, eleita por seus pares.

Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística

1. Valorização dos fazedores de cultura e fortalecimento dos pontos de cultura por meio de políticas públicas permanentes, com editais de fomento com linguagem simples e objetiva, investimentos e reconhecimento do trabalho de mestres, artistas e artesãos, garantindo a inclusão e acessibilidade.
2. Aquisição e criação de espaços permanentes para grupos culturais. Esta proposta visa a criação de um programa público de investimento em infraestrutura cultural comunitária, destinado à aquisição, construção ou adequação de espaços físicos para grupos culturais e coletivos artísticos. O objetivo é garantir que grupos culturais tenham locais adequados para ensaios, criação artística, armazenamento de figurinos e cenários, realização de oficinas e atividades comunitárias. O programa poderá funcionar por meio de editais ou convênios com associações culturais, permitindo a compra de sedes próprias ou a revitalização de espaços comunitários. Além de fortalecer a continuidade das atividades culturais, a iniciativa contribuirá para a descentralização das políticas culturais, garantindo que bairros e comunidades tenham equipamentos culturais ativos e acessíveis.
3. Criação de programas permanentes de formação e qualificação para agentes e trabalhadores de cultura, garantindo acesso ao conhecimento sobre leis culturais, editais e gestão de projetos, fortalecendo a participação dos pontos de cultura e ampliando as oportunidades de acesso às políticas públicas.

Tema central do fórum: Pontos de Cultura pela Justiça Climática

1. Criação de um Plano Integrado de Gestão Territorial e Ambiental, construído de forma participativa entre o poder público e a sociedade civil, garantindo a escuta e a

inclusão das comunidades de fazedores de cultura. A proposta busca promover justiça socioambiental e orientar políticas públicas mais sustentáveis e alinhadas às realidades locais.

2. Inclusão, nos editais de fomento, de pontuação adicional (bonificação ou acréscimo de pontos) para projetos que integrem educação ambiental em suas ações culturais. Essa pontuação pode contemplar iniciativas que promovam o conhecimento sobre o bioma local, a valorização da biodiversidade, a redução de resíduos e o incentivo ao consumo consciente nas atividades dos Pontos de Cultura. Também é importante considerar a apresentação de um plano de contingência ou de redução de impactos ambientais nos projetos, estimulando práticas responsáveis que articulem cultura, território e cuidado com o meio ambiente, contribuindo para a formação de consciência ecológica nas comunidades.
3. Valorização e fortalecimento da cultura alimentar tradicional como estratégia de justiça climática, incentivando práticas agroecológicas, saberes ancestrais, sistemas alimentares locais e a preservação da biodiversidade. A proposta busca promover segurança alimentar, reduzir impactos ambientais e reconhecer o papel das comunidades e dos povos tradicionais na proteção dos territórios e na construção de soluções sustentáveis para a crise climática.
4. Incentivo financeiro para as comunidades que salvaguardam sementes crioulas e mata nativa.
5. Promoção de oficinas sobre educação ambiental nas comunidades de fazedores de cultura.

III. FÓRUNS, PRÉ-FÓRUNS E PRÉ-TEIAS SETORIAIS

Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana (Nacional)

Quando: 21 de janeiro de 2026

Onde: virtual (transmissão: <https://www.youtube.com/watch?v=1V0N7SW2vBQ>)

Lideranças de povos e comunidades de matriz africana que integram a rede da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) realizaram, no dia 21 de janeiro, uma atividade virtual para debater as propostas que seriam levadas à 6ª Teia Nacional – Pontos de Cultura pela Justiça Climática, em Aracruz.

O objetivo foi garantir que este segmento, com seus conhecimentos e tecnologias ancestrais, tivesse protagonismo tanto nas discussões sobre o tema central da Teia, que aborda a relação da cultura com a sustentabilidade e o bem viver, quanto no futuro da

Cultura Viva, uma política que reconhece o fazer cultural de base comunitária e tem a gestão compartilhada e participativa com a sociedade civil.

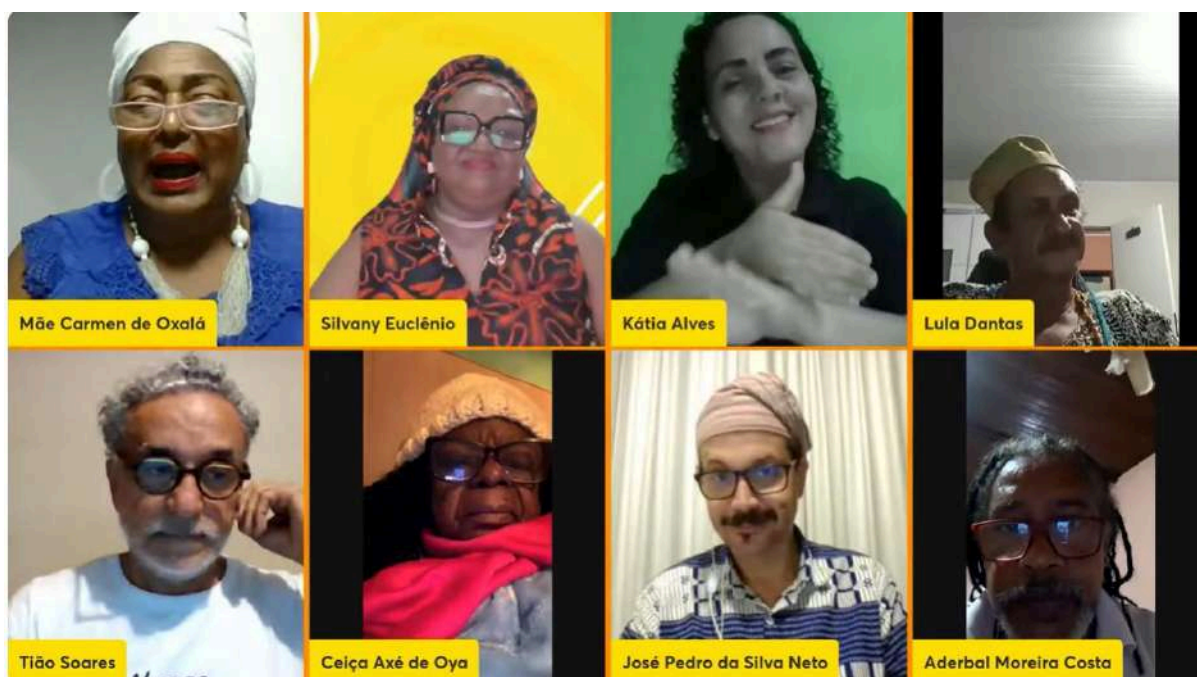
Trata-se de uma iniciativa do Grupo de Trabalho de Matriz Africana da Comissão Nacional de Pontos de Cultura e dos Pontões Ancestralidade Africana no Brasil e Articula Matriz Africana, em parceria com o Ministério da Cultura.

Ao participar do evento, a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC, Márcia Rollemberg, destacou a importância da gestão compartilhada e participativa da PNCV com a sociedade civil e os entes federados, enfatizando a Teia como um momento de repactuação das parcerias.

Na sequência, o diretor da Política Nacional de Cultura Viva, João Pontes, falou sobre a atuação estratégica dos pontões de cultura de matriz africana no processo de retomada da PNCV e o investimento histórico na política superior a R\$ 400 milhões por ano.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

[Comunidades tradicionais de matriz africana iniciam debates preparatórios para a 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura](#)



[Fórum Livre dos Pontos e Pontões de Cultura de Matrizes Africanas da Bahia](#)

Quando: 5 de fevereiro de 2026

Modalidade: Online – Google Meet

Quantas pessoas participantes: 30

Quem organizou o encontro: Ponto de Cultura Associação do Culto Afro Itabunense em parceria com a Câmara Temática de Cultura do TLS, Pró-Reitoria de Extensão da

Universidade Estadual de Santa Cruz (PROEX/UESC), Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil, Pontão de Cultura Jovem Artista Afro Pop, Ponto de Cultura Instituto Macuco Jequitibá e Ponto de Cultura Guilda Anansi Coletivo Cultural.

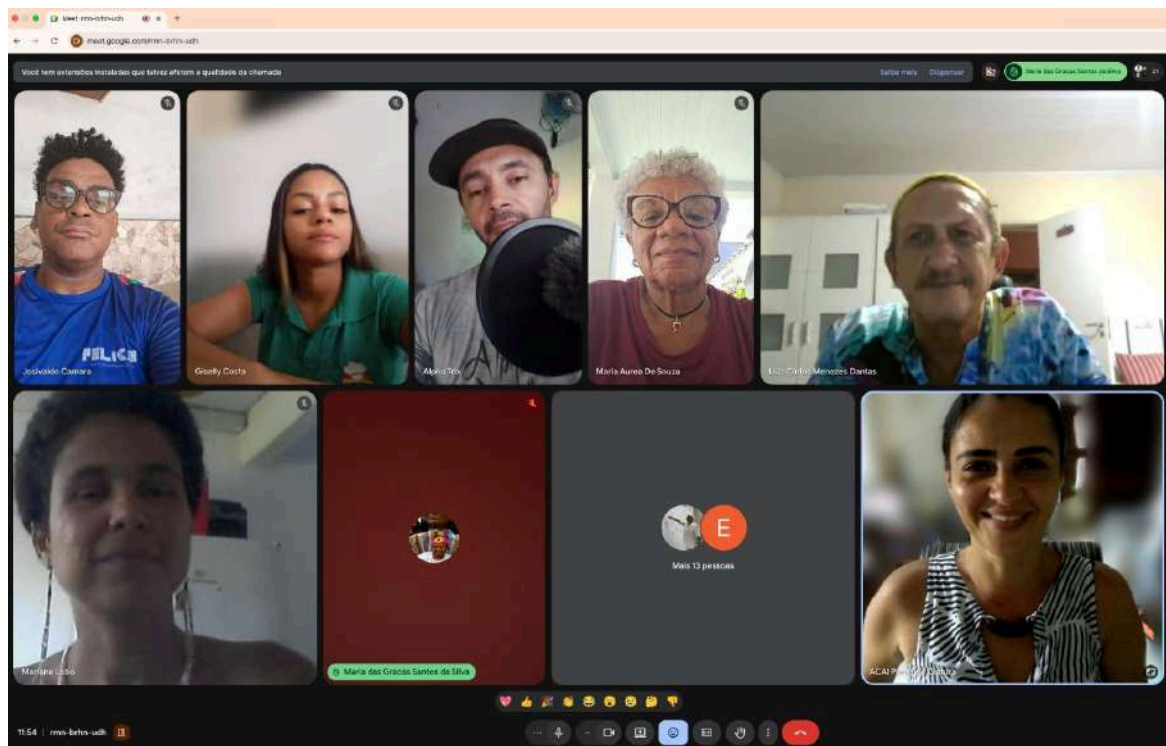


O Fórum Livre dos Pontos e Pontões de Cultura de Matrizes Africanas da Bahia teve como objetivo coletar, sistematizar e pactuar propostas da temática para apresentação no IV Fórum Estadual dos Pontos de Cultura da Bahia, marcado para os dias 28 de fevereiro e 1º de março de 2026, no município de Feira de Santana.

Estiveram presentes representantes de pontos de cultura, coletivos culturais, organizações comunitárias, redes territoriais, instituições de ensino superior e instâncias de gestão pública do Estado da Bahia.

As propostas foram organizadas em cinco temas: 1) Participação Popular, Governança Democrática e Controle Social; 2) Formação, Saberes Ancestrais, Educação Popular, Educação Antirracista e Comunicação Popular; 3) Economia Criativa, Geração de Renda, Afroturismo, Financiamento Público e Sustentabilidade; 4) Infraestrutura Cultural, Cuidado Comunitário, Alimentação, Segurança Pública, Saúde Integral e Justiça Climática, e 5) Redes, Pontos, Pontões, Marco Legal, Reconhecimento, Mapeamento e Salvaguarda.

Também foram identificadas proposições cuja implementação dialoga com outras Secretarias do Governo do Estado e que seriam encaminhadas à Secretaria de Cultura da Bahia com solicitação de articulação intersetorial.



A seguir, algumas das principais propostas apresentadas:

Eixo 1 – Participação Popular, Governança Democrática e Controle Social

- a) Garantir representação efetiva das Matrizes Africanas nos espaços de decisão da Política Cultura Viva (comissões, conselhos e instâncias de monitoramento), com regulamentação da Lei Cultura Viva Bahia que assegure essa participação.
- b) Fortalecer mecanismos de governança democrática e controle social, assegurando processos de fomento inclusivos, transparência institucional, respostas ágeis do poder público e protagonismo dos Pontos e Pontões de Cultura de Matrizes Africanas.
- c) Instituir marcos de reconhecimento, proteção e mobilização, como o “Dia D da Cultura Viva das Matrizes Africanas”, assessoria jurídica permanente, segurança institucional dos terreiros e promoção do respeito inter-religioso e da diversidade cultural.

Eixo 2 – Formação, Saberes Ancestrais, Educação Antirracista e Comunicação Popular

- a) Implantar programas permanentes de formação antirracista e educação popular, integrando Pontos e Pontões de Cultura, escolas, universidades, mestres e mestras tradicionais, com bolsas e centralidade dos saberes ancestrais.
- b) Criar e consolidar programas estruturantes de formação em Cultura Viva, gestão cultural, políticas públicas, elaboração e prestação de contas de projetos, com acompanhamento técnico contínuo às comunidades de matrizes africanas. c)

- c) Fortalecer a comunicação popular afrocentrada, com apoio a mídias comunitárias negras, produção cultural afro-baiana, formação de jovens e mulheres negras em comunicação e garantia de circulação, difusão e memória das produções culturais.

Eixo 3 – Economia Criativa, Geração de Renda, Afroturismo, Financiamento Público e Sustentabilidade

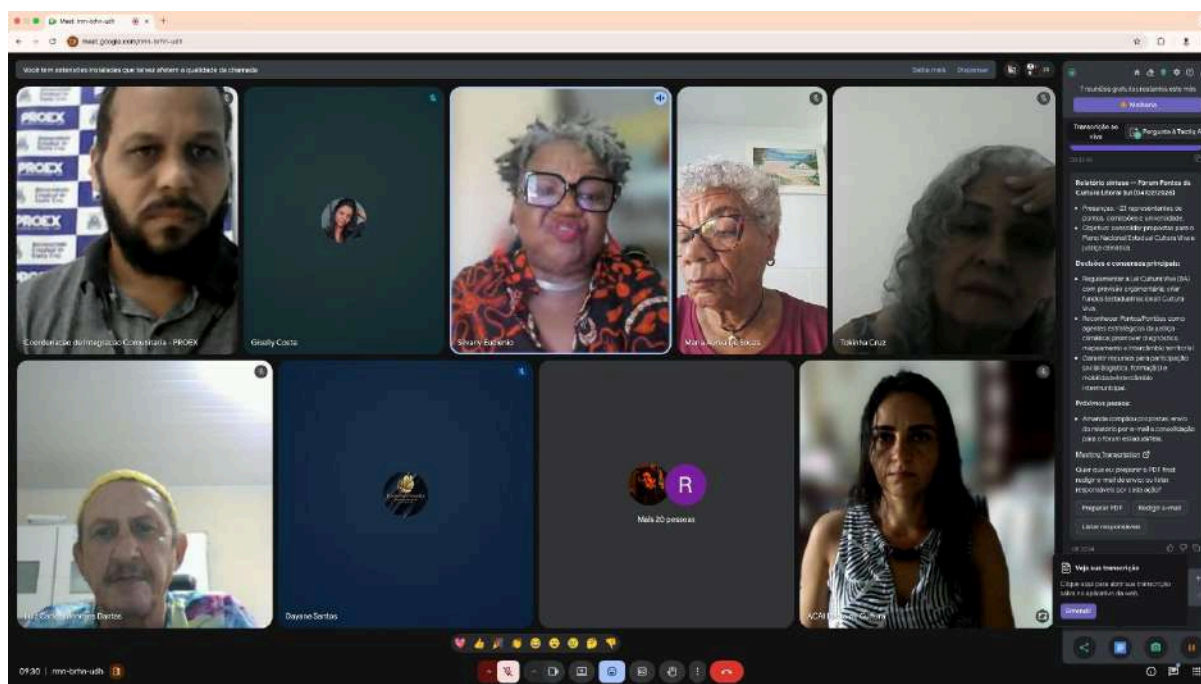
- a) Implantar fomento público contínuo e estruturante para Pontos e Pontões de Cultura de Matrizes Africanas, com editais específicos, simplificados, fundo permanente e repasse direto para manutenção e sustentabilidade dos terreiros.
- b) Fortalecer a economia criativa comunitária e o afroturismo, apoiando feiras, mostras, eventos, formalização de empreendimentos tradicionais, capacitação em gestão e acesso a mercados.
- c) Reconhecer os terreiros como centros de economia viva, garantindo isenção tributária, apoio à infraestrutura, selo “Economia Viva do Axé” e políticas que valorizem os “Terreiros-Memória” como territórios de geração de renda e preservação cultural.

Eixo 4 – Infraestrutura Cultural, Cuidado Comunitário, Saúde Integral e Justiça Climática

- a) Garantir investimentos em infraestrutura cultural dos terreiros, com editais específicos para restauro, adequação de espaços físicos e implantação de ambientes para práticas culturais e educativas.
- b) Fortalecer ações de cuidado comunitário e soberania alimentar, com cozinhas solidárias, práticas integrativas de saúde, diagnóstico cultural e reconhecimento do papel social dos Pontos e Pontões de Cultura.
- c) Integrar cultura, saúde e justiça climática, promovendo ações sustentáveis, preservação ambiental e valorização dos saberes ancestrais no cuidado com os territórios e a vida comunitária.

Eixo 5 – Redes, Marco Legal, Reconhecimento, Mapeamento e Salvaguarda

- a) Consolidar a Rede Estadual de Pontos e Pontões de Cultura de Matrizes Africanas, com reconhecimento, certificação, integração ao Plano Estadual de Cultura e fortalecimento da atuação em rede.
- b) Implantar políticas permanentes de mapeamento, salvaguarda e memória, incluindo observatório da Cultura Viva, tombamento de terreiros históricos, acervos digitais e plataformas de intercâmbio de saberes ancestrais.
- c) Desburocratizar o acesso às políticas culturais, regulamentando a Lei Cultura Viva Bahia para permitir termos de compromisso com coletivos sem CNPJ e criando escritórios itinerantes de gestão cultural com assessoria jurídica e contábil gratuita.



[Pré-Fórum dos Pontos de Cultura de Matriz Africana do Estado de São Paulo](#)

Quando: 21 de fevereiro de 2026

Onde: virtual

Quem organizou o encontro: Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil, em parceria com o GT de Matriz Africana (Comissão Nacional dos Pontos de Cultura), o Pontão de Cultura Areté, a Diretoria de Promoção de Culturas Tradicionais e Populares (SCDC/MinC).

Realizado no contexto preparatório do 4º Fórum Paulista de Pontos de Cultura e da 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura, o Pré-Fórum dos Pontos de Cultura de Matriz Africana do Estado de São Paulo teve como objetivo central organizar politicamente as contribuições dos pontos e pontões de cultura de matriz africana, afirmando memória, ancestralidade e território como fundamentos da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV).

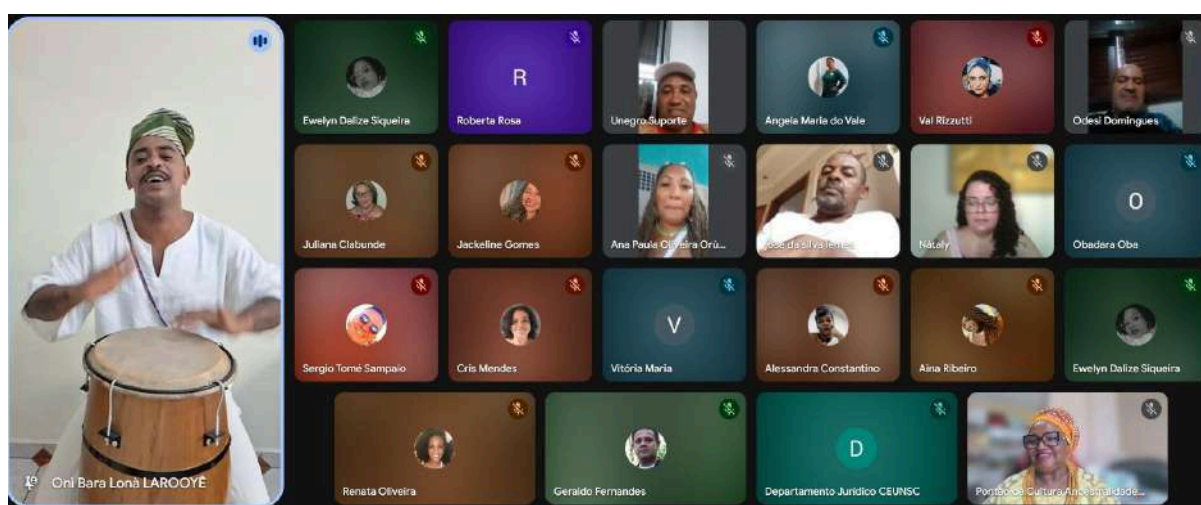
A atividade foi realizada em modalidade on-line, com a participação de ponteiros e ponteiros de matriz africana de diferentes municípios do estado, tendo como referência os três eixos do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e os temas transversais da 6ª Teia Nacional e do 4º Fórum Paulista.

Participaram do encontro virtual o diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares do Ministério da Cultura, Tião Soares, e o coordenador José Pedro da Silva

Neto, ambos da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/ MinC), reafirmando o princípio da gestão compartilhada da Política Nacional Cultura Viva.

O Pré-Fórum dos Pontos de Cultura de Matriz Africana – São Paulo reafirmou que o fortalecimento da Política Nacional Cultura Viva depende, de forma decisiva, da articulação política da sociedade civil e da presença ativa dos povos tradicionais de matriz africana nos espaços de formulação, implementação e controle social das políticas culturais.

As reflexões e propostas construídas coletivamente evidenciam que a incidência institucional não se esgota na apresentação de demandas ao Estado, mas exige organização permanente dos territórios, construção de agendas comuns e atuação qualificada nas instâncias de participação.



Propostas e encaminhamentos do Eixo 1 – Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos:

- a) Inclusão explícita dos povos tradicionais de matriz africana no Plano Nacional Cultura Viva, com reconhecimento de suas especificidades históricas, territoriais, organizativas e políticas;
- b) Reconhecimento da diversidade interna desses povos (territórios, tradições, formas organizativas), evitando representações homogêneas ou simplificadoras.
- c) Instituição de cotas específicas e/ou editais exclusivos para povos tradicionais de matriz africana, enfrentando práticas recorrentes em que proponentes externos acessam recursos e apenas subcontratam grupos de matriz africana.
- d) Desenvolvimento de mecanismos de fomento que não se restrinjam aos editais, considerando apoio direto, continuado e territorializado.
- e) Simplificação dos editais e dos processos de inscrição, com múltiplos formatos de apresentação de propostas (vídeo, proposta impressa, atendimento mediado), reconhecendo as desigualdades de acesso às plataformas digitais.
- f) Reconhecimento de que os modelos atuais de edital produzem exclusões estruturais e precisam ser adequados às realidades dos territórios tradicionais.

Propostas e encaminhamentos do Eixo 2 – Governança da Política Nacional de Cultura Viva:

- a) Garantia de cadeiras específicas para Povos Tradicionais de Matriz Africana em conselhos, comissões e fóruns de cultura, em âmbito municipal, estadual e nacional.
- b) Fortalecimento institucional do GT de Matriz Africana no âmbito da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.
- c) Reconhecimento da necessidade de servidores de carreira e estruturas institucionais permanentes de enfrentamento ao racismo nas políticas culturais.
- d) Superação da lógica de participação meramente consultiva, garantindo poder real de decisão aos territórios de matriz africana.
- e) Fortalecimento de Pontões Temáticos de Matriz Africana, e criação de Pontões Temáticos de Matriz Africana Estaduais, como estratégia de articulação, formação política e incidência institucional.
- f) Reconhecimento do enfrentamento ao racismo institucional como dimensão estruturante da governança da Cultura Viva, e não como ação periférica.

Propostas e encaminhamentos do Eixo 3 – Cultura Viva, Trabalho E Sustentabilidade Da Criação Artística

- a) Reconhecimento dos terreiros e territórios tradicionais como territórios de trabalho cultural, onde se produzem, transmitem e preservam conhecimentos e práticas culturais.
- b) Adequação dos critérios de editais às realidades desses territórios, evitando exigências incompatíveis com seus modos de organização.
- c) Reconhecimento de que muitas práticas culturais dos territórios de matriz africana não são registráveis nos formatos convencionais, exigindo outras formas de comprovação.
- d) Fortalecimento de mecanismos de fomento que garantam continuidade, e não apenas apoio episódico.
- e) Defesa de que os territórios tradicionais de matriz africana sejam reconhecidos como Pontos de Cultura por sua própria natureza, reduzindo barreiras burocráticas de acesso.



Encaminhamentos para o Tema transversal – 6ª Teia Nacional “Pontos de Cultura pela Justiça Climática”:

- a) Reconhecimento das práticas de matriz africana como práticas vivas de justiça climática.
- b) Inserção dos territórios tradicionais no debate climático a partir de seus próprios fundamentos culturais.
- c) Fortalecimento da Cultura Viva como instrumento estratégico para a justiça climática nos territórios.

Pré-Fórum Cultura Viva de Culturas Tradicionais e Populares

Quando: 23 de fevereiro de 2026

Onde: virtual (Transmissão: <https://www.youtube.com/@pontaodeculturaRCPT>)

Quem organizou o encontro: Pontão de Cultura Rede das Culturas Populares e Tradicionais (RCPT), junto com o Grupo de Trabalho de Culturas Populares da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC).

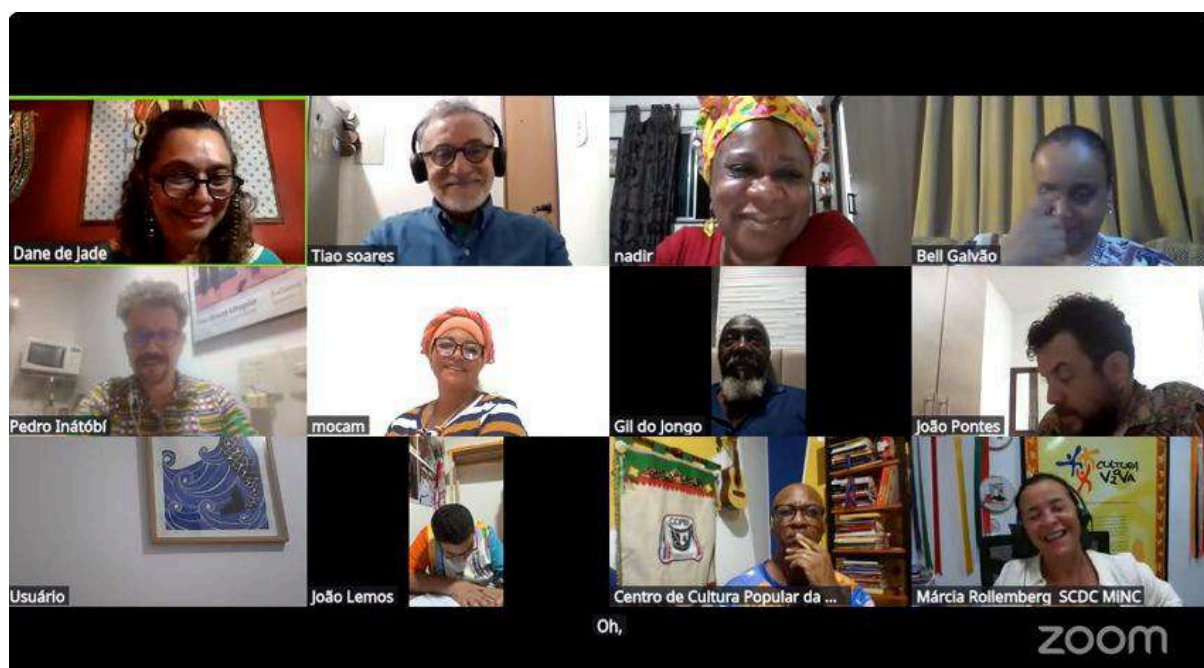
Mestras, mestres, brincantes e fazedores das culturas populares das cinco regiões do país realizaram na noite de 23 de fevereiro, de maneira virtual, o Pré-Fórum Cultura Viva de Culturas Tradicionais e Populares. A intenção foi levantar o debate sobre as contribuições das culturas populares e tradicionais para a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), pensando nos eixos temáticos propostos para a 6ª Teia Nacional, que será realizada de 24 a 29 de março, em Aracruz (ES).

Representando o Ministério da Cultura, participaram desse encontro preparatório a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Márcia Rollemberg; o diretor da Política Nacional Cultura Viva, João Pontes, e o diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares, Tião Soares. Rollemberg convocou a reflexão sobre o papel das culturas tradicionais na construção de outras relações com o planeta. Tião Soares situou a crise climática no campo dos direitos humanos e das desigualdades sociais, apontando o racismo ambiental como elemento central do debate.

A Rede de Culturas Populares e Tradicionais (RCPT), responsável pela iniciativa, foi criada em 2006, como desdobramento de pautas e ações que vinham sendo coordenadas por fóruns estaduais de culturas populares desde 2003. Desde 2023 faz parte da Rede Nacional de Pontões de Cultura, tendo realizado trabalhos de mapeamento e diagnóstico das atividades no campo, e de formação dos agentes Cultura Viva, e desde 2024 promove Cursos EAD de Formação e Especialização em Culturas Populares e Tradicionais, em parceria com Universidade Regional do Cariri (URCA).

Notícia no site gov.br/culturaviva:

[Encontro preparatório para a 6ª Teia discute a importância das culturas populares e tradicionais para a Cultura Viva](#)



[I Fórum Cultura Viva de Matriz Africana - Rio de Janeiro](#)

Quando: de 26 de fevereiro a 1º de março de 2026

Onde: Rio de Janeiro e Maricá



O I Fórum Cultura Viva de Matriz Africana - Rio de Janeiro foi realizado entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março, em diferentes espaços da capital fluminense e em Maricá, na sede do Pontão Articula Matriz Africana. Parte da programação coincidiu com o VII Fórum Estadual dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro, que ocorreu de modo virtual entre 23 e 28 de fevereiro.

Nesses quatro dias de encontros presenciais, os debates giraram em torno de quatro eixos temáticos, partindo do entendimento de que os povos de matriz africana são produtores de saberes, tecnologias sociais, práticas ancestrais e expressões culturais estruturantes para a formação cultural do Brasil.

Entre as propostas do Eixo 1 – A Política Cultural dos Povos de Matriz Africana e a PNCV, destacam-se: a) a inclusão de territórios de matriz africana como referência prioritária na formulação de políticas culturais setoriais e (b) a valorização de saberes ancestrais e práticas sustentáveis nos planos de Cultura Viva.

No Eixo 2 – Participação e Representação nas Instâncias de Decisão, estão: a) assegurar representação proporcional de lideranças de matriz africana nos conselhos e instâncias deliberativas; b) instituir mecanismos de monitoramento da equidade racial na distribuição de recursos culturais; e c) criar programas de capacitação de lideranças de matriz africana para participação em processos decisórios e gestão cultural.

Para o Eixo 3 – Pontos e Pontões de Cultura de Matriz Africana e Justiça Climática, foram propostos: a) criar editais que incentivem projetos culturais que integrem práticas ancestrais e sustentabilidade ambiental; b) apoiar iniciativas de bioeconomia e preservação da biodiversidade nos territórios de matriz africana; c) promover intercâmbios entre comunidades para compartilhar tecnologias sociais e práticas de cuidado ambiental.

E entre as propostas do Eixo 4 – Fomento à Cultura dos Povos de Matriz Africana estão: a) criar linhas de fomento específicas para pontos e pontões de cultura de matriz africana; b) estabelecer critérios de proporcionalidade racial na distribuição de recursos culturais; c) oferecer assistência técnica contínua para apoiar a gestão administrativa, contábil e cultural das comunidades, respeitando suas práticas e estruturas próprias.

Também foi proposto que os pontos e pontões de cultura situados em territórios estratégicos para a preservação climática e a sustentabilidade socioambiental e cultural sejam prioritariamente consultados em processos que envolvam planejamento, intervenção ou alteração territorial nessas regiões. Tal medida reconhece o papel desses espaços como detentores de saberes tradicionais, práticas sustentáveis e tecnologias sociais voltadas à proteção ambiental, assegurando o princípio da participação social e da gestão compartilhada nas decisões que impactem diretamente seus territórios e modos de vida.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

[Pontos e pontões de cultura do Rio de Janeiro celebram a diversidade na escolha da delegação para a 6ª Teia Nacional](#)

(*) Antes do Fórum, em 9 de fevereiro de 2026, foi realizado o Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana – Rio de Janeiro. Este encontro virtual teve transmissão pelo canal Pensar Africanamente, no YouTube:

https://www.youtube.com/live/D-jokrBg1_I?si=saqNex9QaEUplIUi



Fórum de Matriz Africana - Rio de Janeiro (Foto: Comunicação Colaborativa da Rede Afroambiental)

[Pré-Teia da Cultura – Encontros Formativos](#)

Quando: de 26 de fevereiro a 10 de março de 2026

Onde: virtual (via Zoom, com transmissão pelo [YouTube do AbraPalavra](#))

Quem realizou os encontros: Instituto Cultural AbraPalavra, em parceria com o MinC

O Instituto Cultural AbraPalavra e o MinC realizaram, entre 26 de fevereiro e 10 de março de 2026, a Pré-Teia da Cultura – Encontros Formativos, um ciclo de quatro formações online voltadas a agentes culturais, coletivos, bibliotecas comunitárias e gestores públicos. A iniciativa teve como objetivo iniciar diálogos e fortalecer articulações a serem aprofundadas presencialmente durante a Teia Nacional.

As quatro formações abordaram: o [Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL 2026–2035](#) (26/02); [Redes e Articulação Cultura Viva](#), com a Periferia Brasileira de Letras (27/02); [Preparação para a Teia da Cultura](#) (05/03); e [Bibliotecas Comunitárias e Território](#), com o Instituto Cirandar de Porto Alegre (10/03).

Como desdobramento, foi anunciada a Teia da Leitura, entre os dias 23 e 26 de abril de 2026, em Belo Horizonte (MG). A proposta é construir uma rede ativa de Pontos de Cultura e Pontos de Leitura que atuam no campo do livro, da leitura, da escrita e das bibliotecas, fortalecendo a troca de tecnologias sociais e estratégias de incidência nas políticas públicas do setor. A ação tem a parceria do MinC, por meio da Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura (Sefli) e da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC).

O AbraPalavra, que organizou este ciclo formativo, desenvolve desde 2024 uma parceria com o Ministério da Cultura para articular e fortalecer a Cultura Viva na área de Livro, Leitura e Literatura, integrando a rede de 42 pontões de cultura selecionados no Edital nº 09/2023.

A entidade promove ações de formação, pesquisa, mapeamento e diagnóstico, mobilização e produção cultural, envolvendo pontos de cultura, bibliotecas comunitárias e coletivos literários de todas as regiões do país. Também é idealizadora da Escola Livre de Estudos da Narração Artística (Elena). Em 2025, venceu o Prêmio Jabuti, na categoria Fomento à Leitura, com o projeto “AbraPalavra: onde a literatura se encontra com o cotidiano”.



1ª Pré-Teia Nacional da Capoeira

Quando: 3 de março de 2026

Onde: virtual (Transmissão: <https://www.youtube.com/watch?v=OOKaa8cXNTM>)

Quem realizou o encontro: Pontão de Cultura Ubuntu – Valorizando Trajetórias, Preservando Memórias (RJ); Salvaguarda da Capoeira da Bahia (BA); Ponto de Cultura Rádio Capoeira (RJ); Fórum de Capoeira do estado do Rio de Janeiro; Rede Nacional dos Conselhos Gestores da Salvaguarda da Capoeira do Brasil; Comissão Unificada de Mestres do Rio de Janeiro (Cumerj); Ponto de Memória Kilombarte, e IÊ Museu Vivo de Arte e Cultura da Capoeira.

Mestres e mestras de todas as regiões brasileiras participaram da 1ª Pré-Teia Nacional da Capoeira, realizada no dia 3 de março, em formato online. O encontro, que teve três horas de duração, foi transmitido pelo canal do Pontão de Cultura Ubuntu – Valorizando Trajetórias, Preservando Memórias no Youtube.

O evento teve como foco principal a luta em defesa da justiça climática e o combate ao racismo ambiental, levando em conta a forte atuação dos pontos de cultura da capoeira em diversos territórios pelo país. O anfitrião Luís Cláudio de Oliveira, coordenador-geral do Pontão de Cultura Ubuntu, foi quem mediu a conversa.

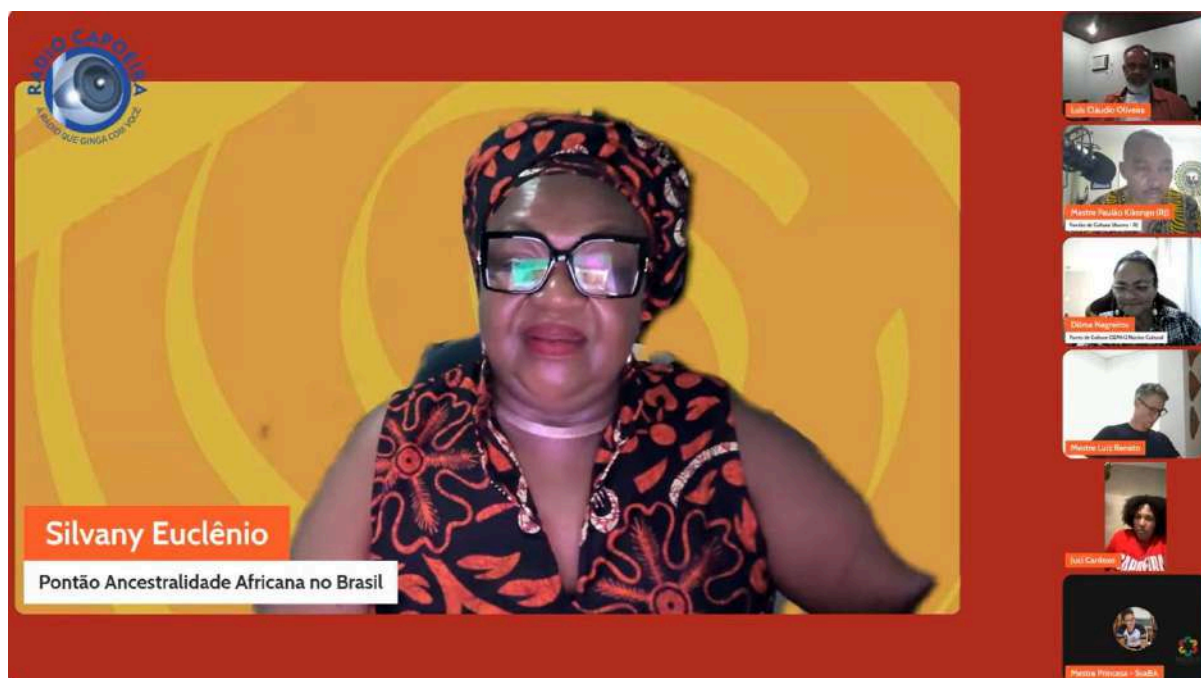
Representando o Ministério da Cultura (MinC), participaram João Pontes, diretor da Política Nacional de Cultura Viva, e Tião Soares, diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares. Pontes destacou o papel histórico e estratégico da capoeira na Cultura Viva, lembrando que um dos primeiros editais do programa, em 2004, foi dirigido à capoeira da Bahia. Soares, por sua vez, celebrou a retomada do GT de Capoeira na Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC) e a proposta de inclusão na reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

O sociólogo Luiz Renato Vieira, mestre do Grupo Beribazu, de Brasília, foi convidado para participar desta Pré-Teia e falar sobre capoeira e políticas públicas, seu tema de estudo desde a década de 1980. Dilma Negreiros, presidenta do Pontão de Cultura CIEMH2 Núcleo Cultural e integrante da CNPdC, ressaltou a importância de estar em rede e participar dos espaços de proposição de políticas públicas.

A professora Silvano Euclênio, do Pontão Ancestralidade Africana no Brasil, aprofundou a discussão sobre racismo ambiental – como os territórios habitados por populações negras e indígenas são desproporcionalmente afetados por impactos ambientais – e destacou o papel pedagógico e inclusivo da capoeira.

Notícia no site gov.br/culturaviva:

[1ª Pré-Teia Nacional da Capoeira reúne representantes de pontos e pontões de cultura de todas as regiões do país](#)



Fórum Livre Cultura Viva de Matriz Africana – Brasília

Quando: 5 e 6 de março de 2026

Onde: Brasília - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Quem organizou o encontro: GT de Matriz Africana da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), com os Pontões Ancestralidade Africana no Brasil e Articula Matriz Africana e com o apoio do MinC.

Representantes do MinC participaram, nos dias 5 e 6 de março de 2026, do Fórum Livre Cultura Viva de Matriz Africana, realizado no auditório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Brasília. O evento reuniu lideranças de comunidades tradicionais, integrantes da rede de pontos de cultura e gestores federais para debater o fortalecimento da participação social nas políticas culturais, especialmente na Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e no Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A secretária Márcia Rollemberg reiterou que o diálogo com os povos tradicionais de matriz africana é fundamental para o fortalecimento da Cultura Viva. Roberta Martins, secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura do MinC, afirmou que a cultura tem papel fundamental na reparação histórica e no fortalecimento do povo negro no Brasil. Um dos pontos centrais foi o enfrentamento ao racismo institucional e à violência contra as tradições de matriz africana.

Também representaram a pasta no encontro o diretor do Sistema Nacional de Cultura (SNC), Júnior Afro; o coordenador-Geral de Articulação de Políticas para as Culturas

Tradicionais e Populares, Pedro Inatobi Neto; o coordenador-geral de Articulação da Cultura Viva, Leandro Anton, além de representantes da Fundação Cultural Palmares, Iphan e Funarte.

Silvany Euclênio, representante do Pontão Ancestralidade Africana no Brasil, afirmou a importância de ampliar o número de pontões de cultura de matriz africana no país, como forma de fortalecer a rede Cultura Viva e ampliar o apoio às iniciativas culturais desenvolvidas nos territórios.

Pai Lula, membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, destacou a resistência histórica das comunidades tradicionais. Para ele, o fortalecimento das redes é o único caminho para garantir a continuidade das políticas de diversidade.

Mestre Aderbal Ashogun, , coordenador do Pontão de Cultura Articula Matriz Africana e da Rede Afroambiental, lembrou que as comunidades de matriz africana se organizam há décadas em redes de articulação cultural, contribuindo para a preservação de saberes tradicionais e para o fortalecimento das políticas públicas de cultura.

Pai Geová de Kavungo, conselheiro no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), também participou do encontro. Durante o debate, foi ressaltado o processo de reestruturação do conselho, que prevê a ampliação da representação de diferentes expressões culturais brasileiras, incluindo povos de matriz africana.

(*) Transmissão do Fórum Livre no canal Pensar Africanamente:

<https://www.youtube.com/live/EaHOiTgMnw?si=kO2M4I-u7XQmTfw->



Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana - Pará

Quando: De 27 a 29 de março de 2026

Onde: Santa Bárbara do Pará



Entre os dias 27 e 29 de março, lideranças, comunidades tradicionais, mestres e mestras de saberes estiveram reunidos em Santa Bárbara do Pará para o Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana. Foram três dias de rodas de conversa, debates formativos, partilhas de experiências e vivências comunitárias.

Nesta etapa preparatória para a 6ª Teia Nacional, a programação girou em torno de quatro eixos principais: Racismo Ambiental e Justiça Climática; Governança e Fortalecimento da Cultura Viva de Matriz Africana; Cultura Alimentar e Resistência Cultural, e Espaço Sagrado.

Os encontros promoveram reflexões sobre identidade, pertencimento, educação, combate ao racismo religioso e valorização dos saberes ancestrais. As vivências nos espaços comunitários, além de fortalecer laços, ampliaram a escuta e reafirmaram a potência dos territórios como espaços de produção de conhecimento, resistência e espiritualidade.

Transmissão do Pré-Fórum no canal da Casa do Rei Caçador:

<https://www.youtube.com/live/xb8HLWchcXQ?si=Qz7D4dxY72RLIHR0>

https://www.youtube.com/live/pz3ALCUBOfY?si=_m5_ya42w8AbcqaR



Pré-Fórum em Santa Bárbara do Pará (Fotos: Iury Soledade)

[Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana – Pernambuco](#)

Quando: De 10 a 12 de abril de 2026

Onde: Recife, Olinda e Paulista (PE)



O Pré-Fórum Cultura Viva de Matriz Africana - Pernambuco promoveu três dias de encontros, mesas, plenárias, grupos de trabalho e celebrações nas cidades de Recife, Olinda e Paulista, para fortalecer o diálogo nacional em torno das políticas culturais voltadas às comunidades tradicionais de matriz africana.

No primeiro dia, as atividades foram no Terreiro Ilê Obá Ogunté (Sítio de Pai Adão), no bairro da Água Fria, em Recife. Após a mesa “Memória, cultura e incidência política em Pernambuco”, a agenda seguiu com os grupos de trabalho (GTs) Patrimônios Vivos, Cultura Popular, Juventude, Justiça Racial e Ambiental e a cerimônia de posse do Comitê em Defesa da Justiça Racial e Ambiental.

No segundo dia, a programação se deu em Olinda, no Centro Cultural Coco de Umbigada, também com mesa, GT, diálogos com delegados e delegadas, cerimônia de posse de comitê e apresentação artística. No terceiro, foi a vez do Terreiro Axé Talabi, em Paulista,

receber a mesa “Infâncias e juventude de terreiro no Programa Cultura Viva”, além de diálogos sobre políticas culturais para infância e juventude.



Abertura do Pré-Fórum em Recife, no Terreiro Ilê Obá Ogunté (Foto: Nin la Croix)

[Fórum Sertão Cultura Viva](#)

Quando: 11 e 12 de abril de 2026

Onde: Serra Talhada (PE) - Museu do Cangaço

O Fórum Sertão Cultura Viva ocupou o Museu do Cangaço, em Serra Talhada, nos dias 11 e 12 de abril, com atividades de formação, articulação, debates e apresentações artísticas. O encontro, organizado pelo Pontão de Cultura Cabras de Lampião, reuniu 79 fazedores de cultura, gestores, articuladores e representantes de pontos de cultura do sertão pernambucano.

O evento resultou na criação da Rede Sertão Cultura Viva, uma iniciativa criada para fortalecer ideias, trocar experiências e construir caminhos coletivos, ampliando o diálogo com as políticas públicas e a valorização da identidade cultural sertaneja.

Em setembro de 2023, quando o Ministério da Cultura (MinC) lançou o edital Cultura Viva - Fomento a Pontões de Cultura, Pernambuco tinha 214 pontos de cultura. Hoje são 676, presentes em 95 dos 184 municípios do estado. Só no sertão pernambucano, há 161 pontos de cultura certificados, distribuídos em 36 municípios. Serra Talhada reúne 20 deles.

No fórum, participaram integrantes de 61 pontos, que desenvolvem atividades de dança, teatro, artesanato, música, tradições orais e audiovisual em 28 municípios. Também estiveram presentes representantes do MinC, da Secretaria de Estado de Cultura (Secult/PE), do Conselho Estadual de Políticas Culturais, do Comitê Estadual de Cultura, de pontões do Agreste e do Rio de Janeiro.



Fórum Sertão Cultura Viva, em Serra Talhada (Foto: Pamella Biernaski)

[Teia da Leitura](#)

Quando: de 23 a 26 de abril de 2026

Onde: Belo Horizonte (MG) - Funarte

Quem realizou o encontro: Instituto Cultural AbraPalavra/ Pontão Nacional do Livro, Leitura e Literatura, em parceria com o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e da Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura.

A primeira edição da Teia da Leitura foi realizada na Funarte de Belo Horizonte (MG), de 23 a 26 de abril de 2026, como um espaço de encontro, escuta, articulação e construção coletiva, reafirmando a leitura como direito fundamental, prática de cidadania e caminho de transformação social.

Participaram do encontro representantes de pontos de cultura, pontos de leitura, bibliotecas comunitárias, coletivos literários, mediadores/as de leitura, escritores/as, agentes culturais, educadores/as, bibliotecários/as, narradores/as, contadores/as de histórias e gestores/as públicos de 22 estados brasileiros.

A programa incluiu rodas de conversa sobre bibliotecas comunitárias e territórios; oficina sobre literatura e diversidade; apresentações artísticas; sarau; mesas sobre temas como o Plano Nacional do Livro e Leitura e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias, e o lançamento do Prêmio Viva Leitura 2026.

Ao longo de quatro dias, foram partilhadas experiências, identificados desafios comuns e formuladas propostas para fortalecer o livro, a leitura, a literatura, a escrita, as narrativas e as bibliotecas no país. Entre os desafios apontados estavam o financiamento contínuo e estruturante; o fortalecimento das bibliotecas públicas, comunitárias e escolares; a sustentabilidade dos espaços comunitários; a ampliação do acesso ao livro e à leitura em comunidades vulnerabilizadas, e a valorização da oralidade.

A seguir, as propostas prioritárias que foram apresentadas na Teia da Leitura.

Proposta 1 - Cooperação entre Cultura e Educação

- Fortalecer políticas públicas transversais entre Ministério da Cultura e Ministério da Educação, garantindo acesso de bibliotecas comunitárias, pontos de leitura e pontos de cultura aos programas de livro, leitura e literatura:
- Criar um GT interministerial MEC-MinC, com garantia de participação da sociedade civil representando os segmentos LLLB.
- Ampliar a representatividade do segmento do Livro e Leitura nos editais Arte e Cultura nas escolas para o Tempo Integral (MinC-MEC), bem como o Programa Dinheiro Direto nas Escolas e Cantinho da Leitura, que são atualmente desenvolvidos apenas pelo MEC.
- Criar um programa de formação continuada em práticas de mediação de leitura para educadores da rede pública, usando a expertise das bibliotecas comunitárias enquanto transmissores deste conhecimento.
- Garantir a representatividade das bibliotecas comunitárias, pontos de cultura, pontos de leitura, dentro do colegiado setorial do livro, leitura e literatura, conforme retomada do CNPC e dos colegiados setoriais.

Proposta 2 - Fomento Continuado e Estruturante

- Criar programas e linhas de fomento continuadas, com apoio mínimo de 3 anos, como estratégia de implementação do PNLL 2026-2035 para bibliotecas comunitárias cadastradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, Pontos de Leitura e Pontos de Cultura:
- Considerando a transversalidade da literatura e sua importância para os demais segmentos artísticos e também as legislações específicas PNLL e PNLE, indica-se que 10% do valor total da PNAB que é destinado a estados e municípios seja reservado para LLLB.

Proposta 3 - Rouanet Livro e Leitura

- Criação de uma linha específica da Lei Rouanet temática para ações de base comunitária do LLLB.

Proposta 4 - Reconhecimento das Iniciativas Comunitárias

- Ampliar o reconhecimento dos territórios e o apoio às bibliotecas comunitárias, coletivos literários e redes por meio da criação de um programa de agentes territoriais de leitura.

Proposta 5 - Fortalecimento do Sistema Nacional

- Estimular o cadastramento, integração, atualização e participação das iniciativas comunitárias no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e nos demais sistemas dos outros entes federativos.

Proposta 6 - Diversidade Cultural e Direito à Narrativa

- Garantir políticas que valorizem autores, histórias e expressões negras, indígenas, LGBTQIAPN+, periféricas, populares, regionais e de tradição oral, ampliando o repertório e a representatividade das leituras e escritas no país.

Proposta 7 - Formação e Participação Social

- Investir na formação de mediadores de leitura, gestores comunitários e agentes culturais, bem como assegurar instâncias permanentes de escuta e participação social na formulação das políticas públicas.



(Foto: Igor Cerqueira)

CRÉDITOS DE PRODUÇÃO

Projeto

Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Coordenação Executiva

Sybele Avelino Pereira

Assessoria de Comunicação

Thais Cristina Alves Passos

Naila Eveline Geraldo

Consultores UNESCO

Maria Teresa Moraes de Albuquerque Lima

Franklim Drumond de Almeida

Colaboradoras

Carolina Freitas

Luísa Coimbra Moretti

Victoria Arlina Pereira Barbosa

ANEXOS

https://drive.google.com/file/d/1qZJayNTZFRfdNwH93Gvljh0oq_g1fg0d/view?usp=drive_link